



Ananda da Silveira Viana

Beneficiárias e moradoras de favela:

**Uma análise sobre representações, estigmas e violências de
mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no
Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Maria Sarah Silva Telles

Co-orientadora: Prof.^a Mani Tebet Marins

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2020



Ananda da Silveira Viana

Beneficiárias e moradoras de favela:

**Uma análise sobre representações, estigmas e violências de
mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no
Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

Profa. Maria Sarah Silva Telles

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Mani Tebet Marins

Co-orientadora

UFRRJ

Profa. Silvana Mariano

UEL

Profa. Nilza Rogéria Nunes

Departamento de Serviço Social PUC-Rio

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ananda da Silveira Viana

Possui Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRRJ. Tem experiência e interesse nas áreas de gênero, pobreza e desigualdades, políticas sociais e favela.

Ficha Catalográfica

Viana, Ananda da Silveira

Beneficiárias e moradoras de favela : uma análise sobre representações, estigmas e violências de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro / Ananda da Silveira Viana ; orientadora: Maria Sarah Silva Telles ; coorientadora: Mani Tebet A. Marins. – 2020.

131 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Bolsa Família. 3. Favela. 4. Alemão. 5. Maternidade. 6. Estigma. I. Telles, Maria Sarah Silva. II. Marins, Mani Tebet. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. IV. Título.

CDD: 300

Aos meus queridos pais, Humberto e Helena, por toda luta e dedicação.

Esse título é para vocês.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À PUC-Rio e ao Departamento de Ciências Sociais da instituição pelo apoio e auxílio concedidos ao meu aprimoramento acadêmico.

Aos queridos professores do PPGCIS, nos quais contribuíram para minha formação teórica e enquanto pesquisadora.

À minha querida orientadora, Sarah Silva Teles, pelo acompanhamento, afeto e apoio em cada etapa deste trabalho. À minha querida co-orientadora, Mani Marins, pelos auxílios desde a graduação e pelo apoio nessa temática que compartilhamos.

Às queridas professoras Silvana Mariano e Nilza Rogéria Nunes por aceitarem compor esta banca e contribuírem com seus conhecimentos e orientações. Suas contribuições na qualificação foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho e a indicação da professora Rogéria primordial para a realização do campo.

Aos funcionários do Departamento de Ciências Sociais da PUC-RJ, em especial Ana Roxo por todo acolhimento e carinho que nos dá.

À ONG do Complexo do Alemão pela possibilidade que me deram de realizar a pesquisa de campo em sua instituição e às queridas moças que tiraram um tempo de seus corridos dias para conversar comigo e fazer possível este trabalho.

Aos meus queridos pais por todos os anos de auxílio e apoio, graças a vocês eu tive a oportunidade de seguir meu caminho acadêmico e profissional da melhor forma e me tornar a pessoa que sou hoje. Ao meu querido irmão, por todo apoio e ajuda que me dá. Às minhas tias, minha avó e minha prima por sempre acreditarem em mim.

Ao meu amor, por estar ao meu lado em todos os momentos e compartilhar comigo em cada situação de medo, frustração e realização. Obrigada pela presença e por construir essa caminhada comigo.

Aos meus amigos da graduação e minhas queridinhas, pela troca de afeto e de conhecimento. Aos amigos que fiz no PPGCIS, pelas trocas dentro e fora de sala. Aos meus amigos de Volta Redonda, por sempre estarem de braços abertos quando volto para minha cidade do coração. Aos amigos que fiz no Rio de Janeiro, pelas descontrações em momentos de tensão e por me acolherem tão bem nessa querida cidade.

Aos parceiros de militância e às feministas que tanto me ajudaram a crescer.

Resumo

Viana, Ananda da Silveira; Telles, Maria Sarah da Silva (orientadora). **Beneficiárias e moradoras de favela: Uma análise sobre representações, estigmas e violências de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2020. 131p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Programa Bolsa Família se tornou uma das principais políticas de combate à pobreza da América Latina, e sua titularidade fornecida preferencialmente às mulheres abriu diversos debates acadêmicos sobre autonomia feminina. Na intersecção entre classe, raça, gênero e território, o presente trabalho tem como objetivo analisar as narrativas construídas pelas mulheres aqui entrevistadas em torno da maternidade e do estigma e as experiências de serem beneficiárias desta política social e moradoras da favela do Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Neste sentido, o trabalho observou a disputa em torno da concepção de beneficiário e como a reprodução do estigma representa uma resistência criada por elas aos controles morais e uma autovalorização de suas atividades maternas. Além disso, o trabalho também abordou a realidade das mulheres num território marcado pelas violências e operações militares e a relação entre maternidade e contexto social da favela.

Palavras chave

Bolsa Família; favela; Alemão; maternidade; estigma e construções morais.

Abstract

Viana, Ananda da Silveira; Telles, Maria Sarah da Silva (Advisor). **Beneficiaries and favela residents: An analysis about representations, stigmas and violence of women beneficiaries of Program Bolsa Família living in Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2020. 131p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Bolsa Família Program has become one of the main policies to combat poverty in Latin America, and its ownership provided preferentially to women has opened several academic debates on female autonomy. At the intersection of class, race, gender and territory, the present work aims to analyze the narratives constructed by the women interviewed here about motherhood and stigma and the experiences of being beneficiaries of this social policy and living in the favela of Complexo do Alemão, in the North Zone of Rio de Janeiro. In this sense, the work observed the dispute over the concept of beneficiary and how the reproduction of the stigma represents a resistance created by them to moral controls and a self-worth of their maternal activities. In addition, the work also addressed the reality of women in a territory marked by violence and military operations and the relationship between motherhood and the social context of the favela.

Keywords

Bolsa Família; favela; Alemão; maternity; stigma and moral constructions.

Sumário

1. Introdução.....	11
2. O debate sobre estigmas, favela e as principais questões de pesquisa.....	16
3. Aportes teóricos.....	30
3.1. A sociologia da pobreza e a categoria pobre	30
3.2. Pobreza no Brasil	34
3.3. Controle do Estado e poder simbólico.....	37
3.4. Representações, estigmas e distinções	41
3.5. Interseccionalidade e os marcadores de gênero, raça, classe e território.....	48
4. O trabalho empírico e as principais análises	54
4.1. Quem são as beneficiárias?	56
4.2. A comunidade e as redes de solidariedade	64
4.3. O estigma de beneficiário no discurso popular.....	68
4.4. A reprodução do estigma e a resistência ao estigma pelas beneficiárias.....	73
4.5. Identidades e representações	82
4.6. A política militarizada do Estado na favela.....	90
4.7. Maternidade no contexto da favela	96
4.8. A importância de focar a favela e contextualizar o BF para a promoção de autonomia e cidadania	100
Considerações finais	107
Bibliografia.....	114
Anexo 1	126
Anexo 2	127
Roteiro de entrevistas às beneficiárias do Bolsa Família:	127

Lista de quadros

Quadro 1 – beneficiárias e benefício.....	56
Quadro 2 – benefícios x valor.....	126
Quadro 3 – área x condicionalidade.....	127

Listas de abreviaturas

AIBF – Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família

BF (PBF) – Programa Bolsa Família

BM – Banco Mundial

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCA – Instituto Nacional do Câncer

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PSC – Partido Social Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PR – Partido Republicano

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RDPC – Renda Domiciliar per capita

SigPBF – Sistema de Gestão do Bolsa Família

SUS – Sistema Único de Saúde

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

1. Introdução

Partindo dos atuais debates sobre pobreza e políticas sociais, nosso trabalho se centra na intersecção entre pobreza, classe, raça, gênero e território. Quando pensamos em construções de estigmas sobre beneficiários de políticas sociais pensamos também em interações sociais entre um grupo social que possui um papel de assistido e um grupo social (que também é pobre) mas que não é assistido pelo Estado. Este grupo, por diversas razões, constrói visões diferentes sobre àquele outro, reproduzindo marcadores de diferenças que levam a formas de estigmas, distinções e discriminações. Contudo, um outro ponto chama a atenção neste trabalho: a busca por repertórios de distinção entre as próprias beneficiárias da política social dentro de uma favela do Complexo do Alemão.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 sob o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), sob responsabilidade do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS¹. Um dos maiores programas de transferência de renda da América Latina e do mundo, o BF é um Programa de focalização em famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

Em 2019, sob o governo do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL²), todas as famílias com renda per capita de até 89,00 e famílias com renda per capita entre 89,00 e 178,00, com filhos crianças e/ou adolescentes, estão dentro do limite de elegibilidade do Programa. O valor repassado varia de acordo com a composição familiar e a renda per capita dos familiares.

O objetivo do programa é combater a extrema pobreza e a vulnerabilidade social a curto e longo prazos, atacando de forma imediata a fome e a miséria das famílias, inserindo-as em políticas sociais universais, como saúde e educação e visando romper com o ciclo de pobreza perpassado entre as gerações.

¹ Hoje (2019), sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, o MDS foi transformado em Ministério da Cidadania.

² Em 2019 o presidente Jair Bolsonaro declarou rompimento com seu até então partido, PSL, anunciando a criação de um novo partido, Aliança pelo Brasil, um partido, segundo seus criadores, mais conservador e ainda mais à direita. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/21/politica/1574370572_790996.html acessado em 01/2020.

O benefício é transferido para famílias com renda per capita de até 89,00 mensais sem filhos ou para famílias com renda per capita de 178,00 mensais por pessoa com filhos de 0 a 15 anos. O valor básico repassado é de 89,00 mensais por pessoa, podendo variar de acordo com a composição familiar, tais como mostrados no quadro em anexo.

O BF se configura como um programa de condicionalidades, responsabilidades postas sobre os beneficiários, tais como: manter as crianças na escola, manter o cartão de vacinação de crianças de 0 a 6 anos em dia e manter o acompanhamento pré e pós-natal das gestantes e mães que estão em fase de aleitamento. As famílias, ao se inscreverem no Cadastro Único, e ao passarem a receber a renda, entram no SigPBF – Sistema de Gestão do Bolsa Família³.

Através de listas que são enviadas ao Ministério da Educação e Ministério da Saúde essas famílias recebem um acompanhamento do SigPBF, que mantém um controle sobre as condicionalidades. Para se manter no programa é necessário que as famílias cumpram com essas responsabilidades. O não cumprimento pode indicar que as famílias estão em situação de vulnerabilidade e passando por dificuldades para manter os compromissos. O descumprimento também não leva ao cancelamento imediato do programa, ocorrendo de forma gradual e variando de acordo com possíveis descumprimentos das famílias.

Em 2015, cerca de 13,9 milhões de famílias foram beneficiadas pelo Programa, atingindo cerca de 50 milhões de pessoas segundo o MDS⁴, sendo que, em 2015, 93%⁵ das titulares do Programa eram mulheres (sendo 73% negras ou pardas). Importante salientar que o programa visa preferencialmente à população feminina que deve ser a responsável pela administração do dinheiro e consequentemente sobre as decisões de compra. Isso se deve, por um lado, às reivindicações dos movimentos de mulheres e, por outro, devido a algumas plataformas internacionais (como o Banco Mundial) sobre a necessidade de focalizar as mulheres nas políticas sociais de combate à pobreza. Para os gestores do Programa, a focalização também é uma tentativa de proporcionar maior autonomia para as mulheres dentro de casa e na tomada de decisão sobre como

³ O anteriormente Sistema de Condicionalidades do MDS – Sicon, mudança que ocorreu no primeiro semestre do primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro.

⁴ Acessado em março de 2016.

⁵ Dado referente a 2015.

utilizar o dinheiro do Programa. Porém, essa focalização também coloca a cargo das mulheres o compromisso com as condicionalidades do Programa, reforçando o papel das mulheres como cuidadoras e responsáveis pelo bem-estar da família.

A barreira de estigma sobre o Bolsa Família pode estar relacionada ao benefício não estar totalmente integrado ao *Welfare* e não estar totalmente incorporado no imaginário da sociedade como um direito de cidadania. Diferentemente do que ocorre com as políticas universais, onde não há nenhum estigma em utilizar o SUS, a escola pública ou a previdência, a utilização do BF desperta um sentimento de “merecimento” e um controle moral sobre a população que o utiliza.

Como o Bolsa Família é uma política social focalizadora, ou seja, foca num público específico através de um marcador que classifica o nível de pobreza das famílias, muitos debates na sociedade civil emergiram, tais como a eficácia do Programa e seus efeitos sobre a população empobrecida. Um desses debates é referente à ideia de que o Programa “acomodaria” as beneficiárias.

Uma das principais plataformas de campanha do presidente Jair Bolsonaro, à época das eleições em 2018, foi a defesa do 13º do Bolsa Família⁶. Contudo, tal projeto não foi encaminhado. Pelo contrário, os principais programas sociais, como o BF e o Minha Casa Minha Vida, sofrerão cortes de 7,8% e 42% a partir de 2020. De acordo com o economista Francisco Menezes, do Ibase, o corte orçamentário afetará cerca de 400 mil famílias que poderão deixar de ser atendidas em 2020. O que nos demonstra os principais obstáculos enfrentados o combate à pobreza e à desigualdade na nova gestão federal.

O Bolsa Família e seus beneficiários são rotulados através de determinados estigmas⁷. Esses estigmas podem variar desde estigmas sobre o papel de assistida (como o de “preguiçosa” e “encostada”), quanto sobre o papel social de ser mãe

⁶ “O 13º salário, prometido pelo presidente Jair Bolsonaro, não deve ser pago em 2020. Isso porque a proposta orçamentária enviada pelo governo ao Congresso Nacional prevê R\$ 29,5 bilhões para o programa — redução de 7,8% em relação aos R\$ 32 bilhões de 2019” (BRETAS, CARDOSO, Jornal Extra) [https://o13salario.prometido.pelo.presidente.jair.bolsonaro.nao.deve.ser.pago.em.2020.isso.porque.a.proposta.orcamentaria.enviada.pelo.governo.ao.congresso.nacional.preve.r\\$29,5.bilhoes.para.o.programa.reducao.de.7,8%.em.relação.ao.s\\$32.bilhoes.de.2019.extra.globo.com/noticias/economia/cortes-no-bolsa-familia-400-mil-familias-podem-deixar-de-ser-atendidas-em-2020-diz-economista-rv1-1-24123337.html](https://o13salario.prometido.pelo.presidente.jair.bolsonaro.nao.deve.ser.pago.em.2020.isso.porque.a.proposta.orcamentaria.enviada.pelo.governo.ao.congresso.nacional.preve.r$29,5.bilhoes.para.o.programa.reducao.de.7,8%.em.relação.ao.s$32.bilhoes.de.2019.extra.globo.com/noticias/economia/cortes-no-bolsa-familia-400-mil-familias-podem-deixar-de-ser-atendidas-em-2020-diz-economista-rv1-1-24123337.html) acessado em 01/2020.

⁷ O estigma tratado aqui refere-se à teoria goffmaniana do estigma e das representações, que será melhor tratado e explicitado no capítulo teórico.

(através de pequenos controles sobre como estão cuidando de seus filhos, de quais formas estão redirecionando este dinheiro e se são “boas mães” ou “más mães”⁸ – MARINS, 2017).

Sobre o Complexo do Alemão, a comunidade é um conjunto de favelas situado na região da Leopoldina, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Engloba cerca de 15 favelas na região, tendo como central a Favela do Alemão e foi reconhecido como um bairro oficial desde a aprovação da Lei Municipal nº 2.055 de 9 de dezembro de 1993. O complexo corresponde a uma área de 296,09ha e cerca de 69.143 mil habitantes^{9 10}. Por muito tempo considerada uma das favelas mais perigosas do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho é a principal facção que controla o conjunto das comunidades.

O conjunto de favelas do Alemão¹¹ se mistura a demais bairros da Zona Norte da cidade, como Bonsucesso, Higienópolis, Ramos, Olaria, Penha e Inhaúma. Os moradores do Complexo dividem a favela em quatorze principais localidades, tais como Morro do Alemão, Grota, Canitar, Pedra do Sapo, Alvorada, Palmeiras, Nova Brasília, Fazendinha, Casinhas, Relicário, Morro dos Mineiros, Matinha, Morro do Adeus e Morro da Baiana. Mاتيولli (2016) destaca que o Complexo representa, também, um sentimento de pertencimento àquele local, “sem que isso negue seu pertencimento a qualquer uma de suas “comunidades”, como a Fazendinha, a Alvorada, a Nova Brasília e mesmo o Morro do Alemão, ou à cidade, como carioca” (MATIOLLI, 2016, p. 87). Este argumento do autor é bem interessante, já que algumas moças com quem conversei dizem que moram em determinado morro, mas que também são do bairro de Ramos.

O Complexo do Alemão foi construído sobre a Serra da Misericórdia que era, até então, uma região rural da Zona da Leopoldina. A história que é contada é a de

⁸ Categoria utilizada por Marins (2017) para classificar beneficiárias que se reivindicam como legítimas por exercerem a função dos cuidados e da criação como se espera socialmente. Essa expressão foi utilizada anteriormente por Molyneux (2002; 2006), ao estudar as políticas sociais na América Latina, como o Oportunidades, no México.

⁹ Dados referentes a 2010.

¹⁰ Contudo, de acordo com Motta (2014), muitos moradores discordam veementemente dos dados coletados pelo IBGE, argumentando que o número de habitantes é expressivamente maior.

¹¹ “Na geografia da favela, quanto mais altas, mais baratas são as casas e mais pobres são consideradas as pessoas que moram nelas. A precariedade do saneamento e do fornecimento de água encanada é um dos fatores dessa diferenciação, além da maior distância em relação às vias que permitem o deslocamento para outras áreas da cidade” (MOTTA, 2014, p.03).

que um imigrante polonês, Leonard Kaczmarkiewicz, adquiriu as terras em 1920 e vendeu pequenos assentamentos aos pequenos trabalhadores que vieram para a região por conta do crescente desenvolvimento urbano (com a chegada de fábricas estrangeiras e, posteriormente, com as obras da Avenida Brasil e do centro). Como o proprietário era chamado pelos novos moradores de “o Alemão” a região acabou ficando conhecida por este nome.

A ocupação, no entanto, só começou em 09 de dezembro de 1951, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes. Ainda nos anos 1920 se instalou o Curtume Carioca e, na sequência, muitas famílias de operários também se instalaram nas imediações. A abertura da Avenida Brasil, em 1946 acabou por transformar a região no principal polo industrial da cidade. O comércio e a indústria cresceram e diversificaram-se, mas a ocupação desordenada dos morros adjacentes, que teve seu boom no primeiro governo de Leonel Brizola, acabou por dar lugar às favelas do Complexo do Alemão (VOZ DAS COMUNIDADES¹²).

De acordo com o Atlas da Violência de 2019, entre 2016 e 2017 a taxa de homicídio de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil teve um aumento de 6,7%, e deste percentual, 94,4% eram do sexo masculino. Nesta década, a taxa cresceu de 50,8 por grupo de 100 mil jovens em 2007 para 69,9 por 100 mil em 2017.

Entre 2016 e 2017, os estados com os maiores aumentos na taxa de homicídios de jovens foram Ceará (+60,0%), Acre (+50,5%), Pernambuco (+26,2%), Rio Grande do Norte (+21,3%) e Espírito Santo (+20,2%). As diminuições mais expressivas ocorreram no Distrito Federal (-21,3%), no Piauí (-13,9%) e no Paraná (-13,3%) (IPEA, 2019).

Apesar de não estar entre os UFs com maiores índices de violência, o Estado do Rio atingiu um percentual de violência de 176,2 por grupo de 100 mil jovens. Além disso, o Mapa da Violência demonstra que a violência com base na raça não sofreu significativas diminuições. De acordo com os dados, 75,5% das vítimas de homicídios eram negras, 43,1 para 100 mil habitantes, enquanto o de não negros foi de 16,0¹³.

Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos [...]. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de

¹² <http://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/complexo-do-alemao/historia-do-complexo-do-alemao-2/> acessado em: 11/2019.

¹³ Os demais dados referentes a outros índices de violência, como contra mulheres e população LGBT são de extrema importância. Contudo, a ênfase dada à população negra se deve ao contexto de nosso campo: a favela. A questão da preocupação da vida de jovens negros e do sentimento de insegurança perante a guerra na favela aparecerão com muita ênfase em nosso campo.

negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3% (IPEA, 2019).

O Complexo do Alemão é uma das principais favelas alvo de operações militares violentas e coercitivas. Em 2017 o Brasil foi condenado pela Corte Internacional de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso Favela Nova Brasília, setenciado pelas falhas e demora nas investigações e sanções dos responsáveis pela execução extrajudicial de 26 pessoas durante uma operação realizada pela Polícia Civil na comunidade nos anos de 1994 e 1995. Segundo Rodrigues, neste período, uma série de conflitos armados se intensificou e

A partir da morte de um importante líder do tráfico, desencadeou uma disputa violenta entre grupos de traficantes pelo domínio das vendas de drogas na área, assim como sucessivas chacinas realizadas pela polícia militar. Neste momento, começaram a surgir propostas de intervenção militar na região, o que acabou ocorrendo em 1995, durante a Operação Rio (RODRIGUES, 2017, p. 18).

A partir, principalmente, deste momento a visibilidade das favelas da região “na cena política da cidade deixava de ser dada pelas reivindicações dos moradores” (RODRIGUES, 2017, p. 18) e o governo, ao invés de priorizar ações em torno dos serviços urbanos básicos, passou a enfocar os “conflitos em torno do tráfico de drogas e da repressão policial” (Idem).

2. O debate sobre estigmas, favela e as principais questões de pesquisa

O Programa Bolsa Família, que completou em 2019 seus 15 anos de política pública, tem efeitos importantes e positivos sobre o combate à miséria e à pobreza. De acordo com Souza, Osório, Paiva e Soares (2018) o Programa, logo em seu início, em 2004, reduziu a pobreza extrema em 1,3 ponto percentual (p.p) por ano. Para a pobreza, a redução em pontos percentuais é um pouco maior, cerca de 1,6 p.p. “Esses números significam que, em 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema por causa do PBF, e 3,2 milhões foram elevadas acima da linha de pobreza” (OSÓRIO et al., 2018. p.167). Segundo os autores, após 2004, em todos os anos os índices de Gini caíram entre 1% e 1,5% após o PBF (OSÓRIO, et. al., 2018, p.173); e o impacto das transferências sobre a desigualdade é devido à boa focalização nos 20% mais pobres (Idem)

Contudo, pesquisas e bibliografias demonstram que, mesmo com efeitos positivos sobre a redução de vulnerabilidade financeira de famílias em situação de pobreza extrema, a transferência de renda do BF não foi suficiente para tirar essas famílias da pobreza.

Segundo a PNAD, em 2017, 70% dos pobres e dos extremamente pobres participavam do PBF. Ou seja, se as transferências do PBF fossem suficientes para tirar da pobreza todos os seus beneficiários, a pobreza depois das transferências seria 70% menor. Mas a redução observada nesse ano foi de 25% para a extrema pobreza e de 15% para a pobreza. Assim, nada menos que 64% dos beneficiários que estavam extremamente pobres antes do PBF permaneceram extremamente pobres depois da transferência (OSÓRIO, et. al., 2018. p.169/170).

Os autores apontam que o principal problema enfrentado para o combate à pobreza é o baixo valor repassado pelo benefício, juntamente com a instabilidade de emprego (formal ou informal) enfrentado pelas famílias.

Em comparação com outras fontes de renda, como renda do trabalho ou aposentadoria, o Bolsa Família apresenta um impacto menor. De acordo com Carvalho e Marques (2014), as maiores contribuições da renda do trabalho foram registradas nas macrorregiões Centro-Oeste (70,1%) e na região metropolitana Sul (65,1%), ficando acima da contribuição nacional (50,7%). “Já as menores contribuições ocorreram na região metropolitana Sudeste (38,3%) e na macrorregião Nordeste (47,4%) (embora não sejam desprezíveis)” (CARVALHO, MARQUES, 2014, p.253). Já em relação à aposentadoria, as macrorregiões apresentam participação semelhante aos resultados para o Brasil, cerca de 15,9% em 2006 e 17,1% em 2011.

O estigma no qual estamos tratando neste trabalho está fortemente marcado pela pobreza, pela maternidade e pela divisão sexual do trabalho. Assim, essas mulheres, além de serem fiscalizadas pelos agentes públicos (como forma de garantir que elas estejam cumprindo com as condicionalidades do Programa e, assim, aptas a receber o benefício), são vigiadas, também, pela sua vizinhança, famílias e redes de relacionamento. Esses controles sobre as beneficiárias, inclusive, podem se dar de diversas formas, como através de comentários, fofocas, questionamentos, brigas e até denúncias. E essas formas de controle representam diversas formas de poder. Assim sendo, como argumentaria Foucault (1999), os micro poderes, que vão para além da fiscalização do Estado, se estabelecem nas relações interpessoais entre beneficiários e não beneficiários. Neste sentido,

partimos da hipótese de que os estigmas socialmente construídos sobre beneficiários do Programa Bolsa Família (como o de acomodados) e as cobranças sobre a maternidade surtem efeitos sobre as mulheres beneficiárias. Juntamente com a “criminalização da pobreza” e o marcador de território, o estereótipo de beneficiário do Bolsa Família são barreiras para a representação social dessas mulheres e uma possível conquista de autonomia financeira.

Como pontuaram Castro et al. (2009), a mídia, os partidos políticos e grupos sociais de interesses específicos passam e repassam informações com vieses e prioridades específicas, de acordo com seus interesses, para a sociedade. Desta forma, toda a opinião pública sofre algum tipo de influência de algum meio de informação. É neste sentido que se constrói uma imagem e um estereótipo de determinados sujeitos sociais, como um determinado perfil de “bandido”, a conduta de mulheres, a situação da pobreza e, no ponto central desta pesquisa, a ideia de que o Bolsa Família “acomoda” quem o utiliza.

Assim, a ideia de que uma parcela da população está recebendo numerário é comumente classificada como esmola ou assistencialismo, e teria como consequência uma acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, o chamado “efeito-preguiça”¹⁴. Além disso, a reiterada divulgação de casos de pessoas que não fariam jus ao benefício, até mesmo a inclusão fraudulenta, com certeza contribuem para sedimentar essas rejeições (CASTRO, et al., 2009, p. 337).

Vale destacar a argumentação de Medeiros et al. (2007), ao afirmarem que esta concepção de que os pobres beneficiários deixariam de trabalhar e que o Programa geraria um “efeito preguiça” são uma falácia já que, além de não se ter dados empíricos suficientes para tais afirmações, “os pobres não deixam de trabalhar por decisões livres e espontâneas, e sim porque não têm emprego em condições aceitáveis” (MEDEIROS et al, 2007, p. 16 *apud*, CASTRO et al., 2009, p. 348). Neste sentido, defender que os beneficiários ficariam acomodados é reproduzir uma lógica meritocrática que coloca sobre os pobres a culpa por suas realidades sociais.

Segundo a pesquisa realizada pelos autores citados acima¹⁵, 82% das pessoas concordavam com a crítica dirigida ao Bolsa Família com relação à fraude na

¹⁴ Clemente (2006), Pinto & Meneses (2008) e Moisés (2008).

¹⁵ Pesquisa “Percepção sobre os Programas Federais”, 2008, com uma amostra de 6.001 entrevistados na população brasileira a nível nacional.

inclusão (ou seja, que não estariam dentro dos critérios de elegibilidade). Além disso, 67% disseram acreditar que o Programa “acomoda” aqueles que o recebem por terem uma renda mensal) e 56% disseram acreditar que o Programa estimula a ter mais filhos.

Um dos principais trabalhos referentes aos estigmas e construções valorativas sobre beneficiárias do Bolsa Família é o de Marins (2017)¹⁶, que analisa a relação entre beneficiários e não beneficiários e beneficiários e agentes públicos. De acordo com sua pesquisa, muitos beneficiários sofrem humilhações e constrangimentos tanto quando solicitam o BF no setor de cadastramento, quanto quando se tornam efetivamente beneficiários, sofrendo estigmas por parte de vizinhos (também pobres, mas não beneficiários). Esta pesquisa mostra com detalhes como os beneficiários passam a carregar um estigma por receberem assistência do governo.

Interessante notar que a autora salienta que a percepção do que seriam os “merecedores” e os “aproveitadores” do sistema varia de acordo com as ações das mulheres titulares legais sobre como elas gastam o dinheiro do benefício. As beneficiárias que dedicam mais tempo cuidando dos filhos e que demonstram utilizar o dinheiro do benefício para as necessidades deles têm mais legitimidade e não são alvos de fofocas nem de comentários do tipo “está acomodada”. Isto porque são vistas como “boas mães” e merecedoras do benefício, já que, segundo a percepção da comunidade, elas gastam o dinheiro “de forma correta” – com os filhos.

Pires (2012) inclusive salienta que as beneficiárias, mesmo que passem a ter mais liberdades na utilização do dinheiro (sem negociações com o cônjuge), há, entre elas, um julgamento moral relacionado à forma com que se utiliza esse dinheiro. Haveria um jeito “certo” e um “errado” de utilizar a renda, o primeiro voltado às necessidades dos filhos e o segundo com produtos que negariam a execução da “boa maternidade”, como álcool e drogas.

¹⁶ Pesquisa realizada em 2011, no município de Itaboraí. Foram realizadas 70 entrevistas, com famílias beneficiárias do Bolsa Família, famílias não beneficiárias, atores institucionais e comerciantes, com o objetivo de perceber se a condição de beneficiário produzia processo de estigmatização ou se estes seriam vistos como privilegiados.

A construção de estigmas é tida também como forma de desonra e tende a interferir na construção subjetiva dos sujeitos. Essas construções podem ser entraves para o reconhecimento¹⁷ e conquista de autonomia por parte de mulheres beneficiárias do BF. Sendo assim, construções morais e valorativas sobre essas mulheres, suas ações e decisões podem dificultar e enfraquecer a construção de uma auto percepção positiva (termo utilizado tanto por Charles Taylor, 1998/2000, quanto por bell hooks, 2014) de si mesmas.

A autonomia a qual me refiro, aqui, é referente à autonomia defendida por Walquíria Rego e Alessandro Pinzani¹⁸. Os autores argumentam que a titularidade dada preferencialmente às mulheres proporciona autonomia financeira (uma renda em seus nomes), autonomia individual (a capacidade de administrar o dinheiro e de tomar as decisões da casa) e autonomia cívico e política (ampliação da concepção de cidadania, ser colocada no centro de uma política social e passar a ser reconhecida pelas suas capacidades).

Como bem colocou Paugam (2003), os sujeitos que "vivem a experiência da dependência procuram compensações para suas frustrações tentando valorizar sua identidade parental, sua capacidade para cuidar do lar e exercer diversas atividades em suas comunidades" (PAUGAM, 2003, p. 38). Ou seja, para fugir de julgamentos, beneficiárias do BF podem criar mecanismos de autovigilância para garantir que estão passando, para os outros, uma "boa imagem". Isso pode se dar de diversas formas, como se manter presente no dia a dia dos filhos, evitar comprar itens pessoais para si e garantir que estão utilizando (ou pelo menos mostrando que estão) o dinheiro do benefício da maneira com que os outros interpretam ser correta.

Sendo assim, meu problema de pesquisa é referente à interpretação que as mulheres beneficiárias moradoras do Complexo do Alemão com quem conversei fazem em torno da imagem sobre beneficiários do Bolsa Família, dos estigmas que são produzidos e reproduzidos e como, através de suas falas, elas replicam e se protegem desses estereótipos. No mesmo sentido que há, como argumentam Zaluar (1985) e Telles (2008), categorizações e distinções entre grupos, tais como "pobres

¹⁷ Os conceitos de reconhecimento e autonomia serão melhor abordados mais à frente.

¹⁸ Pesquisa realizada por Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, que durou em média 5 anos, realizada com beneficiárias do Bolsa Família em cidades de Alagoas, Vale do Jequitinhonha, Piauí, Maranhão e Recife. O trabalho foi publicado em sua primeira edição no ano de 2013.

trabalhadores” / “pobres vagabundos” e “favelados honestos” / “favelados criminosos” busco, aqui, entender como se dão essas disputas de representações de ser beneficiário a partir do entendimento das mulheres com quem conversei.

Desta forma, meu trabalho se centra em dois eixos: entender e analisar as narrativas utilizadas pelas beneficiárias do Bolsa Família aqui entrevistadas, observando como as representações sobre a maternidade e os estigmas são interpretados por elas; e a relação entre a política social e o marcador social de território. Meu objetivo específico, então, é analisar como são construídas e reproduzidas as narrativas das mulheres beneficiárias moradoras do Complexo do Alemão em torno da concepção de beneficiário do BF e as principais formas de distinção criadas por elas.

Para isso, realizei um trabalho de campo com entrevistas com 4 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, que possuem filhos e que moram numa favela específica do Complexo do Alemão e em momentos de observação participante em encontros e rodas de conversa que acontecem em uma ONG¹⁹ que algumas das entrevistadas frequentam.

Vale destacar que, aqui, estamos analisando uma favela de uma metrópole localizada na região Sudeste do país. Além disso, tratamos, especificamente, de uma favela da Zona Norte do Rio, onde cruzam, além de variáveis sobre pobreza, outras como território, criminalidade, violência, mobilidade urbana, infraestrutura, políticas sociais, moradia, lazer etc. Assim, a análise feita aqui é muito específica: vem, junto com a pesquisa sobre beneficiárias do Bolsa Família, as principais questões sobre residir numa favela do subúrbio carioca.

Além disso, não pretendo definir ou determinar se as falas das beneficiárias entrevistadas são reais ou forjadas. Nesta pesquisa, meu objetivo é compreender as narrativas que elas utilizam para se diferenciarem de outras beneficiárias. Utilizo narrativas, aqui, como interpretações de experiências e histórias de vida. Como destacam Small e Lamont (2011), “indivíduos conferem sentido às suas vidas por meio de narrativas sobre suas experiências pessoais” (SMALL, LAMONT, 2011, p. 103), onde essas narrativas são construídas uma em cima da outra, onde se tornam

¹⁹ Para manter o sigilo, optamos por não divulgar o nome da ONG e nem o nome da favela específica na qual fizemos a pesquisa.

“parte de uma corrente de conhecimento sociocultural sobre o funcionamento de estruturas para distribuir poder e desvantagem” (EWICK, SILBEY, 2003, p. 1328 *apud* SMALL, LAMONT, 2011, p. 103).

Viso enfocar no plano micro da vida social as pequenas relações, as ações e agências dos sujeitos e suas interações. Contudo, fazendo uma relação com outras formas de estrutura, a fim de identificar como a estrutura, a socialização, a moral dominante podem vir a impactar e influenciar as ações, as escolhas e o subjetivo desses sujeitos.

Nesta direção, assumo uma postura teórico-metodológica mais voltada ao interacionismo simbólico de Howard Becker (1991), fazendo uma análise teórica a partir das experiências de pessoas reais num universo micro sem, contudo, deixar escapar a relação com macroestruturas. Logo, opto por manter tanto um estilo mais “tradicional” de montagem dos capítulos, mas aproveitando ao máximo as falas das mulheres que foram entrevistadas aqui, trazendo suas palavras, expressões, angústias e esperanças.

Enfocar a questão das narrativas que elas constroem e interpretam sobre os estigmas acabou sendo uma estratégia metodológica para a realização deste trabalho. Isso porque o campo me trouxe determinadas limitações e entraves. Nas entrevistas, todas afirmavam que nunca haviam sido discriminadas por receberem o benefício do Bolsa Família porque sempre “fizeram por onde”, porque “nunca deram motivos para ninguém comentar nada” e porque sempre utilizam o dinheiro do benefício de “forma devida”²⁰.

Desta forma, enfocar nas narrativas dos estigmas foi um truque sociológico para que não tentasse forçar um objetivo que talvez não coubesse para tal campo. Como nos relata Becker (2008/2014), em qualquer pesquisa científica há entraves e situações complicadas para o pesquisador resolver. O autor destaca que os truques utilizados nos trabalhos e nas análises científicas são maneiras de pensar “sobre o que sabemos ou queremos saber que nos ajudam a compreender dados e a formular novas questões com base no que descobrimos”. Assim, eles “nos auxiliam a extrair

²⁰ Estas foram frases utilizadas constantemente por elas, categorizadas aqui para explicar e exemplificar o limite que elas traçam entre elas e “outras” beneficiárias, aquelas que “não estariam” se dedicando tanto quanto elas (na percepção das próprias entrevistadas).

o máximo de nossos dados, expondo facetas do fenômeno que estamos estudando além daquelas em que já pensamos” (BECKER, 2008, p. 15).

Quando me deparei com falas e relatos que afastavam essas mulheres dos alvos das fofocas, percebi que a questão chave não era saber se elas já foram discriminadas, se foram alvos de comentários e de quais formas o foram, mas como elas viam essas discriminações, como elas entendiam as cobranças sobre a maternidade e o que achavam dos comentários sobre quem recebia o Bolsa Família. Neste sentido, colocar como central a questão da narrativa foi uma estratégia sociológica utilizada como forma de sugerir novas maneiras de enxergar a problemática e “novas possibilidades de comparar casos e inventar novas categorias e assim por diante” (BECKER, 2008, p. 16).

O estigma, aqui, não chega a ser uma realidade material (ou pelo menos não é assim confessado), mas sim um recurso de distinção que elas criam entre elas e outras beneficiárias que, no entendimento delas, não são tão atenciosas com os filhos quanto elas mesmas. Assim, apesar da influência teórica do trabalho de Marins (2018) sobre o estigma de beneficiários da política social, nosso trabalho segue um caminho específico: perceber como esses estigmas são percebidos e reproduzidos a partir das próprias beneficiárias como recurso de fuga a possíveis comentários e fofocas sobre suas ações.

Além disso, devido à complexidade do campo, diversas outras questões foram aparecendo e se tornando de extrema importância, como questões de controle, violência policial, criminalidade e aproximação com as drogas e o tráfico. Neste sentido, me propus a analisar, também, as narrativas e as interpretações dessas mulheres sobre o morar na favela, sobre a relação com a polícia e o Estado e sobre as cobranças postas sobre mulheres que são mães de jovens negros e moradores da favela.

O trabalho se concentrou em uma região específica do Complexo do Alemão, situada na região de Ramos. A escolha deste campo se deu por dois fatores principais: por se tratar de uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro, localizada no subúrbio da cidade e fora dos centros urbanos e turísticos,

apresentando altos índices²¹ de desigualdade e de pobreza; e por ser uma área moderadamente próxima da minha atual residência (no bairro de Ramos).

Também acompanhei mulheres moradoras da favela através de uma ONG que atua como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)²² nessa região. Neste caso, participei de rodas de conversas, de acompanhamento de cadastramento e de recadastramento e de demais eventos promovidos pela ONG.

A ONG na qual acompanhei é uma ONG de base comunitária, feita pelos e para os moradores das favelas do Complexo do Alemão. Na ONG ocorrem atividades como cursos pré-vestibulares, cursos de micro empreendedorismo, rodas de conversa sobre diversos temas e assuntos, debates políticos e sociais, cirandas e atividades para as crianças, dentre outras. As moças que frequentam a ONG possuem um sentimento de pertencimento, e demonstram sua gratidão ao espaço por proporcionar a elas atividades fora de suas rotinas. Mas, principalmente, destacam o quanto o trabalho da ONG é importante para que elas possam ter e permanecer no Bolsa Família.

Nestes espaços, foi possível observar algumas reivindicações das mulheres que participaram das rodas de conversas, tais como: as necessidades de cursos profissionalizantes, a vontade de conhecer coisas e lugares novos (como sair da favela, ir a museus e bibliotecas) e de entender melhor como funciona o Bolsa Família.

Foram entrevistadas 4 beneficiárias do Bolsa Família e duas solicitantes (que não foi de fato uma entrevista, mas mais uma conversa). A primeira foi Margarida²³, de 27 anos, duas filhas (de 11 e 3 anos) e casada. Margarida possui ensino médio completo, faz curso técnico de podologia, realiza alguns bicos informais como manicure e recebe o BF a quase dois anos. Mora no Complexo do Alemão desde

²¹ Conta com cerca de 29% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro e renda per capita de R\$257,00 (CARVALHO, FRIDMAN, STRAUCH. (2019)).

²² O CRAS mais próximo fica na estrada do Itararé, na altura de Nova Brasília, já no bairro de Ramos, fora da favela. As mulheres entrevistadas aqui relatam, inclusive, as dificuldades de acessar e de chegar até ao CRAS (já que elas precisam sair da favela e despender tempo e dinheiro para isso).

²³ Todos os nomes foram alterados para manter o sigilo e o anonimato das mulheres entrevistadas a fim de preservar suas informações e identidades, conforme foi informado no começo de cada entrevista.

que nasceu e conta o carinho que sente pelo seu lugar de origem, apesar das preocupações diárias com a violência e as operações.

Rosa foi a segunda. Tem 30 anos, casada desde jovem com seu marido, mãe de três filhos (12, 8 e 5). Terminou o ensino médio mas nunca trabalhou de carteira assinada. Solicitou o BF a pouco mais de um ano após a saída de seu marido da prisão e, por este motivo, começou a trabalhar de forma informal como faxineira. Conta que se mudou para o Alemão após a prisão de seu marido, preso pelo exército por ter sido associado, de forma injusta, me conta, aos X9²⁴ da comunidade na qual morava após uma operação militar.

Violeta foi a terceira entrevistada e a primeira que realizei através da ONG. Ela tem 33 anos, separada dos pais de seus filhos e tem um namorado. Tem três filhos (11, 6 e 4), formada pelo ensino normal, atuou como professora do primário e atualmente está desempregada e morando com sua avó. Recebe o BF há pouco mais de 3 anos. Também mora na favela desde nasceu e, apesar do sentimento de pertencimento, conta que gostaria de proporcionar uma vida diferente para seus filhos (tanto que permitiu que seu filho mais velho fosse morar com o pai, que mora fora da favela).

E Angélica, a mais nova, tem 23 anos, é solteira e mãe de um menino de 4 anos. Não conseguiu terminar os estudos e trabalha em eventos prestando serviços (na informalidade) e recebe o benefício a 4 anos. Angélica me conta de seus desejos e anseios de terminar os estudos e conseguir trabalhar com algo que possa ajudar as pessoas.

As entrevistas foram feitas em dois momentos e em dois espaços: na casa da avó de Margarida (onde entrevistei ela e Rosa) e na ONG. Ter feito as entrevistas nesses dois espaços diferentes trouxe interessantes observações mas também alguns impasses. Todas as entrevistas foram feitas de forma individual e em espaços particulares, para que as entrevistadas se sentissem à vontade e não fossem influenciadas pelas falas das outras mulheres.

As entrevistas foram coletadas através de um gravador, onde, no começo das conversas, perguntei para cada moça se elas permitiam e se sentiriam à vontade

²⁴ Pessoa que cagueta e dedura outra pessoa em determinada situação.

(explicando que nenhuma informação pessoal seria divulgada). A utilização do gravador me possibilitou transcrever e analisar as entrevistas exatamente da forma com que falaram. Contudo, principalmente no começo, trouxe um certo desconforto e receio para as entrevistadas. Mas, ao longo das conversas, esse desconforto foi diminuindo. Todas as conversas durou cerca de uma hora e meia, duas horas, tirando a entrevista com Angélica, que não conseguiu ficar tão à vontade como as outras e teve que ir embora rápido para buscar o filho e fazer o almoço.

Entender a relação que se cria entre entrevistadora e entrevistada²⁵ foi essencial para avançar na pesquisa. Nas rodas de conversa²⁶, por outro lado, com mais pessoas presentes, com uma dinâmica maior e com mais espaços de interação, as beneficiárias com quem conversei se sentiam mais à vontade para tratar de questões como sexo, direitos reprodutivos, violências, dentre outros.

A conversa que realizei com Margarida foi mais fluida e pessoal (meu primeiro contato com ela foi através de sua prima, que é uma conhecida minha). Ela aparentemente se sentiu mais à vontade de falar sobre ela e por estar ali com sua filha mais nova. A conversa com Rosa também correu de forma bem informal, mas já não foi tão fluida e natural como foi com Margarida. Rosa é uma moça tímida e aparentemente muito insegura. Falava baixinho e no começo só respondia o que eu perguntava. Aos poucos, a conversa foi caminhando.

As conversas que fiz na ONG, contudo, foram mais difíceis. Estabeleceu-se de forma maior essa relação entrevistadora e entrevistada. Como as entrevistas foram feitas na ONG, acredito que muitas delas já vieram com discursos prontos para dizer aquilo que acreditavam que eu queria ouvir. “Só uso o dinheiro para meus filhos” foram justificativas recorrentes e foi bastante difícil entrar em assuntos mais relacionados à vida pessoal delas. Contudo, após algum tempo de conversa com Violeta, ela se sentiu mais à vontade para falar sobre seus trabalhos, seus planos para o futuro e questões mais pessoais.

O principal problema de ter feito as entrevistas pela ONG foi a possível associação que elas fizeram de mim com as assistentes sociais. Como foi no local

²⁵ Uma relação que traz uma carga de hierarquia e de poder, como pontuariam Foucault e Butler.

²⁶ As rodas de conversas eram atividades paralelas realizadas pela ONG e apoiadores como forma de conscientização sobre questões primordiais do dia a dia, tais como violências de gênero, violências de raça e de classe, violências policiais, sexo e sexualidade, dentre outros.

onde elas se cadastram e recadastram no Bolsa família, e como é provável que elas já lidem com as cobranças institucionais e formais sobre o cumprimento das condicionalidades do Programa e de como gastam o dinheiro, é possível que elas já tenham criados repertórios para mostrar para mim que estão utilizando o dinheiro do benefício “da forma esperada”. No começo das conversas, percebi uma certa tensão e uma necessidade de comprovar para mim que elas estavam usando “corretamente” o dinheiro. Com o desenrolar das conversas, as entrevistadas foram ficando mais à vontade e percebendo que eu não estava lá para cumprir um papel de agente fiscalizador.

Para realizar as entrevistas, quando era na casa de Margarida, pegava um Uber da minha casa até uma das entradas da favela e ia andando até a casa. Um trajeto normal para mim, que já havia feito outras vezes. Já para ir à ONG, um pouco mais para dentro da favela, pegava um uber até a estrada do Itararé e depois um moto táxi²⁷. Na primeira vez a experiência foi nova e tensa. Eu, que já não gosto de andar de moto, ficava desconfortável toda vez que andava, já que os motoqueiros, já acostumados com seu trabalho, andavam numa alta velocidade, ziguezagueando para desviar dos buracos, quebra-molas e vielas. Logo no primeiro dia que fui à ONG, na volta, houve alguns tiros. Não chegou a ser trocas de tiro e não pareceu nenhuma operação. Foram duas balas disparadas. Apesar de morar próximo ao Alemão e ouvir tiros constantemente (principalmente nos momentos de conflitos, ou entre os traficantes ou entre eles e a polícia, que podem varar noites ou dias), nós que moramos no asfalto não temos o mesmo sentimento de quem mora ali dentro: o medo e a naturalização²⁸ das trocas de tiros. Aqueles dois tiros disparados não pareceu fazer diferença para quem passava ou estava na rua naquele momento. O dia seguiu.

Outro acontecimento é digno de nota. Numa das rodas de conversa promovidas pela ONG, já logo na saída, eu e a professora Rogéria (do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio) fomos surpreendidas por uma operação que acontecia no morro à frente (uns 200 metros de onde estávamos).

²⁷ Um local ficava relativamente perto do outro. O campo foi feito dentro da mesma região (favela na qual optei por não divulgar qual é).

²⁸ Ao mesmo tempo que elas têm medo das operações e das trocas de tiros, principalmente em horários de entrada e saída da escola (e, também, principalmente por causa de seus filhos), as operações são tão constantes que elas já contam como se fosse algo normal, uma característica do dia a dia.

Pareceu ser uma perseguição policial e as trocas de tiros foram intensas. O que mais nos deixou desconfortáveis naquele momento foi o horário: era por volta de 11:30 da manhã, horário de saída de escola e de grande movimentação nas ruas.

A pesquisa começou sendo feita na casa da avó de Margarida. Margarida e Rosa foram as primeiras beneficiárias com quem conversei e fiz um pré-campo. Após a qualificação de minha dissertação, a professora Rogéria propôs de me apresentar o espaço e conversar com as moças que costumam ir à ONG. Só assim tive esta oportunidade para realizar o campo naquela ONG.

Logo na primeira vez que fui consegui participar, muito rapidamente, de uma roda de conversa e realizar quatro entrevistas (duas com beneficiárias do Bolsa Família e duas com não-beneficiárias que estavam lá para se cadastrar no Programa). Continuei indo à ONG, mantendo meu contato com algumas moças. Meu campo durou cerca de 4 meses. Começou com minhas idas à casa da avó de Margarida e, em seguida, minhas idas à ONG, onde fui cerca de 5 vezes ao longo de dois meses.

Além disso, ao se tratar de favela e trazer o marcador de território, abordarei, também, a atuação do Estado e a política militarizada do Estado dentro da favela e os principais efeitos das operações militares no cotidiano e na realidade das mulheres com quem conversei. A política militarizada do governador nos trouxe, por exemplo, no ano de 2019, um alto índice de operações e mortes (tanto de moradores das favelas, quanto de policiais em ação). Somente no Complexo do Alemão, até o mês de agosto de 2019, cerca de 107 pessoas foram assassinadas na região, sendo 53 delas provocadas pela polícia em supostos confrontos²⁹. De acordo com a reportagem da Folha de São Paulo, a política de segurança do governador do Rio matou cerca de 1.249 pessoas nos oito primeiros meses do governo, o maior (tirando o ano de 2018) desde 2003. No caso do Complexo do Alemão, a comunidade tem mais de 40% de mortes causadas pela polícia no ano de 2019 (até agosto deste ano) em relação a outras áreas.

²⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/metade-dos-homicidios-na-area-do-alemao-no-rj-sao-provocadas-pela-policia.shtml> acessado em 11/2019.
<https://exame.abril.com.br/brasil/alta-das-mortes-pela-pm-rj-nao-esta-ligada-a-menos-crimes-mostram-dados/> acessado em 12/2019.

Dois casos foram emblemáticos para demonstrar a arbitrariedade da política de segurança promovida no Estado do Rio sobre o Complexo do Alemão neste ano: o da menina de 8 anos Ágatha³⁰ e o do professor de jiu-jitsu Jean Rodrigo da Silva³¹. Ambos os casos despertaram revoltas e manifestações por moradores do Complexo do Alemão e da região³².

De acordo com Machado da Silva (2004) o “problema da favela” está relacionado ao seu processo de urbanização, especificamente à disputa pela apropriação da cidade, e não pela melhoria das condições de vida da população empobrecida residente nas favelas. Como nos demonstra Michel Misse (2010), o varejo das drogas, especialmente da cocaína, encontrou território fértil no Rio de Janeiro e teve sua expansão, principalmente, nas favelas e conjuntos habitacionais da cidade. Assim,

Toda a área desses “pontos de venda” terminava confundindo-se com o aglomerado urbano do qual fazia parte, constituindo-se assim num “território” do tráfico a ser defendido, a ferro e fogo, de outras redes de quadrilhas e das incursões da polícia (MISSE, 2010, p. 20).

A questão das drogas, o “problema da segurança pública” e o “problema da favela” geraram, como destacou Machado da Silva, uma concentração no foco da “política de segurança sobre os espaços físicos, mais do que sobre as práticas das categorias sociais que os ocupam” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 298).

Além disso, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ficaram marcadas pelos abusos e violências policiais³³. Em novembro de 2010 as favelas que

³⁰ Morta no dia 20/09/2019 por dois disparos na Fazendinha enquanto voltava para casa em uma Kombi com a mãe. De acordo com os moradores, não havia confronto e um dos policiais efetuou o disparo. A PM, contudo, nega as afirmações. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml> acessado em 20/10/2019.

Em novembro de 2019 as autoridades responsáveis pela investigação do caso constataram que a morte foi provocada pela própria PM e o caso segue em aberto.

³¹ Rodrigo foi morto no dia 14/05 com um tiro na cabeça disparado pela PM enquanto saía da aula que dava para jovens e crianças moradoras do Complexo do Alemão. Rodrigo era muito querido pelos alunos e iria disputar campeonato brasileiro de jiu-jitsu. Sua mãe, quando foi entrevistada, questionou ao governador “quando a polícia vai parar de matar os trabalhadores, pais de família? Meu filho tinha quatro filhos. Quem vai sustenta-los?”. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/15/professor-de-jiu-jitsu-morto-no-alemao-iria-disputar-campeonato-brasileiro-este-mes.ghtml> acessado em 05/2019.

³² <http://www.vozdascomunidades.com.br/geral/amanha-na-grota-movimentos-protestam-nesta-sexta-27-contr-a-morte-de-agatha/>

³³ Um dos casos mais emblemáticos foi o desaparecimento do pedreiro Amarildo, na favela da Rocinha, em julho de 2013 (que gerou uma revolta popular e incisivas cobranças da sociedade civil para com o poder público). <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/caso-do-pedreiro-amarildo-completa-5-anos-e-familia-ainda-nao-foi-indenizada.ghtml> acessado em 11/2019

constituem o Complexo do Alemão foram ocupadas pelas forças militares e a partir de 2012 foram direcionadas quatro Unidades de Polícia Pacificadora (no morro do Adeus e Baiana, Nova Brasília, Fazendinha e Alemão).

De acordo com Caetano (2019), “os constantes tiroteios, as arbitrariedades praticadas – muitas vezes relatadas pelos moradores – e as ruínas pós megaeventos na cidade construíram outras visões em torno do tema” (CAETANO, 2019, p. 100). Já em 2017 se intensifica esse cenário de “falência das UPPs” e “com o elevado número de mortes de policiais militares, as próprias esposas, viúvas e familiares passaram a se posicionar publicamente exigindo o fim das UPPs” (Idem). As UPPs foram gradualmente sendo retiradas a partir de 2018 e em 2019 a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou o projeto de lei para sua extinção³⁴.

3. Aportes teóricos

Nesta seção, farei uma revisão bibliográfica dos principais aportes teóricos que nortearão este trabalho, perpassando pelas teorias sobre pobreza, representações sociais e estigmas, o debate da interseccionalidade e os marcadores sociais de gênero, raça, classe e território para, em seguida, correlacionar as teorias com o trabalho empírico e os principais achados de pesquisa.

3.1. A sociologia da pobreza e a categoria pobre

O conceito de pobreza e o que é considerado como necessário para a subsistência vem sofrendo transformações na sociedade contemporânea e varia de acordo com a sociedade e a cultura. À medida que a sociedade se complexifica, o que é considerado necessário para a sobrevivência não está mais relacionado apenas ao mínimo necessário para se viver – como alimentação, moradia, acesso a serviços públicos.

³⁴ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-02/alcrj-aprova-em-primeira-discussao-projeto-que-preve-fim-das-upps>

Simmel (2002) percebe a pobreza como relacional, interpretada como uma forma de interação social. Para ele, dizer que pobre é aquele que não possui recursos para suas necessidades básicas seria reduzir o conceito a um critério objetivo. A pobreza não é um estado quantitativo, e não está relacionada à falta de itens básicos, mas ela é definida segundo padrões de conduta humana, do tipo de sociedade e do modelo de assistência social. O pobre desempenha uma função social em cada sociedade e o que determina a categorização do pobre é o socorro dado à sua condição, sendo a assistência social um mecanismo de controle social da pobreza e uma forma de manutenção da estrutura da sociedade.

A pobreza é entendida por ele como uma reação social estabelecida entre os indivíduos, ela é ao mesmo tempo uma construção social e uma construção relacional. Assim, o pobre, como categoria sociológica, só é expresso a partir da assistência dada a esse grupo e da existência do grupo de não-pobres, aqueles que não recebem assistência, e não pode ser reduzida à renda – como pobreza sendo reduzida apenas à falta de riquezas materiais e itens de subsistência. Para ele não é possível reduzir a categoria de pobreza à falta de recursos para satisfazer as necessidades básicas, pois este é um critério extremamente subjetivo e o que é visto e colocado como necessidade varia de acordo com a sociedade, a região e a classe social.

A pobreza, assim, é fruto de uma sociação presente na sociedade, e a ideia de pobreza como falta de recursos suficientes para viver é subjetiva, enquanto a categoria de pobreza pautada no pobre que recebe o socorro do Estado está dentro do que é entendido como pobreza objetiva. A assistência ao pobre é um dos direitos garantidos a eles e, também, um dever correspondente oferecido pelo Estado. Desta forma, a relação dos pobres com a sociedade se dá através do socorro disponibilizado a este grupo. Este socorro é uma forma de controle social da pobreza e controle do que poderia se configurar como uma ameaça social. Não tem como objetivo combater as estruturas da desigualdade e não se propõe gerar uma equidade material entre os grupos pobres e os ricos, mas sim controlar as manifestações externas da diferença social (SIMMEL, 2002).

Portanto, a pobreza, como fenômeno da sociedade moderna, é determinada pela situação de privação desses grupos que os levam a necessitarem da assistência. Quando aceitam sua categoria passam a ser socialmente pobres, o que Simmel define como uma transição que simboliza sua desclassificação formal, passando a

adquirir a identidade social de pobre e a se inserir na categoria de pobre. A partir desta transição, o indivíduo adquire uma nova posição vista como inferior: a condição de assistido. Passa, então, a incorporar outras características sociais que são atribuídas socialmente aos pobres, assumindo o que Goffman (1988) chamou de estigma, a partir desta identidade social. A sociedade cria características e estereótipos a partir desta identidade dos grupos, e espera atitudes e respostas que condizem com os estereótipos atribuídos.

A atribuição do estigma é depreciativa para os grupos estigmatizados, pois confirma a “normalidade” dos outros grupos que não os possuem. Assim, podemos entender que os grupos pobres, que recebem o socorro em forma de assistência do Estado, bem como, no caso brasileiro, as beneficiárias do Bolsa Família, carregam um estigma que é atribuído ao seu grupo social – o de assistido – que os perseguem em todos os meios sociais e os fazem ter repertórios de ação já prontos como resposta, baseados em suas vivências e realidades. O estigma não gera apenas um sentimento de vergonha para os beneficiários, mas também o de controle do Estado, das instituições locais e do mercado sobre eles, pois os agentes sociais passam a fiscalizar e a “controlar” as ações dos beneficiários para que estes possam continuar nos programas de assistência (como é o caso do BF e a fiscalização sobre os cuidados das mulheres com os filhos a fim de cumprir com as condicionalidades do programa).

Paugam (1999) também pensa em estigmas para tratar da pobreza e da desqualificação social³⁵. O autor está preocupado em observar o caráter relacional, multidimensional e evolutivo da pobreza e a chamada “nova pobreza”. Em sua perspectiva, a pobreza e a desqualificação social estão relacionados à exclusão de parcela da população do mercado de trabalho e das novas formas de relações de trabalho. Essa exclusão leva os sujeitos sociais a recorrerem ao sistema de assistência social. A partir disso, é disparado um processo de desqualificação social que tem como ponto inicial o estigma de se entender e ser reconhecido como pobre. O entendimento da desqualificação social significa, também, estudar as identidades pessoais, “ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantêm entre si e com o outro (PAUGAM, 2003. p. 47)”.

³⁵ Para o autor, referir-se à desqualificação social significa abordar questões relativas à situação de pobreza vinculadas aos processos de exclusão do mercado de trabalho.

O autor trata a pobreza como um processo de construção social e cultural, que se desenvolve exteriormente ao indivíduo, mas também através da sua própria percepção enquanto grupo social e do reconhecimento enquanto grupo marginalizado. Desta forma, o que interessa a partir de um ponto de vista sociológico são as formas institucionais que esse fenômeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio (PAUGAM, 2003, p. 55). A pobreza é categoria relativa e variada, que faz parte de uma das bases da estrutura das sociedades modernas.

Além disso, ele também traz a problemática da ideia de legitimidade estatal, na qual o Estado determina e classifica quem é merecedor ou não dos benefícios sociais. Para isso, Paugam destaca três ideias sobre a exclusão social e acesso às políticas de assistência: a noção de trajetória, o conceito de identidade e a categoria de territorialidade. A noção de trajetória se refere ao percurso no tempo e no espaço dos indivíduos que estão em situação de exclusão social; o conceito de identidade, que pode ser positiva ou negativa, ligada, respectivamente, a ideias de crise ou de identidade valorizada; e a territorialidade, que são espaços que criam fronteiras de segregação social. Para o autor, as noções de identidade e trajetória estão relacionadas, pois, para que se construa a identidade do indivíduo, é necessário que se contextualize o espaço social em que os indivíduos estão inseridos – este ponto é de extrema importância para meu trabalho, já que a o marcador de território e a contextualização da favela são fatores essenciais para que se trate das experiências vividas pelas mulheres pobres e beneficiárias da política social.

A partir disso, Paugam classifica três fases do processo de desqualificação social de acordo com a relação dos beneficiários e a esfera estatal. Os beneficiários classificados como frágeis são os que recorrem e se beneficiam da intervenção social. Suas condições estão relacionadas a dificuldades financeiras e incertezas dos rendimentos e uma participação reduzida na vida econômica e social, como situações de desemprego, trabalho temporário ou de tempo parcial. Os membros desta categoria possuem um sentimento comum de inferioridade social devido às suas condições de vida, como falta de emprego e de recursos. Como observado por Marins (2017), no caso brasileiro, essa fragilidade é secular, já que o problema do desemprego se apresenta como estrutural na vida de milhões de famílias brasileiras (MARINS, 2017, p. 50). Além disso, a autora observa que há uma diferença entre ser pobre numa sociedade salarial como a francesa e em uma sociedade desigual

como a brasileira, mas que, ainda assim, os pobres beneficiários na sociedade brasileira também estão sujeitos a processos de desqualificação, humilhação e preconceitos advindos de seus status.

Já os beneficiários classificados como assistidos são indivíduos que se “beneficiam de uma intervenção social relativamente ‘pesada’ ou, noutros termos, de um seguimento de tipo contratual pelos trabalhadores sociais” (PAUGAM, 2003, p. 35). Suas dificuldades estão relacionadas a alguma forma de “deficiência física ou psicológica ou na dificuldade de prover a educação e sustento dos filhos (Idem), e seus rendimentos vêm de apoios da proteção social disponibilizados a eles. Esta categoria é dividida de acordo com três experiências: a assistência diferenciada, na qual os indivíduos estão, geralmente, motivados a buscar emprego, apesar da dependência que possuem dos serviços de ação social (e relutam mais a terem acompanhamento social e orientação dos assistentes sociais); a assistência instalada, na qual os beneficiários se identificam enquanto assistidos, buscando instrumentos de racionalização para justificar a assistência; e a assistência reivindicada, na qual os beneficiários estão em situação similar à subcategoria anterior, porém menos motivados para a procura de emprego e exercício do trabalho, com uma dependência dos serviços de ação social mais fortes. E por último os marginais, no qual Paugam classifica como indivíduos que não possuem rendimentos através de emprego regular, vivendo com uma renda muito baixa, não possuindo proteção social.

3.2. Pobreza no Brasil

Maria Ozanira da Silva e Silva (2010) retoma Paugam (2003) e Castel (2000) e suas críticas ao conceito de exclusão social. Como já dito, Paugam elabora o termo “desqualificação social” para pensar pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e marginalidade social. De forma semelhante, Castel recorre ao conceito de “desfiliação social”. Para este autor, o termo desfiliação é melhor encaixado para pensar pessoas que passaram de uma situação de integração social para vulnerabilidade.

Silva aponta que as noções de exclusão social (ou desqualificação ou desfiliação social) são expressões da realidade francesa frente a um período de crescimento do desemprego, precarização do trabalho e pelo enfraquecimento de políticas de proteção social. No Brasil, contudo, uma sociedade que não pode ser classificada como sociedade salarial e fortemente marcada pelas relações desiguais de trabalho e de produção, o que se tem é uma parcela considerável da população à margem da sociedade e não inseridos no trabalho formal. “Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações” (SILVA, 2010. P.157), afirma ela.

José Souza Martins (2008), inclusive, faz críticas contundentes à categoria de “exclusão social” e de “excluído”. Em sua concepção, essas categorias não são uma categoria sociológica que se aplica à realidade brasileira. O trabalhador (formal ou informal) e o pobre são parte de uma categoria de classe trabalhadora, inseridos no processo de reprodução capitalista, mesmo que incluídos de forma marginal nesse processo. Para ele, a categoria de “exclusão” não toca na contradição da problemática das relações de produção, e não compreende os processos sociais humanamente degradantes próprios desse sistema de formação econômico dependente. Esses sujeitos sociais, então, estão à margem das relações de trabalho e não estão totalmente inseridos nas relações de produção postas pelo sistema capitalista, mas estão inseridos em outras esferas, como a do consumo, por exemplo.

A sociedade brasileira é marcada pelas raízes e frutos da escravidão, do Estado oligárquico e, posteriormente, do rápido processo de modernização e de industrialização, levando a uma sociedade hierarquizada e socialmente desigual. Contudo, o problema da pobreza não deve ser resumido apenas ao tradicionalismo de tempos passados. Para Vera Silva Telles (1993), são esses termos que constroem a peculiaridade do Brasil moderno. Ao mesmo tempo que a sociedade brasileira carrega o peso da tradição de uma sociedade escravista, patriarcal e das relações de mando e autoridade, ela se modernizou no interior dessas concepções. No entanto,

Se tradições persistem, isso não independe do modo como, aqui, a cidadania foi formulada. E é nisso que se aloja todo o paradoxo da sociedade brasileira. Paradoxo de um projeto de modernidade que desfez as regras da República oligárquica, que desencadeou um vigoroso processo de modernização econômica, social e institucional, mas que repôs a

incivilidade nas relações sociais. Pois, nos anos 30, a concessão de direitos trabalhistas e a montagem de um formidável sistema de proteção social tiraram a população trabalhadora do arbítrio, até então sem limites, do poder patronal, para jogá-la por inteiro sob a tutela estatal (TELLES, 1993, p.03).

Assim, cria-se um modelo de cidadania definido nos termos de um direito igual à proteção do Estado, que tem os direitos sociais como recompensa ao cumprimento do dever do trabalho.

A face da pobreza brasileira está, para a autora, intrinsecamente ligada às relações de trabalho e aos processos de empobrecimento de trabalhadores urbanos. De acordo com ela, uma ampla maioria dos trabalhadores tem sua trajetória no mercado de trabalho marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos que estabelecem com o trabalho. São grupos de pessoas que transitam de emprego a emprego, e que estão se aproximando do mercado informal e do trabalho irregular. Para a autora, isso é “a contrapartida de um capitalismo que construiu um padrão histórico de acumulação sustentado numa força de trabalho barata, abundante e facilmente substituível (TELLES, 1993, p.06).

Segundo Telles, a pobreza não diz respeito apenas a um grupo de pessoas que já ultrapassaram a linha da pobreza. E a pobreza não é apenas fruto das dificuldades de inserção e continuidade no mercado de trabalho. Ela é, antes de qualquer coisa, a privação de direitos.

Na tradição brasileira, a regra formal que prescreve o acesso aos direitos sociais desdobra-se em algo como uma lei moral que julga a pertinência do indivíduo na vida em sociedade, o seu direito a existir socialmente e a ser reconhecido como cidadão: para ter direitos e acesso a uma existência legítima, o indivíduo tem que provar ser um trabalhador responsável, com uma trajetória ocupacional identificável em seus registros, persistente na vida laboriosa e cumpridor de seus deveres (TELLES, 1993, p.07).

Ao final da escravidão, a sociedade republicana passou a discriminar a população mais pobre (e em sua maioria negra) como “vadio” e “malandro” (TELLES, 2008). Com a entrada na modernidade, a pobreza e os pobres passaram a ser criminalizados na figura de “bandidos” (ZALUAR, 1985). Sarah Silva Telles (2008) também destaca que os moradores de favelas e periferias e a população mais empobrecida sofrem formas de violência simbólica e física para além da privação material. Uma dessas violências se mostra através do processo de estigmatização e discriminação do pobre.

A carga estigmatizante que foi identificada inicialmente na representação do “escravo negro”, do “caipira” ou “caboclo”, passou em seguida para os libertos, identificados como “vadios”. Na medida em que se reconheceu que trabalhavam, predominou a visão de inferioridade da “classe trabalhadora” ou “trabalhador pobre”, que poderia ser também “biscateiro”, o “boia-fria”. Chegou no final do século passado ao “pobre”, que pode ser qualificado como “favelado”, “morador de periferia”, “migrante nordestino”, “negro e pobre”, “população de rua”, uma pobreza que vai adquirindo características novas (TELLES, 2008, p.51)

De acordo com Silva (2010), o sistema de produção capitalista, que reparte de forma injusta e desigual a renda nacional, é responsável pelo processo de exclusão e reprodutor da pobreza enquanto fenômeno estrutural. A pobreza, então, não é apenas a falta de renda ou a não inserção no mercado formal de trabalho. Ela é fruto de um sistema que tem como base a estratificação econômica e social da sociedade.

3.3. Controle do Estado e poder simbólico

A visão do mundo social e a sua reprodução através da estrutura depende de alguns fatores, como a legitimação e a naturalização dos repertórios socialmente impostos, e da garantia da distinção e da hierarquização entre grupos sociais. O poder dos agentes sociais nesta luta pela imposição de uma visão do mundo social é proporcional ao capital e ao reconhecimento que possuem. Assim, as relações de força não são iguais e justas. É a partir desse conflito simbólico que o Estado age como agente de manutenção da ordem e uso da violência (seja física, seja simbólica). O Estado simboliza a concentração de diversos tipos de capital (como econômico, capital, simbólico) e esta concentração leva à emergência de um capital específico, propriamente estatal, que “permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital” (BOURDIEU, 2008, p.99).

Assim, a dominação simbólica se reproduz de forma legítima na esfera do Estado, reafirmando as diferenças entre grupos sociais, que desencadeiam em desigualdades sociais e econômicas. Além disso, ao mesmo tempo que o Estado é coerção ele é também consenso pautado em acordo não conscientes entre os cidadãos.

Além disso, como destaca Becker (1991), as normas da sociedade podem ser legalmente postuladas e, assim, são promulgadas através das leis e impostas através do poder do Estado e das forças policiais. E podem ser, também, postuladas informalmente através da tradição. De acordo com ele,

Quer uma regra tenha força de lei ou de tradição, quer seja simplesmente resultado de consenso, a tarefa de impingir-la pode ser o encargo de algum corpo especializado, como a polícia ou o comitê de ética de uma associação profissional; a imposição, por outro lado, pode ser uma tarefa de todos, ou pelo menos a tarefa de todos os grupos a que a regra se aplica (BECKER, 1991, p. 16).

Quando tais regras não são cumpridas por determinados indivíduos, estes são vistos e classificados como desviantes e rotulados como criminosos. Neste sentido, para o autor, o crime e o sujeito classificado como “criminoso” não é classificado assim pelo ato em si, mas em como tal ato é construído pela sociedade e pelas leis do Estado. Como é o caso do consumo e o tráfico de drogas.

Ao passo que o Estado não age para amenizar os conflitos postos pelas desigualdades e para garantir formas de assistência, ele passa a agir como um Estado disciplinador. É o que Wacquant (2003) destaca sobre a atuação do Estado nos Estados Unidos. O Estado passa de Estado caritativo para Estado punitivo. A pobreza é criminalizada numa clara guerra aos pobres e criminalização da miséria. Esse tipo de política, aponta ele, segue duas modalidades principais. A primeira, através da transformação dos serviços sociais em instrumentos de vigilância e de controle das classes. Ele traz como exemplo os condicionantes para o acesso à assistência e a adoção de certas normas de conduta (como sexual, familiar, educativa e etc.) para se manter nos programas (como acontece no caso do Bolsa família, no Brasil). Segundo ele,

As [assistências] mais difundidas estipulam que o beneficiário deve aceitar qualquer emprego que lhe seja proposto, não importam a remuneração e as condições de trabalho oferecidas, sob pena de abdicar a seu direito à assistência (*workfare*). Outras modulam a assistência às famílias em função da assiduidade escolar de seus filhos (*learnfare*) ou da inscrição em pseudo-estágios de formação sem objetivo nem perspectivas. Outras ainda fixam um teto de assistência ou uma duração máxima depois da qual nenhum apoio será mais concedido (WACQUANT, 2003, p.28)

A política de programas de trabalho forçado é tão ineficaz para o combate à miséria quanto o é para a punição. Para o autor, serve apenas como mecanismos de

humilhação e de naturalização de trabalhos forçados, precários e de relações de trabalho explorativas.

A segunda modalidade é a política de encarceramento. Os índices de encarceramento nos EUA cresceram 314% em vinte anos, e da população encarcerada sua maioria é negra. Em 1994 os negros eram 12% da população do país, mas 53% de seus presos, um número 7 vezes maior que o número de brancos encarcerados. O autor confirma que isso se deve a uma política de “guerra às drogas” que na realidade é uma política de perseguição penal aos jovens negros e moradores dos guetos americanos.

Além disso, Wacquant destaca como os programas de assistência nos Estados Unidos estão associados a estereótipos e discriminações de raça e de classe. Esses programas se tornam vulneráveis no plano político pois são associados aos “pobres do gueto” como “parasitas sociais”, mesmo que não sejam esses grupos (como os dos guetos) a maioria dos beneficiários. O autor vai demonstrando, inclusive, como o orçamento e o investimento em políticas de segurança e de encarceramento vão crescendo enquanto as políticas de assistência vão sendo reformadas e cortadas. Wacquant destaca, ainda, que, junto com a defesa de reformas³⁶ na política de assistência³⁷, aparece a defesa ao pleno emprego. Contudo, não houve nenhum orçamento previsto para a profissionalização dos beneficiários e criação de postos de trabalho.

Assim, o Estado controla e vigia populações pobres e em situação de vulnerabilidade através de políticas assistenciais que exigem algum tipo de condicionante (a fim de comprovarem o “merecimento” dos benefícios) e pune essa mesma população através da coerção e de uma política de Estado que criminaliza a pobreza e coloca em guerra grupos em desvantagens sociais (pobres e negros). Neste sentido, as reproduções de estereótipos morais (como os já mencionados “acomodados” e “encostados pelo Estado”), juntamente com o sentimento de

³⁶ “Sua passagem [do texto da reforma] confirma e acelera a substituição progressiva de um (semi) Estado providência por um Estado carcerário e policial no seio do qual a criminalização da marginalidade e a contenção punitiva das categorias deserdadas fazem as vezes de política social (WACQUANT, 2003. p.41)

³⁷ A “reforma” dos serviços sociais foi votada pelo Congresso e rubricada por Clinton em 1996. Dentre elas, a *Aid to Families with Dependent Children* (AFDC), *Supplemental Security Income* (SSI, a verba para as pessoas idosas indigentes e enfermas) e os tiquetes de alimentação (*food stamps*).

vergonha pela condição socioeconômica que se encontra, pode levar os indivíduos a assumirem posturas de distinção entre outros sujeitos com o intuito de se autovalorizarem.

De acordo com Bourdieu (2012) o papel do Estado segue um duplo movimento: por um lado, visa integrar os indivíduos pobres (através da assistência); por outro, diferencia os pobres do resto da população, categorizando-os e tornando-os o foco de uma política específica. De acordo com Marins (2017), “as políticas públicas focalizadas (sobretudo aquelas dirigidas aos pobres) exercem uma violência simbólica, porque, através delas, o Estado classifica um grupo por critérios de legitimidade e de valores mais (supostamente) universalmente reconhecidos” (MARINS, 2017, p.41). No caso de políticas como o Bolsa Família, o Estado classifica grupos de pobres “merecedores” de um auxílio financeiro e exerce sobre as famílias beneficiárias um poder regulador e controlador sobre suas ações através do cumprimento das condicionalidades postas pelo programa.

Em Foucault (1979), o poder é tido como uma ação sobre outras ações. As relações de poder postas pelas instituições, escolas, prisões, são marcadas pela disciplina, que traz consigo uma maneira específica de punição. É por meio da disciplina que se observa as relações de poder e que se percebe a relação de mando e de obediência, relações entre opressor-oprimido, relação entre quem pune e quem é punido. Contudo, para Foucault, os poderes não estão focados de forma central em nenhuma parte da estrutura social. Os micro poderes são encontrados de diversas formas e em diversos contextos. Diferentemente de bibliografias clássicas, para ele o poder não está ou é exclusivo de um grupo ou de um lado. Ele funciona como uma rede de dispositivos que desencadeia em relações de poder. Isso significa “que o poder é algo que se exerce, que se efetua e que funciona como uma máquina social que não está situada em nenhum lugar privilegiado, mas se dissemina por toda estrutura social” (MACHADO, 1979, p. XIV).

O autor também coloca que a vigilância é uma forma relacional de poder, que funciona de forma singela e mascarada, mas que é permanente. Os indivíduos são, a todo momento, vigiados por grupos ou instituições de maneira tão dissimulada que na maioria dos casos nem é percebida pelos sujeitos. Ora, se poder é algo

relacional e circula pelas relações sociais, ele pode ser posto entre o próprio grupo marginalizado.

Desta forma, na perspectiva de Foucault, o controle e a vigilância não ficam à cargo somente do Estado. É o que aponta Marins ao olhar a categoria de pobres e de beneficiários do Bolsa Família. “Cada indivíduo passa a ser julgado moralmente, em virtude de sua condição de beneficiário; assim, no bairro, eles são localizados, classificados e hierarquizados por critérios de justiça social, de culpa, de mérito, de condição de pobreza e de responsabilidade maternal” (MARINS, 2017, p.66).

Os micro poderes e controles perpassam entre a mesma categoria de pobres e cobra uma disciplina moral e uma comprovação de merecimento por parte desses beneficiários. O Estado, ao exigir o cumprimento das condicionalidades pela população beneficiária como forma de se manter no Programa, exerce sobre eles um poder e um controle legal e legitimado, representado através da figura dos agentes municipais e dos gestores. Os vizinhos e parentes exercem um poder que não é legitimado por nenhuma instituição, mas que faz parte de um amplo poder disciplinar.

Contudo, como veremos no capítulo empírico, esses poderes de controle e de vigilância também são exercidos pelo próprio grupo de beneficiárias. Como forma de valorizar suas atuações e de justificar o “merecimento” do benefício, as beneficiárias regulam como outras beneficiárias estão utilizando o dinheiro do benefício e como estão exercendo suas atividades maternas.

3.4. Representações, estigmas e distinções

Goffman é um dos principais autores da chamada microsociologia. Sua principal preocupação e foco de estudo está centrado no indivíduo, suas inter-relações e representações. A vida em sociedade é constituída por interações sociais e comunicações, através de expressões transmitidas e emitidas pelos atores e pelo público, definindo, a partir disso, os papéis sociais de cada ator social. As interações são uma influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros.

Em sua obra “A representação do eu na vida cotidiana” (1959), Goffman trata das relações face a face dos indivíduos, dos papéis sociais que representam, da interação entre esses sujeitos (estabelecida através de hierarquias, papéis e experiências) e como cada indivíduo representa um papel de acordo com o meio social em que está inserido, com qual grupo está se relacionando e com qual função está desempenhando naquele momento. Uma secretária, por exemplo, de um grande empresário bilionário se portará de forma formal, polida e profissional dentro do cenário de seu trabalho e com a plateia referente àquele meio. Contudo, quando estiver desfrutando de um fim de semana na praia com os amigos, sua postura será mais relaxada, casual e amistosa. O autor afirma que os indivíduos interpretam um papel dentro de um cenário e espera-se que os observadores (a plateia) acreditem neste papel que está sendo interpretado. Logo, a representação é qualquer influência que o indivíduo que está atuando exerce sobre esta plateia.

Em cada interação há uma representação e dramatização. A dramatização representa a atividade do indivíduo, durante a interação, que transmite o que o ator quer passar para o observador. A impressão que a plateia retira sobre o que lhes foi exposto é tida como idealização. Goffman expõe ainda que o indivíduo que irá se apresentar para uma plateia incorpora e exemplifica valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e por aquele grupo. Assim, para que o ator consiga passar sua representação ele deve apresentar o tipo de cena que traga estereótipos daquela realidade que os observadores possam identificar. O ator pode, também, ocultar atividades que ele entenda como incompatíveis com o que ele deseja representar. São, assim, discrepâncias entre aparência e a realidade total. De acordo com Goffman,

Verificamos que há muitas representações que não poderiam ser feitas se certas tarefas não tivessem sido realizadas, tarefas estas que são fisicamente sujas, quase ilegais, cruéis e de certo modo degradantes. Mas estes fatos perturbadores raramente são expressos numa representação. Nas palavras de Hughes, temos a tendência a esconder de nosso público todos os indícios de “trabalho-sujo”, quer o realizemos em particular ou encarreguemos um empregado de fazê-lo, entregamo-lo ao mercado impessoal, ao especialista legítimo ou ilegítimo (GOFFMAN, 2014, p.56-57).

A impressão da realidade criada pela representação do ator é delicada e frágil, pode ser quebrada por pequenos contratemplos. Essa coerência expressiva coloca em discrepância nosso eu demasiado humano e nosso eu socializado. Como a

aceitação do público aos sinais passados pelo ator podem ser mal interpretados, tornando necessário um maior cuidado no repasse desses sinais, o público pode ser enganado e mal orientado, já que diversos atores têm capacidades e motivos para falsear fatos e realidades. Essa fachada falsa, que dissimula a plateia, demonstra uma discrepância entre as aparências alimentadas e a realidade. Demonstra, também, a posição precária em que os atores se colocam, já que em qualquer momento enquanto representam pode ocorrer um erro ou uma falha que denuncie esse falseamento, trazendo humilhação e perda da reputação.

Como bem observou Goffman, o estigma representa um tipo de sinal na interlocução entre os sujeitos. No momento da interação entre um indivíduo e um estranho, aquele passa a observar atributos que sejam considerados diferentes e/ou inferiores. Contudo, não são os atributos de fato que contam para a atribuição do estigma, mas sim as formas de linguagem. Se o sujeito dessa interação percebe que aquele atributo é inferior para um grupo social em questão, o “estranho” será estigmatizado por isso. Mas, esse sujeito que até então é estranho, não necessariamente será estigmatizado por possuir tal atributo dentro de seu círculo de relacionamento (ou seja, em outra interação social em uma outra fachada).

Bourdieu (2003), inclusive, aponta que a percepção do mundo social pelos agentes está intrinsicamente relacionada à contribuição que eles dão para essa construção de visão de mundo e da própria construção desse mundo através da representação. Nesta representação o mundo social é reproduzido tal qual os símbolos e sinais da classe dominante.

Goffman (1891) destaca que os estigmas são socialmente construídos e repassados através das relações interpessoais e da comunicação. Numa interação, o traço estigmatizado fica em evidência e pode destruir a possibilidade de atenção do interlocutor a outros atributos seus. A pessoa estigmatizada passa por fases no processo de socialização e passa a sofrer mudanças na concepção do eu.

Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos “normais”³⁸, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma

³⁸ Termo utilizado por Goffman (2004) para diferenciar pessoas que são estigmatizadas de pessoas que não carregam marcas de estigmas.

particular e, dessa vez detalhadamente, as consequências de possuí-lo. A sincronização e interação dessas duas fases iniciais da carreira moral formam modelos importantes, estabelecendo as bases para um desenvolvimento posterior, e fornecendo meios de distinguir entre as carreiras morais disponíveis para os estigmatizados (GOFFMAN, 2004, p.30).

Nisto, estão pessoas estigmatizadas que foram socializadas dentro de uma situação de desvantagem. Por exemplo, mulheres negras e pobres que passam a vida vendo padrões de beleza voltados para mulheres brancas, ricas e magras que possuem acesso a determinados bens e produtos. Ao não se ver no padrão social de beleza, a construção de sua própria identidade é prejudicada. É o que Taylor (1998) aponta como interiorização de preceitos dominantes: quando o grupo dominado normaliza os padrões da classe e dos grupos dominantes e se enxerga como inferior. É também o que Bourdieu apontou como a interiorização da distinção e das normas sociais do grupo dominante tidas como superiores.

Mas a visibilidade do estigma não se dá por si só. Goffman argumenta que a ideia de visibilidade – no sentido de visão – acaba ficando limitada. Primeiro porque a visibilidade deve ser diferenciada de sua “possibilidade de ser conhecida” e, para isso, não basta apenas o estigma ser visível, mas que o outro conheça que este atributo é identificado como um estigma. Além disso, quando um estigma é identificado, deve-se saber até que ponto ele interfere no fluxo de interação. Também como nosso foco de percepção interfere em como o estigma será visto. Se a característica que torna alguém estigmatizado não interferir nas competências da pessoa estigmatizada ela não será tão importante no momento da interação. Além disso, a leitura e interpretação que se faz do estigma é variável. Depende do contexto, do grupo e do momento. Uma característica que é vista de forma estigmatizante em um local por determinada pessoa não necessariamente será vista da mesma forma em outro momento com outra pessoa. Um exemplo disso seriam as gírias utilizadas por jovens da cultura do rap/hip hop. Em seu meio cultural e no seu grupo social, as gírias são formas de interlocução e de interação. Fora deste meio são vistas com olhares de julgamento e reprovação.

Os signos que são usados apenas para transmitir informação podem ou não ser empregados contra a vontade do informante e, neste caso, os símbolos são considerados de estigmas. Mas estes signos podem transitar entre o estigma e o prestígio, dependendo do grupo social no qual está se olhando. No próprio exemplo

da cultura do rap/hip hop, a ostentação e a riqueza são exaltadas através de cordões de ouro, muitas joias, tênis e roupas de marca, num estilo de vestimenta próprio daquele grupo. Externamente a esse meio, a cultura da ostentação e os versos que tratam de tráfico de drogas, criminalidade e desigualdade social podem ser (e muitas vezes são) tratados como apologia ao crime e como expressão musical e cultural inferior.

Além do mais, Goffman ressalta que o relacionamento com alguém pode também representar a identidade social do outro. Ou seja, “a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são” (GOFFMAN, 2004, p.43). Desta forma, o estigma também é responsável por influenciar, ou até mesmo, criar a identidade pessoal dos sujeitos. A característica negativa de sua personalidade ou de seu corpo se destaca entre as demais características e o próprio indivíduo acaba se resumindo apenas àquele atributo. O que leva a uma formação subjetiva enfraquecida. É o que Honneth (2003) chamará de formas de desrespeito. Sofrer um desrespeito e não ser reconhecido leva a uma formação fragilizada de si mesmo.

O que se coloca, aqui, é que a interpretação que fazem de nós influencia a forma com que nós mesmos nos vemos e nos construímos. A estigmatização e a normalização do que é dito como inferior são interiorizadas pelos indivíduos e acaba fazendo parte da identidade social deles.

Para Goffman, a identidade social pertence a um repertório de papéis que um indivíduo pode sustentar. Já a identidade pessoal, contudo, não pertence a “esferas de combinações permissíveis de fatos sociais mas ao tipo de controle de informação que o indivíduo pode exercer com propriedade” (GOFFMAN, 2004, p.57). Ou seja, enquanto a identidade social depende de fatores sociais, tanto quanto forem possíveis ou necessários, a identidade pessoal refere-se a esse conjunto de informações que cada sujeito decide passar para o outro através de suas interações. Uma mulher pobre e negra tem como sua identidade social tanto sua classe e sua raça, quanto outros atributos referentes a suas capacidades, gostos etc. E terá sua identidade pessoal de acordo com o que passará para seu interlocutor. Caso ela seja beneficiária do BF, ela pode decidir passar essa informação para um grupo e não

para outro. Ao grupo que ela não passará essa informação, sua identidade pessoal será manipulada. Goffman, então, entende a manipulação da identidade como a forma com que determinado sujeito se representa frente a um grupo social. Assim, um sujeito que queira manipular sua identidade, esconderá ou não deixará em evidência determinados atributos sociais; ou então valorizará determinados atributos em detrimento de outros.

Desta forma, a manipulação da identidade social e da identidade pessoal depende muito de quais informações o outro tem sobre aquele sujeito. Uma pessoa consegue esconder determinados fatos de sua vida e determinadas características pessoais de acordo com o círculo em que se insere ou de acordo com a pessoa com que se relaciona naquele momento. Mas não consegue esconder outros fatos na presença de pessoas que já o conheçam (ou ao menos saibam que ele possui determinada característica). É o que o autor chamou de fachada.

Cada sujeito social assume um papel de acordo com o cenário no qual está em determinado momento. A identidade pessoal do pobre, que sofre formas de estigmas, de distinções e de injustiças, é construída a partir do que se entende como pobre mas também é remontada a partir de controles de normalidade postas por esse mesmo grupo. Desta forma, quando um pobre não beneficiário ou beneficiário afirma sua identidade de “trabalhador”, de “que corre atrás”, de que “não precisa ficar encostado” ele cria mecanismos de diferenciação entre eles e os “outros pobres”, aqueles que precisam de ajuda do Estado e que não conseguem romper com suas situações de dependência, e cria/reforça formas de estratificação.

É o que identificamos através do trabalho empírico: as mulheres beneficiárias do Bolsa Família entrevistadas se sustentam em narrativas morais de merecimento e de exercício da maternidade para estabelecer uma distinção entre elas e “as outras”. Quando recorrem a discursos meritocráticos e valorativos para legitimar sua posição de beneficiária, traçam processos de distinção entre elas e outras beneficiárias que são tidas como “acomodadas”, “mães ruins” e mulheres que “poderiam trabalhar mas não trabalham porque ficam recebendo o BF”. De acordo com Goffman, os sujeitos sociais buscam estar e permanecer na norma, a fim de evitar retaliações sociais (como julgamento, estigmatizações e discriminações). O fracasso ou o sucesso em manter as normas, pontua o autor, surtem efeitos sobre a

integridade psicológica dos indivíduos. Somente a vontade de permanecer dentro da norma não é o suficiente. Além disso,

Embora algumas dessas normas, como a visão e a alfabetização, devam ser, em geral, sustentadas com total adequação pela maior parte das pessoas da sociedade, há outras normas, como as associadas com a beleza física, que tomam a forma de ideais e constituem modelos perante os quais quase todo mundo fracassa em algum período de sua vida. E mesmo quando estão implícitas normas amplamente realizadas, a sua multiplicidade tem o efeito de desqualificar muitas pessoas (GOFFMAN, 2004, p.109).

Além do estigma, a normalização de um padrão dominante, reproduzido nas interações interpessoais, contribuem para construções fragilizadas da identidade dos sujeitos. Marcadores sociais da diferença, por exemplo, são internalizados por sujeitos que possuem marcas de diferença como algo inferior. Suas capacidades e autonomias ficam, conseqüentemente, vulneráveis.

Aproximando com a tese de Goffman, um sujeito que é visto como desprezível ou com algum traço considerado desmoralizante construirá sua imagem a partir da visão e da interpretação do outro, causando efeitos negativos na construção subjetiva de cada sujeito. A construção da auto imagem, da identidade e da autoestima de cada sujeito é fruto das interpretações que os outros e a sociedade fazem sobre esse indivíduo, seu grupo e suas marcas. Estar fora de um “padrão” social – como a masculina, branca, rica e heteronormativa – constrói sujeitos que se veem com desprezo e inferioridade, mesmo que não o sintam de forma consciente. A construção subjetiva é, então, uma via de mão dupla. Ela é construída pelo o que a sociedade impõe como regra, moldada através das relações com os outros e interiorizada pelos indivíduos através de suas relações interpessoais.

Lahire (2004) coloca, inclusive, que para compreender os próprios fenômenos identitários é necessário conhecer, também, os processos de socialização aos quais os sujeitos foram submetidos “a fim de reconstruir as disposições que eles constituíram e que fazem com que ajam de determinado modo” (LAHIRE, 2004, p.317). O autor destaca ainda que a produção do indivíduo como indivíduo singular e autônomo costuma ser pautada no conteúdo dos discursos, mas que os estudos das instituições, dos dispositivos sociais ou das configurações de relações de interdependência também impactam na construção da identidade de si para si.

A socialização pode assumir diversas formas. Sua forma ideológico-simbólica, nos termos de Lahire, pautadas em crenças e valores, são normas culturais difundidas pelas instituições (como a família, a igreja), mas também por outros meios, como a televisão, as revistas, publicidade, colocando, de forma implícita ou explícita, os hábitos e maneiras de agir e de ver o mundo. É no universo da família, dos amigos, das relações sociais que os sujeitos podem fazer a aprendizagem de uma relação, dominante ou dominada, de uma cultura legítima, de instituições oficiais. É, também, nesses meios que experimentam as primeiras formas de autoridade e os primeiros “abusos de poder”. Paralelamente, Lahire afirma ainda que vivenciamos, também, a constante influência dos atores sociais sobre nós e que nossas ações dependem, também, dos contextos duradouros e das circunstâncias efêmeras. Cada modificação, mesmo que pequena, “da configuração das forças [...] que se exercem sobre nós [...] imprime inflexões significativas a nossas ações e a nossas maneiras de pensar, solicitando disposições paralisadas ou, ao contrário, suspendendo disposições anteriormente ativadas” (LAHIRE, 2004, p.336). Desta forma, os hábitos discursivos podem ser modificados sem que os efeitos da socialização tenham sido amenizados. É a partir do que Lahire apontou, da distinção entre o próprio grupo social, que podemos pensar que a estigmatização pode entrar como um recurso de diferenciação entre os pobres, funcionando como um instrumento moral de legitimação.

Como os atores tentam, às vezes, dominar suas disposições quando as conhecem, também podem buscar controlar e dominar as disposições de outras pessoas. Uma sociologia disposicional deveria permitir o estudo das técnicas (educativas, publicitárias, políticas, religiosas...) de controle e de manipulação de outrem (LAHIRE, 2004, p.337).

Logo, os dispositivos sociais de cada sujeito faz uso é fruto não apenas de uma classe ou de um grupo específico, mas de um conjunto de socializações. Cada indivíduo é fruto de uma mistura sutil de disposições variadas, que não necessariamente tem a ver umas com as outras. Há diversas disposições que constituem o indivíduo, sua identidade e sua classe.

3.5. Interseccionalidade e os marcadores de gênero, raça, classe e território

A noção de interseccionalidade³⁹ se tornou uma das principais referências metodológicas para traçar uma análise de diferenças e opressões sociais. Kimberlé Crenshaw (2002) foi uma das primeiras a trazer esse debate à tona.

De acordo com Angela Davis (2016), assim como para autoras como Haraway (2004), Carby (1987) e Brah (1996), é um grande equívoco pensar a categoria “mulher” deslocada de seu contexto racial e de classes. Os mitos fundadores da feminilidade, por exemplo, como a delicadeza, o instinto maternal, a submissão e a fragilidade são construções políticas de um projeto de sociedade que tem como central a produção e reprodução dos seres humanos e de seus trabalhos. O direcionamento das mulheres ao trabalho doméstico e não remunerado foi um modelo de sociedade trazido para a América no qual colocava a mulher branca e de classe alta no centro da configuração do que se classificou como mulher. Esse mito, contudo, não correspondia às mulheres negras, que sempre trabalharam e que historicamente foram marginalizadas enquanto mulheres.

Neste sentido, a intersecção (ou entrecruzamentos) de marcadores sociais da diferenças e de formas de opressão conquistou um amplo espaço de debates acadêmicos e também na esfera da luta política e social. De acordo com Crenshaw (2002), a interseccionalidade trata de confluência entre ações e políticas específicas que geram opressões. A autora defende que o gênero não é o único fator de discriminação e de opressão, e que questões como raça e diferenças étnicas potencializam as violências de gênero. Desta forma, o racismo e o machismo, por exemplo, se interconectam de tal maneira que não é possível abordar um sem destacar o outro. O objetivo de Crenshaw era, então, “pensar como as identidades – em especial as minorias – se relacionavam com as estruturas de opressão, sobretudo no que diz respeito ao acesso aos direitos” (CAETANO, 2019, p.41).

As teóricas francesas, ao reivindicarem a categoria de relações sociais de sexo, defendem também seu entrelaçamento com as relações sociais de raça/etnia. Numa crítica metodológica à interseccionalidade de Crenshaw, as teóricas, especialmente Kergoat (2012), defendem que não há uma superposição entre as opressões ou mesmo intersecções entre elas. Para as francesas há uma coexistência

³⁹ O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. Contudo, a perspectiva da interseccionalidade, de relacionar gênero, raça e classe, é anterior e advém com o *black feminism* e com os movimentos abolicionistas do século XIX.

e uma imbricação entre todas as opressões (classe, raça/etnia, relações sociais de sexo, sexualidade, etc.), onde elas se reproduzem e coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2012). Contudo, foi o conceito⁴⁰ de interseccionalidade o que mais se destacou entre as teóricas feministas negras e nos debates acadêmicos sobre as relações de opressão.

Aqui, utilizaremos a interseccionalidade como um referencial teórico e metodológico para pensar a construção do papel de beneficiárias e a produção de estigmas e a articulação entre as opressões e desvantagens sociais sobre suas experiências. Ou seja, como todos os beneficiários do Bolsa Família são pobres e a maioria são mulheres e negras, trazemos o debate da interseccionalidade para apontar, nesse contexto, o peso dos marcadores sociais da diferença e como questões de racismo, sexismo e discriminações de classe são, juntamente com o estigma, fatores que impactam a identidade, as experiências e autonomias dessas mulheres.

A noção de que as opressões sociais não se dão de forma isolada teve sua origem com o movimento feminista de mulheres negras norte-americanas, o Combahee River Colective, que vinham, em seu Manifesto de 1977, com o compromisso de lutar contra as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade. Autoras feministas negras, a partir da década de 1980, como Audre Lorde (2007) e bell hooks (2014/2015), trouxeram as principais críticas ao que se chamou de “feminismo branco” e as dificuldades deste de perceber as diferenças sociais postas sobre as mulheres negras e pobres.

Na interseccionalidade postulada por Crenshaw, raça e gênero são as principais categorias destacadas pela autora. Ela procura explicar como o racismo influencia o sexismo e como o sexismo piora a realidade de raça (e como mulheres não-brancas não eram representadas pelo feminismo e nem pela luta antirracismo). Esta priorização de raça e de gênero abriu debates e críticas, como questionamentos acerca do lugar da classe, da sexualidade, da idade e da localidade (HIRATA, 2014). Crenshaw chega a mencionar questões de classe referentes à pobreza, ao

⁴⁰ Ainda não há consenso acadêmico sobre a interseccionalidade ser um conceito, uma teoria, uma metodologia, uma abordagem ou um paradigma (DAVIS, 2008, p.68; HULKO, 2009, p.44). Aqui, como bem fez também Akotirene (2019), utilizamos interseccionalidade como uma metodologia para tratar dos marcadores sociais da diferença e seus efeitos sobre as mulheres beneficiárias do BF.

desemprego e a subempregos (CRENSHAW, 2013) sem, contudo, dar maior ênfase⁴¹.

Seguindo a ideia de Collins, juntamente com demais teóricas do feminismo negro (hooks, 1984; 1986; King, 1988; Brewer, 1993; Collins, Dill e Zambrana, 2009), as opressões estruturais estariam interconectadas numa matriz de dominação que influencia todos os níveis das relações sociais, do individual ao estrutural. A concepção da interseccionalidade

representa uma contribuição importante ao debate político feminista das últimas décadas, ao aprofundar a análise sobre os diversos diferenciais de poder que atravessam o processo de construção da identidade das mulheres e, conseqüentemente, todo o debate político do movimento acerca da relação entre a necessidade de desenvolver ações estratégicas na busca por dimensões comuns e interesses compartilhados e a imensa tarefa de lidar com as condições conflitantes que derivam dos diversos outros eixos de dominação e subordinação, como classe, raça, etnia, orientação sexual e religiosa, origem regional, entre outros (MEDEIROS, 2019, p.83).

Contudo, para Collins (2016) as críticas postas à interseccionalidade são consequência da política de tradução. Para ela, como a interseccionalidade de Crenshaw começou dando espaço às vozes de mulheres negras, as questões de gênero e de raça se destacaram e as traduções em torno disso resumiram a interseccionalidade apenas a isso. Contudo, Collins destaca que a interseccionalidade propunha e propõe enfrentar questões de violência contra as mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado⁴² e homofobia (AKOTIRENE, 2019).

⁴¹ Henning, fazendo uma revisão bibliográfica acerca da interseccionalidade, também destaca pontos de divergência e de críticas. Ele destaca (se baseando nos estudos de Prins) que dentro do debate da interseccionalidade há, principalmente, duas vertentes: a abordagem sistêmica/estrutural e a abordagem construcionista. Para a primeira, a tendência é conceitualizar gênero, raça e classe como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam e estruturam a formação das identidades (PRINS, 2006, p.279 *apud* HENNING, 2015, p.112). A interseccionalidade de Crenshaw seguiria nesta direção. Já na abordagem construcionista, há distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação (PISCITELLI, 2008). Nesta perspectiva, classe, raça e gênero não são colocados como questões que existem de forma isolada. Seu caráter de articulação seria a própria constituição das categorias, assim como de suas relações. As categorias não seriam idênticas entre si, mas dependem do contexto e da articulação entre determinadas categorias.

⁴² O conceito de patriarcado, inclusive, sofre diversas críticas e mudanças. Como argumenta Curriel, “o patriarcado foi um conceito muito importante para todas nós, e digo isso porque eu estava ali também. Hoje já não se pode pensá-lo como um sistema de opressão universal. Não somente todos os homens não são patriarcas, mas ao mesmo tempo é algo muito mais complexo pensar o que é o patriarcado, e que todas nós, todas as feministas, pensamos de forma igual ou mesmo que seríamos todas sororas. O patriarcado é um sistema que tem raça, classe e sexualidade (CURRIEL, 2017, p. 117).

Avtar Brah (1996/2005) é outra autora que direciona críticas à interseccionalidade. Para ela, o conceito carrega uma imagem de fixidez em visibilizar em demasia as subordinações que o encontro de marcadores como gênero e raça produz (NARDI, 2014, p.16).

Assim, teço algumas críticas e tomo alguns cuidados para tratar de “intersecção de opressões”. Como argumentou Ochy Curriel (2017), a interseccionalidade

Como seu nome indica, intersecciona. Então, o problema da interseccionalidade é que, por meio dela, primeiro se assume que as identidades se constroem de maneira autônoma, quer dizer, que minha condição de mulher está separada da minha condição de negra e que minha condição de negra também está separada da minha condição de lésbica. E de classe. Esse é o primeiro problema. E que há um momento que, como as autopsias, isso se intersecciona (CURRIEL, 2017, p. 116)⁴³

Ou seja, ela destaca que a interseccionalidade de Crenshaw aparenta deslocar as condições sociais como se estas fossem autônomas e independentes e, em determinado momento, se juntassem, se interseccionassem. De forma semelhante, Cisne (2017) argumenta também que a interseccionalidade de Crenshaw aparenta diferenciar eixos de subordinação e deslocá-los uns dos outros. “Eles podem se cruzar ou se sobrepor, como também se excluem mutuamente” (CISNE, 2017, p.03).

Procurarei utilizar, aqui, a interseccionalidade como método sem essencializar as identidades das mulheres estudadas e sem promover formas de hierarquia ou deslocar as condições sociais. Assim, viso tratar de uma análise de coprodução das identidades sociais e seu entrecruzamento com as estruturas de dominação e de discriminação, tais como classe, raça, gênero, idade/geração, território e, acrescentando, também, a assistência social. Tratamos, então, das diferentes dimensões e constituições desse embricamento de desvantagens sociais. Ou seja, levando em conta o contexto, a localização e o grupo ao qual estamos observando, essas constituições entre as opressões se dão de formas diferentes.

Como bem colocou Medeiros (2019), para a configuração da interseccionalidade é necessário que se destaque a “ideia do mapeamento social, ou

⁴³ Questões de sexualidade, contudo, serão pouco tratadas devido o perfil do campo: as mulheres entrevistadas possuem, teoricamente, relações heterossexuais e mantém vínculos com parceiros ou ex-companheiros homens.

da centralidade da dimensão de localização social na configuração de privilégios e desvantagens a que estão sujeitos indivíduos e grupos situados em diferentes pontos do mapa social” (MEDEIROS, 2019, p. 83), onde a localização e o território são de extrema importância para os debates sobre opressão e privilégios. Como se trata aqui de analisar as realidades e identidades de mulheres que, além de pobres, são também moradoras de favela e beneficiárias de uma política social, levamos em conta que outras questões se entrecruzam e se constituem mutuamente. Além disso, como defende Akotirene (2019), a interseccionalidade deve ser um instrumento analítico sobre a interação estrutural de desvantagens sociais em seus efeitos políticos e legais (e diria, também, sociais e pessoais).

Diante das divergências sobre a interseccionalidade⁴⁴, argumento à favor de uma radicalização da perspectiva crítica da interseccionalidade, que traga para o debate o conceito de classe social e de localidade, e como a classe, estruturalmente, informa a raça e o gênero, sem, contudo, pensá-las de formas separada e hierarquizada. Ou seja, resgatando Davis (1997),

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 1997: s.p.).

Assim, aproximando do debate posto por Davis, utilizarei a interseccionalidade como um inter cruzamento e embricamento de opressões que impactam a realidade de mulheres negras, pobres e periféricas. Além disso, como bem colocado por Caetano, Davis também acredita que “na conjuntura atual, é essencial pensar o inter cruzamento entre as opressões não somente no âmbito dos corpos e experiências, no impacto na vida das pessoas, mas também pensar ‘a interseccionalidade das lutas’” (CAETANO, 2019, p.45).

Davis nos ajuda a pensar a interseccionalidade não apenas como a inter-relação entre as opressões e as experiências de opressões e exclusões a partir disso, mas também a pensar mecanismos de estratégias globais de luta por justiça

⁴⁴ Não me proponho, contudo, a apresentar uma revisão sistemática do debate da interseccionalidade, mas sim a utilizar uma das abordagens interseccionais como metodologia para estudar as mulheres pobres beneficiárias do Bolsa Família.

(DAVIS, 2018). Sendo assim, é necessário tratar como o racismo e o sexismo agem sobre a identidade de mulheres pobres (de classe social baixa) articulada com a produção e reprodução de estigmas sobre a imagem de beneficiárias de uma política de transferência de renda. Mas, para além desses marcadores tradicionais, visamos trazer para o centro do debate a questão da territorialidade, ou seja, o morar na favela como um potencializador para as desvantagens sociais já experimentadas. Como mostrarei no capítulo empírico, o fato de ser uma mulher negra, beneficiária do Bolsa Família, mãe de crianças negras num contexto da favela traz outras questões que vão além do tradicional papel da maternidade. E morar na favela representa uma experiência específica, que influencia a identidade pessoal dessas mulheres.

Assim, nesta análise busco levantar outros pontos referentes à realidade de mulheres pobres, em sua maioria negra, moradoras da favela e beneficiárias de uma política social de combate à pobreza que não se limita apenas ao debate da carência ou da renda/dinheiro, mas que pense também como a experiência da pobreza e as situações vivenciadas por elas marcam processos de controles e moralidades, experiências de violência e também as eventuais estratégias de superação de suas condições e realidades sociais.

4. O trabalho empírico e as principais análises

Nesta sessão, trarei com maiores detalhes as entrevistas, as principais falas e os principais pontos destacados pelas entrevistadas, bem como uma relação entre a teoria e os achados do campo para fazer uma análise em torno das narrativas que foram destacadas por elas e que norteiam o objetivo deste trabalho.

Como mencionado na introdução, foram feitas 4 entrevistas com beneficiárias do Bolsa Família que moram numa favela específica do Complexo do Alemão e duas entrevistas com duas solicitantes do benefício. Meu intuito foi ouvir as principais experiências delas com o Programa, o que mais mudou em suas vidas após o recebimento, a relação delas com o dinheiro, com a maternidade e com suas redes de relacionamento, bem como a percepção delas e como elas veem os estigmas e as discriminações colocadas sobre beneficiários da política social. Desta

forma, observar como elas estão interpretando os possíveis controles sobre os beneficiários, se há algum tipo de fofoca sobre elas ou alguma conhecida, com o que mais costumam gastar o dinheiro do benefício, como a maternidade é vista e realizada por elas, dentre outras questões. Se tratando de uma favela, relatos sobre a atuação e coerção do Estado foram diversas vezes destacadas. Por isso, observei também como elas pontuam suas relações com o Estado, como são as operações militares, o que mais impacta em suas vidas e suas principais preocupações referente à violência.

Quadro 1: beneficiárias e benefício

Nome:	Margarida	Rosa	Violeta	Angélica
Idade:	27 anos	30 anos	33 anos	23 anos
Estado civil:	Casada	Casada	Solteira	Solteira
Escolaridade :	Ensino médio completo/curso técnico pelo SENAC	Ensino médio completo	Ensino médio e normal	Ensino médio incompleto
Cor:	Negra	Negra	Branca	Negra
Ocupação:	Desempregada/bicos de manicure	Bicos de manicure	Desempregada	Desempregada/bicos de serviços gerais
Composição familiar:	Conjuge, duas filhas (11 e 3 anos)	Cônjuge, 3 filhos (uma menina de 12, uma menina de 8 e um menino de 5 anos)	Avó e 3 filhos (um filho de 11, uma filha de 6 e um mais novo de 4 anos)	1 filho (de 4 anos)
Valor do benefício:	R\$269,00	R\$212,00	R\$352,00	R\$130,00
Tempo que recebe:	2 anos	1 ano e meio	3 anos	4 anos
Principais gastos com o dinheiro do benefício:	Plano de saúde das filhas	Roupas e acessórios para os filhos.	Comida para os filhos (como danones, biscoitos, frutas etc.)	Comida para o filho.

Quadro elaborado pela autora

4.1. Quem são as beneficiárias?

Margarida, primeira beneficiária com que conversei, tem duas filhas, ambas de relacionamentos diferentes. Mora com seu atual marido, que não é pai de nenhuma das duas, mas ajuda a criar a filha mais nova. A filha mais velha atualmente mora com o pai, depois de anos de ausência deste. O pai da filha mais nova, conta a entrevistada, não costuma ajudar com nada. Não paga pensão e não visita a filha regularmente (ela conta que desde dezembro de 2018 o pai parou de comprar itens pessoais e pagar a pensão para a menina). Esporadicamente busca a menina para passar o fim de semana, mas, segundo Margarida, a neném já não se sente mais à vontade de passar dias com o pai. Além disso, ela conta que não teve um relacionamento muito saudável com o pai da mais nova. Quando engravidou, ele não a ajudou e afirmava que a filha não era dele. Só depois da neném nascer que ele decidiu assumir. Margarida ainda tentou por alguns meses ter um bom relacionamento com ele, mas ela conta que ele só a tratava mal. Quando ela resolveu terminar, ele não aceitou bem, e sempre mandava mensagens para ela dizendo que ela “destruiu o relacionamento deles”, além de outras mensagens a coagindo.

Quando ia sair pra qualquer lugar com ela, ele ficava perturbando a minha mãe falando que eu não tinha responsabilidade de mãe, que eu não podia sair com ela [...]. Mas ele pegava ela [a filha] de boa, ninguém nunca proibiu ele. Até que eu falei assim “chega”! (MARGARIDA)

Ela comenta também que a filhinha reconhece mais o padrasto do que o pai como figura paterna, porque é ele “quem tá lá todos os dias”.

Margarida recorreu ao benefício do BF depois de ter sido demitida (ela foi mandada embora 7 meses depois do nascimento de sua filha). Ela conta que não foi difícil conseguir o benefício, diferentemente de algumas amigas. Para uma amiga, o sistema estava sempre fora do ar quando ia se cadastrar, para outra o benefício não se mostrava como uma opção. O que foi o caso dela por algum tempo, afirma. Mesmo dentro dos critérios de elegibilidade antes de trabalhar com carteira assinada ela conta que nunca havia pensado em solicitar o Bolsa Família. Margarida pediu o benefício porque na escola da filha mais velha foi necessário fazer o cadastramento no Cad-Único e o cadastro dela já ficou salvo automaticamente. Depois de dois meses, ela já estava recebendo o BF. Inclusive, ela destaca que o dinheiro do benefício é direcionado ao plano de saúde das filhas, principalmente porque a mais

nova tem um problema no coração (cardiopatia) e, para Margarida, seria um risco ela ficar sem o plano.

Recorrer a um plano de saúde privado com o dinheiro do Bolsa Família é um dado interessante que encontrei no campo. Isto demonstra as dificuldades de acesso às políticas públicas e universais através, principalmente, da população mais pobre, e até mesmo a descrença nessas políticas (como é o caso de Margarida, que tem muito medo de sua filha ter crises ou piorar seu quadro de saúde e ter que depender do sistema público dali, principalmente por morar na favela).

Já a segunda entrevistada, Rosa, tem seus três filhos com seu atual marido e estão juntos há 16 anos, desde a época da escola. Rosa fala que ele nunca havia “deixado” ela trabalhar, porque era ele quem deveria garantir tudo a ela e aos filhos. Seu marido foi soldado do exército numa cidade da Baixada. Há alguns anos, foi preso por ter sido considerado “x9” (dedo-duro que vazava informações de operações para o crime organizado). Segundo ela, isso aconteceu porque ele morava na favela e é negro, e por isso “ficou marcado” pelos outros. Ficou cerca de dois anos na cadeia, e ela conta que utilizou todo o dinheiro do fundo de garantia do marido para pagar advogado para tentar tirá-lo de lá. Atualmente está solto, sob condicional. Rosa inclusive conta as dificuldades dele conseguir emprego usando a tornozeleira, pois fica muito “marcado” e muita gente “vê com preconceito”.

Becker (1991), quando trata da questão do desvio trata, também, do quanto pessoas que foram consideradas desviantes ficam marcadas socialmente. De acordo com o autor, a detenção “expõe uma pessoa à probabilidade de vir a ser encarada como desviante ou indesejável” (BECKER, 1991, p. 43). Além disso, Becker nos ajuda a compreender também que determinadas marcas são vistas como desviantes independente de determinada ação. Isto porque determinadas pessoas recebem um status de desviante como um status principal que se sobrepõe a outros. O exemplo que Becker traz nos cabe perfeitamente aqui: a raça.

O pertencimento à raça negra, tal como socialmente definida, irá sobrepujar a maior parte das outras considerações na maioria das outras situações [...]. Ela será identificada primeiro como desviante, antes que outras identificações sejam feitas (BECKER, 1991, p. 44).

Ou seja, a primeira identificação será sua raça (antes de saber sua classe, sua profissão, sua escolaridade ou se houve algum desvio). O relato de Rosa de que seu

marido foi preso injustamente (porque o associaram aos bandidos do local) nos demonstra isto. Ele foi considerado desviante, criminoso e foi preso, mesmo que outras evidências não tenham comprovado a ação dos militares.

Rosa, logo após a prisão do marido, se mudou para a atual residência no Complexo (por medo de continuar morando onde morava e porque tem família no Alemão) e passou a trabalhar de faxina. Para ela, os dias e anos foram difíceis, e por isso hoje não tem do que reclamar. Ele consegue alguns bicos de pedreiro, ela de faxina e, juntamente com o BF, conseguem complementar a renda. Contudo, para ela o que torna tudo mais difícil é não ter nada fixo e viver de aluguel. Segundo Rosa, o dinheiro vai quase todo para o aluguel e o restante eles “têm que se virar”.

Rosa vai contando que solicitou o benefício do Bolsa Família porque agora só trabalha com faxina e seu marido não está mais num emprego formal. A incerteza da renda mensal fez com que ela solicitasse o benefício. “Porque antigamente o meu esposo trabalhava de carteira assinada, então eu não acho que eu tinha a necessidade de fazer porque tem mais gente que precisa [...] mas agora eu também preciso”, comenta. De acordo com ela,

Conforme meu esposo foi preso e também usa pulseira, eles falaram que esposa de preso é mais rápido do que as outras pessoas. A gente tem mais benefícios do que as outras pessoas que trabalham. Inclusive na escola. Na escola a gente chega com a carteirinha e documento das crianças, a carteirinha que a gente visita o preso, aí a criança já tá matriculada na escola (ROSA).

Além disso, ela também fala sobre a tranquilidade de ter seus filhos matriculados na escola, já que não são todas as mães que conseguem vaga nas escolas públicas da região. “Antigamente era assim, a gente chegava lá, fazia a matrícula. Dormia na fila, mas fazia a matrícula e já tinha vaga garantida. Agora a gente não tem mais a vaga garantida”.

Ela solicitou o BF por causa da tia, que insistiu que ela “pedisse”: “todo mundo recebe, tem gente que nem precisa e tem o Bolsa Família”, insistiu a tia dela. “E realmente, a gente que mora aqui, a gente vê gente que nem precisa e que recebe o Bolsa Família”, comenta Rosa. Nas falas da entrevistada percebemos uma tranquilidade por ter seus filhos matriculados na escola e por ser beneficiária do Bolsa Família. Contudo, apesar de entender a necessidade de recorrer a um benefício do governo e de conseguir garantir determinadas políticas, ela também

demonstra seu desconforto, “porque tem muita gente que também precisa, tem mãe que precisa trabalhar e não tem seus filhos na escola porque não tem vaga”. Ela também fala sobre se sentir desconfortável por receber o benefício, já que ela “tem saúde para trabalhar”. Esta afirmação da entrevistada nos demonstra a dificuldade de perceber o benefício como um direito social, afinal, mesmo conseguindo trabalhar, ela está dentro dos critérios exigidos pelo Programa.

Já Violeta tem três filhos, não todos do mesmo pai, e não mantém mais nenhuma relação pessoal com os pais das crianças. Diz que os pais são presentes e garantem o que eles precisam, mas que tudo é “muito bem dividido”. Quando as crianças vão para as casas dos pais “tem tudo que precisam lá” e quando está com ela, ela garante o necessário. Se formou pelo ensino normal, mas parou de trabalhar como professora do primário para que pudesse ficar mais próxima dos filhos. Para isso, mora com a avó e é beneficiária do Programa há três anos. Ela tem um filho de 11, outra tem 6 e o mais novo tem 4 anos. Tem um namorado, com quem diz ter uma boa relação e que se relaciona bem com seus filhos.

Parou de trabalhar para se dedicar aos filhos, principalmente o mais novo que é mais dependente dela, e decidiu por solicitar o BF para não depender apenas do dinheiro da avó.

A minha outra filha, eu tava trabalhando com três meses de nascida, então deixei de amamentar, deixei de fazer tudo que a mãe tem que fazer no início pra poder trabalhar. E dele [o mais novo] eu já fiz diferente (VIOLETA)

Argumenta, inclusive, que no próximo ano, voltando a trabalhar, já cancela o benefício, já que, trabalhando, não precisará mais dele⁴⁵. Solicitou o Bolsa Família pela própria ONG e fala que foi bem fácil.

Angélica, de 23 anos, tem um filho de 4 e atualmente faz alguns bicos em eventos, na área de serviços gerais ou como garçone. Diz que no momento (da metade mais pro final do ano de 2019) está mais difícil de conseguir algum bico, mas que melhora nos períodos de ano novo e de carnaval, onde é o momento que ela pega muitos trabalhos para conseguir juntar dinheiro para os próximos meses.

⁴⁵ Neste ponto podemos analisar que, para Violeta, a forma de se distanciar dos estereótipos sobre o Bolsa Família está na possibilidade de voltar a trabalhar. Ou seja, ela recebe por enquanto, mas não ficará “dependendo” do benefício.

Ela recebe o dinheiro do Bolsa Família há 4 anos mais ou menos e também solicitou através da ONG.

Ela mora no mesmo quintal que os pais, mas seu quarto é separado (como se fosse uma quitinete à parte). Diz ser mais independente e que só pede ajuda dos pais quando vai fazer algum trabalho. Cria o filho praticamente sozinha, já que não quer relação com o pai do menino. Ela diz que ele é “até presente”, “de vez em quando dá um dinheiro. De vez em quando, quando eu quero deixar, deixo ele lá no final de semana e depois eu pego, mas não gosto muito de ter contato não”⁴⁶. Como seu filho ainda é muito pequeno, ela não se sente segura de deixar a criança muito tempo com o pai e sente medo de “alguém fazer alguma maldade com ele”.

Além das mulheres beneficiárias entrevistadas, conversei com mais duas que não eram beneficiárias mas estavam fazendo o cadastramento para solicitar o benefício. Essas conversas também foram importantes para analisar as principais necessidades que as fizeram recorrer ao benefício agora (e não antes), quais suas principais aspirações com o benefício e o que elas percebem e acham de mulheres que já são beneficiárias do BF. Além disso, participei de rodas de conversa na ONG, ouvindo conversas e relatos dessas mulheres e seus dia a dia.

A primeira não beneficiária com quem conversei, a Lis, tem 29 anos, 4 filhos e grávida de 5 meses. Lis é uma jovem branca numa considerável situação de vulnerabilidade econômica e com baixa escolaridade. Não terminou os estudos e nunca chegou a trabalhar (de carteira assinada ou na informalidade) pois seu marido sempre preferiu que ele arcasse com as contas e ela cuidasse das crianças. Casada com o pai de seus filhos, decidiu solicitar o Bolsa Família em outubro de 2019 porque seu marido havia perdido o emprego. Como ele ficou tempo fazendo uns bicos após ter perdido o emprego formal e de carteira assinada, Lis comenta que não havia pensado em solicitar o benefício antes. Contudo, ao descobrir sua nova gravidez, ela viu a oportunidade de ter um dinheiro extra para arcar com as novas despesas.

⁴⁶ Aqui, ser “pai presente” parece estar relacionado à presença do pai no dia a dia do filho, à quantidade de vezes que encontra e fica com o menino ao longo da semana e à ajuda financeira que proporciona. Neste sentido, estar presente (tanto para Angélica, quanto para a própria Violeta e Margarida) tem mais a ver com a ajuda financeira, em como gasta o dinheiro com os filhos e um número considerável de vezes que fica com as crianças.

Já a segunda não beneficiária é uma senhora de 60 anos, Dona Maria, casada há muitos anos (ela não lembrava há quanto tempo já estavam juntos), com três filhos já adultos e solicitante do Bolsa Família para seu neto, filho de sua filha que é deficiente auditiva. Trabalha na informalidade, como ambulante. Dona Maria conta que no momento o dinheiro das vendas não garante o sustento da família e que neste trabalho a renda varia muito, sendo melhor em períodos de festas, como no carnaval. Devido a essas dificuldades e a falta de apoio de seu marido (que, segundo ela, não trabalha tanto quanto ela) e pelas limitações da filha, decidiu solicitar o benefício⁴⁷.

Foi interessante também notar nas rodas de conversa (onde fiz mais uma observação participante) os assuntos abordados por elas sobre sexo e prevenção, e suas percepções sobre as diversas formas de violência que elas enfrentam por serem mulheres, além de questões como trabalho doméstico, o desemprego, o núcleo familiar, o casamento, os tipos de violência contra a mulher, tipos de violência racial, a relação delas com os filhos, falas de “empoderamento” (como maior consciência sobre algum tipo de abuso que já sofreu), reivindicações de direitos, como políticas profissionalizantes para as mulheres, dentre outras questões.

Numa conversa particular que tive com Lis, ela comentou sobre querer fazer laqueadura⁴⁸ porque não queria mais ter filhos. Contudo, a médica que a atendeu disse que não iria fazer, já que ela ainda era jovem e poderia ter mais filhos. Lis contou isso demonstrando sua indignação, dizendo que “isso é um direito nosso, eu já passei dos 25 anos, eu já vou pro quinto filho, eu não posso ter mais outra criança”. Ela falava que não queria mais usar anticoncepcional por questões de

⁴⁷ Além disso, devido às novas modificações no BPC (Benefício de Prestação Continuada) sua filha não o recebe mais para o neto, e por isso dona Maria resolveu solicitar o BF. Contudo, não consegui entender muito bem a explicação que ela deu, já que dona Maria tem um grave problema de dicção (e várias falas dela ficaram inaudíveis na gravação).

⁴⁸ “Também conhecida como ligadura tubária ou de trompas, a laqueadura é um procedimento voluntário de esterilização definitiva da mulher. Trata-se de uma cirurgia simples, realizada por ginecologistas, que promove a obstrução das tubas uterinas, impedindo o processo de fecundação. Suas técnicas de realização variam conforme a localização do corte e o material utilizado.

De acordo com a lei brasileira, a laqueadura pode ser feita em qualquer mulher com mais de 25 anos ou que tenha pelo menos dois filhos vivos. Porém, sua principal indicação é em mulheres que podem apresentar risco de saúde, tanto para ela quanto para o bebê, caso engravidem.

A ligadura de trompas é o método contraceptivo mais eficaz conhecido, embora ainda haja uma pequena chance da mulher engravidar”. Site minutosaudavel.com.br acessado em 10/2019.

saúde (como trombose) e que não costumava usar camisinha, “eu tenho muito medo de engravidar de novo”, comentava. Lis tinha noção dos efeitos dos métodos contraceptivos e de seus direitos, contudo não tinha os instrumentos necessários para conseguir reivindicar esse direito. Comentei com ela sobre procurar outra maternidade, se outra médica aceitaria fazer a cesárea e depois a laqueadura. Contudo, ela teve todos os filhos naquela maternidade, tinha medo de outra unidade não aceitar fazer seu parto.

Essa questão da Lis foi muito significativa para pensar em direitos reprodutivos e discriminações de classe. Lis contou que quando perguntavam ou comentavam dela estar grávida novamente, faziam isso com olhar de julgamento ou em tom de fofoca. Apesar de dizer que não se importava com o que os outros falavam (principalmente porque todos os seus filhos são filhos do mesmo pai, de seu marido), percebi o desconforto dela em ter que lidar com isso. Ao tentar evitar que tenha mais um filho (e com isso mais uma responsabilidade, mais um gasto e mais um julgamento), foi negado a ela um dos métodos contraceptivos mais eficaz.

Os obstáculos enfrentados pelas mulheres na busca pela esterilização (ou por outros métodos contraceptivos) reforçam questões de desigualdades de gênero, raça e classe. Quadros e Santos (2017) destacam que a entrada e a permanência de mulheres no Bolsa Família não pode desconsiderar as dificuldades da contracepção entre mulheres pobres, que “englobam diversas tentativas fracassadas de evitar gravidez indesejada, contextualizadas em processos históricos de negação de acesso a serviços qualificados de saúde sexual e reprodutiva” (QUADROS, SANTOS, 2017, p.02).

Além disso, Violeta comentou comigo da dificuldade de conseguir utilizar o SUS. Ela conta que está com um nódulo pequeno no seio e ainda não sabe se é benigno ou maligno, e que precisa fazer o exame de ultra mamária, mas não consegue marcar os exames. “Eu já tô quase um ano esperando pra marcar”, comenta comigo.

Aí ontem eu vi a reportagem do oncologista falando que o câncer de mama é um dos que mais mata as mulheres, e muitas vezes as mulheres não percebem porque começa muito pequeno, quando vai ver já tá grande e pra você marcar pela região do SUS, até você marcar uma consulta [...]. Meu nódulo tá pequeno ainda [...], não sei se é benigno ou maligno, preciso do meu exame e depois do exame eu tenho ainda trinta dias a três meses pra sair o resultado. Aí depois, vamos supor, se eu tiver que começar o

tratamento eu vou ter que entrar de novo [na fila], esperar mais três ou sei lá quanto tempo e aí o nódulo vai crescendo (VIOLETA).

Depois desse relato, Violeta comentou do quanto fica chateada com esse “descaso” e preocupada com o que pode acontecer. “Eu tenho filho pra cuidar”, fala. E acrescenta que os exames e o possível tratamento, dependendo do resultado, são direitos dela, que deveriam ser garantidos. “Parece que nossa vida aqui não vale de nada”.

O difícil acesso à saúde e à educação pela população pobre e moradora da favela é uma dura realidade. E dificulta ainda mais para as mulheres. Tanto para elas marcarem consultas para seus filhos (como o exemplo de Margarida, que teve que recorrer a um plano de saúde privado por conta do problema de coração de sua filha e o medo de depender do sistema público e não conseguir o tratamento dela a tempo), quanto para elas mesmas. O fator de gênero é destacado aqui nos dois principais casos abordados (o de Lis e o de Violeta), dois casos referentes à prevenção e à saúde das mulheres, dificultado por um sistema que deveria colocar como primordial a garantia de acesso a métodos contraceptivos e ao combate ao câncer de mama (que afeta inúmeras mulheres por ano⁴⁹).

Aqui, podemos pontuar o debate feito por Lena Lavinas (2015) sobre os investimento do Estado em provisões públicas e a desmercantilização da saúde e da educação. De acordo com a autora, na agenda social-desenvolvimentista dos anos 2000, os gastos com benefícios sociais aumentaram, entre 2001 e 2010, 300%, ao passo que os investimentos com educação dobraram e com saúde pública aumentaram apenas 60%, o que demonstra que houve uma priorização da transferência de renda em relação a serviços públicos. Esses programas, inclusive, na perspectiva da autora, transferem dinheiro como forma de garantia de acesso ao mercado financeiro, sem o qual o consumo de massa não conseguiria se consolidar.

Neste período a provisão de serviços desmercantilizados seguiu de forma minoritária. Ou seja, o investimento em setores básicos não foi a prioridade dos governos. Um dos principais exemplos do caso brasileiro que a autora destaca é o

⁴⁹ Segundo dados do INCA, o número de casos estimados de câncer de mama em 2019 foi de 59.700. Além disso, “a taxa bruta de mortalidade por esse câncer foi de 15,4 óbitos por 100 mil mulheres no país, mas variou entre as Regiões geográficas. As maiores taxas foram observadas nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil” (INCA, 2019, p. 23).

caso da previdência e seguridade social. Ao longo dos anos 2000, as aposentadorias e pensões tiveram maior impacto na redução de pobreza do que políticas compensatórias. De acordo com Lavinas, em 2013 os benefícios previdenciários retiraram cerca de 21 milhões⁵⁰ de pessoas da pobreza e 19 milhões da miséria, enquanto benefícios assistenciais reduziram a pobreza em 7 milhões e a indigência em cerca de 4 milhões. Além disso, o seguro social também garantiu direitos como auxílio doença, licença maternidade e seguro-desemprego. Contudo, a política de seguridade social foi prejudicada pela política massiva de desoneração tributária a empresas desde o primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). Desta forma, quem contribuiu para o sistema previdenciário foram os trabalhadores.

Essa busca no setor privado prejudica os avanços de bem-estar social “obtidos com as políticas de redistribuição de renda e perpetua estratificações de bem-estar como tipicamente ocorre quando este depende pesadamente do poder aquisitivo das famílias” (KERSTENETZKY, 2016, p.38). De acordo com Kerstenetzky (2016), a falta de investimentos em provisões públicas e na redução das desigualdades de bem-estar, juntamente com o experimento recente de redistribuição de renda, pode levar à uma crescente desigualdade social. Isso levará, como afirmou a autora, a mais esforços futuros na transferência de renda e no combate à pobreza.

4.2. A comunidade e as redes de solidariedade

Vera Silva Telles (1993) aponta que a família tem uma posição central para a organização da vida da população pobre. Frente às adversidades e dificuldades passadas pela condição de pobreza, a família se manifesta como o mecanismo de dignidade e respeitabilidade. Ela argumenta que a família se mostra como o centro de uma busca por uma vida digna. A identidade desses sujeitos é pautada em figuras como “pobre, porém honesto”, de “trabalhador responsável”, cumpridor de suas obrigações e deveres familiares.

Em qualquer situação de instabilidade, em casos de desemprego, diminuição de salários e/ou trabalho, doença, invalidez ou morte dos principais provedores da

⁵⁰ Segundo dados extraídos do PNAD.

família, ela pode ser jogada para a linha da miséria. Desta forma, a família representa um núcleo de apoio e de colaboração. Representa uma busca pela entrada no mercado de trabalho que vai para além de questões e necessidades individuais. Assim, a família é um espaço de sobrevivência, de sociabilidade e de construção de identidades (TELLES, 1993). A vizinhança também entra como um dos principais aparatos de apoio e de ajuda. Como afirmou Sarti (1994), “dentro da lógica de que parente é alguém em quem se confia, o vizinho é como um parente” (SARTI, 1994, p. 163).

Um dos traços que mais foram destacados nas falas das entrevistadas são as redes de apoio e os laços de solidariedade entre elas, a família e a comunidade. Principalmente em relação à família, as ajudas para criar os filhos foram enfatizados em diversos momentos. De acordo com Margarida, ela não conseguiria criar as duas filhas se não fosse a ajuda dos familiares. Tanto financeiramente, quanto no auxílio com os cuidados. Ela afirma que boa parte do dinheiro que usa para alimentar e cuidar das filhas vem da pensão de seu pai falecido que a mãe compartilha com ela. Ela também diz que nunca falta nada para a filha dela, “se ela precisar de uma roupa, sempre tem alguém da família para dar. Ela nunca anda rasgada e desarrumada”, afirma.

Margarida fala, inclusive, que a mãe se aposentou para conseguir se dedicar às netas, assim como fez a avó dela. Os papéis da maternidade e o trabalho do cuidar se estendem para além da mãe. A avó, assim como alguma prima ou madrinha, auxiliam a beneficiária com essas tarefas. Quando precisa ir fazer a unha de alguma cliente, ela sabe que pode contar com alguém da família para ficar com a criança. Assim, como nos aponta Fonseca (1985), há uma coletivização das responsabilidades pelas crianças dentro da família e da própria vizinhança.

Como também destacam Fernandez e Munoz (2019), as redes de solidariedade criadas pelas mulheres contam, principalmente, com outras mulheres. Essas tarefas de compartilhamento do cuidado e da educação estão intrinsicamente relacionadas aos papéis tradicionais de gênero e reforça uma solidariedade e confiança entre as mulheres da comunidade. Como afirmam os autores, “essas redes de apoio femininas aparecem frequentemente quando as redes de proteção

secundária, ligadas às políticas públicas de proteção social, são inexistentes ou deficitárias” (FERNANDEZ, MUNOZ, 2019, p.38).

Para Rosa, as relações e redes de apoio se estendem à vizinhança. Além de ter família por perto, ela conta com a ajuda e o apoio dos vizinhos. Tanto para “ver” seus filhos, quanto para disponibilizar alguma forma de trabalho. A entrevistada começou a trabalhar de faxineira e diarista há pouco tempo, e diz que os vizinhos a ajudam bastante com isso, “sempre dando algum trabalho para fazer” e contando com eles para ficar com seus filhos.

Eu saio pra trabalhar, tenho minha tia aqui no quintal, as vezes ele [o marido] também tá trabalhando, aí todo mundo olha [as crianças], a tia dela [da filha] mora no mesmo quintal que eu, aí também passa o olho nas crianças (ROSA).

Assim, como argumenta Telles (2008), “a convivência com os vizinhos, bem como reclamar dos vizinhos faria parte da sociabilidade local. Além dos contatos com a vizinhança, a visita aos parentes, o lazer se resume ao bairro” (TELLES, 2008, p. 139), sendo que, para as mulheres, essa troca representa a possibilidade de cuidar dos filhos, de realizar os afazeres domésticos e inclusive descansar.

Aqui, o papel da casa tem bastante importância e destaque. Todas elas moram perto de seus familiares e, em sua maioria, no mesmo quintal. A casa possui um aspecto tanto material quanto social, numa perspectiva relacional (MARCELIN, 1999 *apud* MOTTA, 2014, p. 127). Inclusive as casas, ou são criadas a partir das casas dos pais ou avós, ou elas permanecem morando com eles. No caso de Margarida, sua casa é independente da casa da mãe, mesmo ficando próxima; no caso de Rosa, apesar de não ser casa própria (eles vivem de aluguel), sua casa fica no mesmo quintal de sua família; Violeta mora com a avó e Angélica mora nos fundos da casa dos pais. Essa proximidade representa tanto uma maior facilidade de moradia (já que elas permanecem na mesma vizinhança), quanto uma forma de proximidade, afeto e expectativas de obrigação e respeito (MOTTA, 2014, p. 129).

Para Margarida, Rosa e Violeta ser beneficiária do Bolsa Família não gera fofocas ou discriminações dentro da família. Pelo contrário, nos dois primeiros casos, elas solicitaram o benefício por orientação ou “pressão” dos próprios familiares, que alegavam que elas deveriam “pedir” porque tinham esse direito. Aqui, ser beneficiária não chega a ser uma vergonha, mas sim um direito que

reivindicam através do “merecimento”; ou seja, que elas solicitaram e receberam “porque merecem”. O entendimento do benefício como um direito social delas, por serem mulheres, mães e pobres, é presente. O BF não é visto apenas como “uma ajuda”, mas, em determinados aspectos, como um direito, já que estão dentro do critério posto pelo Programa, contudo sem de desvincular da noção de “merecimento”.

A questão do Bolsa Família aparecer como um “direito”, uma “sorte” ou uma “ajuda” são ambíguos. Ao mesmo tempo que argumentam que é um direito delas (já que entendem que elas estão dentro dos critérios de elegibilidade), falam também de como o BF é uma ajuda dada pelo governo, ou uma sorte que algumas têm de conseguir e outras não.

Para Angélica, contudo, essa discriminação dentro da família aparenta ser uma possibilidade. Mesmo não verbalizando desta forma, pude perceber que, por ser muito nova, com um filho, solteira e ter “saúde para trabalhar”, alguns comentários por parte da família e da vizinhança parecem estar presentes. Em determinado momento ela comenta que não depende mais dos pais, que consegue sustentar seu filho e que “ninguém tem nada a ver com a minha vida”.

As teias de desigualdade e exclusão colocadas pelo mercado, faltas de qualificação e de bons salários afetam os homens e as mulheres e a família de uma forma geral. A busca por trabalhos autônomos ou informais surgem como mecanismo para escapar do desemprego e da miséria. O apoio e a colaboração dos familiares se mostram como uma alternativa à subsistência. De acordo com Telles,

Na ausência de uma medida possível de equivalência entre situações diversas, medida esta que só poderia ser dada pelos direitos, medida portanto que só poderia existir por referência aos valores de justiça e igualdade, as desigualdades e discriminações se pulverizam em diferenciações que parecem nada mais do que corresponder aos azares de cada um e às diferenças naturais de vocação, talento, capacidade e disposição para o trabalho (TELLES, 1993, p.11-12).

Isso é demonstrado na fala das entrevistadas quando afirmam que, se não fosse pela família, amigos e vizinhos, não teriam condições materiais e mesmo emocionais de seguir com as obrigações do dia a dia. Margarida inclusive nos conta que por muito tempo o dinheiro para sustentar sua filha mais velha veio da pensão de seu pai falecido, que também foi utilizado para a criação dela e de sua irmã (já

que o pai morreu quando elas ainda eram pequenas). Ela diz que se não fosse pela pensão dele “eu não sei o que teria sido da gente”.

Recorrer a trabalhos informais foi a principal alternativa utilizada pelas entrevistadas. Tanto por elas quanto por seus parentes. O marido de Rosa pega “qualquer serviço de obra” para conseguir um dinheirinho para passar a semana. A própria Rosa, que nunca havia trabalhado, passa a fazer bicos de faxina; Margarida, concilia o curso técnico com alguns bicos de manicure; e Angélica faz alguns bicos de serviços gerais.

4.3. O estigma de beneficiário no discurso popular

Como já foi destacado, os sujeitos buscam estar dentro da norma padrão estabelecida pela sociedade e quando alguma característica ou conduta é classificada como negativa, os sujeitos tentarão se afastar dessa representação para que não sejam eles próprios estereotipados.

As produções simbólicas, instrumentos de dominação, relacionam-se com os interesses da classe dominante (BOURDIEU, 2003) impondo, assim, sua cultura, seus modos, suas visões de mundo e seus hábitos e criando uma distinção entre a cultura dominante e a cultura de outras classes. Essa distinção é uma forma de separação e distanciamento entre culturas, hábitos e padrões de classes sociais diferente.

Resgato Bourdieu aqui para tratar da socialização das estruturas e a reprodução das moralidades. Ou seja, quando grupos de pobres reproduzem estereótipos sobre a pobreza (como ideias de que os pobres lutam menos para mudar de vida, por exemplo) ou quando mulheres reproduzem formas de sexismo (como afirmar que determinada mulher não se “dá ao respeito”) essas reproduções são frutos do que nos é ensinado socialmente. Neste mesmo sentido, quando pobres beneficiários de políticas sociais reproduzem estereótipos e julgamentos sobre outros beneficiários eles estão reproduzindo um discurso legitimado na sociedade: de que determinados pobres “merecem” determinadas políticas por “agirem de

forma correta” e outros “não merecem” porque não “fazem bom uso da ajuda que recebem”, por exemplo.

A construção do estigma social produz o que Paugam (2003) chamou de “identidade negativa” para se referir às características desvalorizantes de grupos sociais com reputações e imagens percebidas como ruins, que experimentam a desqualificação social. Esta desqualificação social é fruto de uma construção social, generalizada, superficial e negativa sobre determinadas comunidades e grupos de pessoas que habitam nestas comunidades. A construção negativa da imagem do local é absorvida na consciência social dos habitantes, que passam a se conformar e aceitar a imagem depreciativa atribuída. Todavia, as famílias que residem nessas comunidades criam laços comunitários, proximidades e apoio uns com os outros. Desta forma, a partir dos “traços negativos e a má reputação das respectivas comunidades querem, assim, mostrar que não são ‘menos’ do que os outros, mas que são ‘diferentes’” (PAUGAM, 2003, p. 143), criando uma “valorização da identidade coletiva e de uma mobilização geral de todos os habitantes em defesa de um território comum” (Idem). Portanto, a imagem negativa, tanto sobre as comunidades, quanto dos habitantes delas, gera, entre aqueles sujeitos, uma identidade comum e reivindicações da valorização destas identidades.

É nesta direção que interpreto as narrativas aqui construídas e reproduzidas pelas beneficiárias do Bolsa Família com quem conversei. Como destacaram Small e Lamont (2011), as narrativas dos sujeitos são essenciais para

Fornecerem explicações de como os indivíduos veem a si mesmos em relação aos outros e, por isso, são centrais para a forma como construímos identidades sociais. Elas afetam nossas ações, porque indivíduos escolhem ações consistentes com suas identidades e narrativas pessoais. Muitas vezes, cativam porque apelam à emoção e a experiências humanas compartilhadas (SMALL, LAMONT, 2011, P. 103).

Desta forma, a reprodução de estereótipos e de estigmas sobre a figura do beneficiário do Bolsa Família são recursos de autovalorização de suas próprias ações. Elas reproduzem os estigmas como forma de se esquivarem desses mesmos estigmas, a fim de mostrar que são diferentes daquele outro grupo, que poderia ser associado a “acomodados” e “encostados”. Os beneficiários buscam, então, instrumentos de racionalização para justificar a assistência (PAUGAM, 2003)

Howard Becker (1991) também ajuda a entender a relação entre ações e escolhas individuais e normas da sociedade. De acordo com ele, as pessoas fazem o que fazem porque já viram outras fazendo. Ou seja, “uma pessoa tenta adequar sua própria linha de ação às ações de outras, assim como cada uma delas ajusta suas próprias ações em desenvolvimento ao que vê outros fazendo e espera que façam” (BECKER, 1991, p. 183). Quando o autor defende que os indivíduos se “ajustam” de acordo com outros indivíduos ele não está, contudo, retirando desses sujeito suas agências e capacidades de escolha. Pelo contrário, ele está defendendo que cada decisão e escolha de cada indivíduo é baseada em outras experiências, e que essas escolhas se dão de formas racionais.

Lamont (2000) faz uma análise dos limites simbólicos entre grupos semelhantes através de homens da classe operária na França e nos Estados Unidos a fim de investigar como eles se posicionam em relação aos pobres. Como observado por ela,

Nos Estados Unidos, os homens da classe operária fazem uma forte distinção entre eles mesmos e os pobres por intermédio da ênfase de trabalho duro, responsabilidade e autossuficiência em suas auto definições. Em contraste, os homens da classe operária francesa não estabelecem limites morais tão fortes entre si mesmos e os pobres, mas veem os pobres como colegas trabalhadores momentaneamente excluídos pelas forças do capitalismo (SMALL, LAMONT, 2011, p. 104).

De forma semelhante, Michel Misse (2010) trata da influência da estrutura nas experiências dos sujeitos e de suas transformações através da agência. Ou seja, o sujeito é “o efeito de ser posto pela estrutura (poder) e de emergir como seu ser contraposto e reflexivo (potência)” (MISSE, 2010, p. 15). O autor aponta que dentro das teorias e bibliografias que abordam a relação agência, interação e estrutura, os teóricos costumam tratar os sujeitos como agentes revolucionários que modificam valores (como ativistas, feministas, marxistas, etc.). Contudo, em sua perspectiva, sujeitos podem agir de formas individuais, transformando paradigmas ou valores não com o intuito de libertar outros, mas de reproduzir formas de subjugação. De acordo com ele, “raramente o sujeito que emerge da experiência da subordinação é pensado como sujeito que subordina ou que subjuga, que produz outros assujeitamentos e, portanto, também outros sujeitos” (MISSE, 2010, p. 16).

Neste sentido, as mulheres aqui estudadas, sujeitos com agências, estão criando determinados repertórios para enfrentar a estrutura moral do estigma posto

a beneficiários de políticas sociais. Elas estão se utilizando de perspectivas previamente construídas para defender que, mesmo que existam aqueles beneficiários que são acomodados, elas não poderiam ser encaixadas neste grupo pois agem como mães presentes.

Rego e Pinzani (2014) também trazem essa abordagem em seus trabalhos. Como eles destacam, as mulheres entrevistadas por eles sentiam vergonha ou receio de dizer que utilizavam, em algum momento, o dinheiro do Bolsa Família para algo pessoal. E que isso era efeito direto da “mentalidade preconceituosa” que imputa sobre os desiguais (principalmente os pobres) “atributos negativos gerais tendentes à homogeneização das condutas perante determinados fatos” (REGO, PINZANI, 2014, p.206).

Desta forma, é cobrado, de forma mais intensa, uma conduta específica dos pobres e, principalmente, dos pobres que recebem uma renda proveniente de uma política pública. Ainda segundo os autores, quando se trata desse grupo são acionados, imediatamente, “mecanismos mentais ideológicos desqualificadores dos pobres” (REGO, PINZANI, 2014, p.206/207) e são atribuídos a eles “identidades negativas como se fossem dados da natureza: os pobres são assim, fazem isso ou aquilo” (Idem) e/ou não sabem utilizar devidamente o dinheiro repassado. Neste sentido, cria-se uma noção de conduta, onde o dinheiro do benefício deveria ser utilizado apenas para itens de subsistência (como comida), ignorando que cada família ou grupo de indivíduos possuem suas próprias necessidades específicas.

Ora, se somos frutos e sofremos influências de nosso meio social e de nossas relações, afirmativas e reproduções de conduta estereotipadas são absorvidas pelos próprios sujeitos que são alvos dessas construções. Melhor dizendo, se parte da sociedade afirma que determinadas pessoas beneficiárias de políticas sociais se acomodam ou não utilizam de “forma correta” aquele dinheiro (mesmo sem bases empíricas para isso⁵¹), os sujeitos das políticas também poderão reproduzir tais afirmativas.

⁵¹ “As críticas relacionadas às falhas de inclusão no PBF foram classificadas por Medeiros et al (2007, p.6) como casuísticas e sem base em evidências empíricas “generalizáveis e sistemáticas”, e consistem apenas em apontar famílias com renda superior ao critério e, assim, colocar em cheque todo o funcionamento dos programas” (CASTRO, et al., 2009, p. 347).

Mesmo que a percepção sobre o Bolsa Família pela população brasileira tenha melhorado⁵² e que uma parcela significativa da sociedade entenda a importância e a necessidade do Programa, os antigos preconceitos ainda surtem efeitos sobre os próprios beneficiários. Inclusive os próprios agentes governamentais e assistentes sociais reforçam a lógica do merecimento. Como destacaram Suárez e Libardoni (2007)

Nos discursos de vários agentes governamentais, o controle disciplinar se fundamenta no fato de o benefício ser uma dádiva e não um direito, de modo que as preocupações se voltam para o uso justo do dinheiro e a subsequente vigilância sobre o destino dado ao dinheiro recebido pelas beneficiárias (SUÁREZ, LIBARDONI, 2007, p. 140).

Como já mencionado, mesmo que o benefício seja colocado, em determinados momentos, como um direito, já que elas são mulheres, mães e pobres, ele ainda é bem marcado pela lógica da dádiva⁵³. Nesta direção, o Programa é entendido como um benefício designado a pessoas que estão dentro de determinados critérios (como número de filhos e renda per capita). Mas ainda não é absorvido como outras políticas de Estado, como o próprio SUS, que são serviços que não precisam ser reivindicados por merecimento para serem utilizados. A noção de direito não chega a se consolidar nos discursos delas já que “a justiça do benefício, embora concebido como devido, sempre é justificada ou mediada pelo papel de maternagem que lhes cabe desempenhar” (SUÁREZ, LIBARDONI, 2007, p. 142) e pelo controle moral que se coloca sobre como estão utilizando e gastando o dinheiro do benefício.

⁵² De acordo com a pesquisa realizada por Castro et al. (2009), “no país, quase três a cada quatro respondentes (72%) consideraram que o Bolsa Família traz mais coisas boas para o país. Essa posição variou significativamente nas regiões. O Nordeste registrou o menor percentual de entrevistados que afirmaram que o Programa não faz diferença (10%), enquanto nas outras regiões esse percentual ficou na faixa de 13% a 16%. Inversamente, os maiores percentuais de pessoas que consideraram que o Bolsa Família traz mais coisas ruins ocorreu no sul (17%) e no centro-oeste (13%). Mesmo assim, foi majoritária a percepção positiva em todas as regiões brasileiras” (CASTRO, et al., 2009, p. 338).

Assim, o BF, cada vez mais, adquire legitimidade política junto à sociedade brasileira, através do maior e melhor conhecimento sobre o Programa e pelo contato com pessoas que recebem o benefício. Contudo, ainda persiste algumas defesas e crenças sobre a conduta dos beneficiários e questionamentos acerca do investimento público para tal programa.

⁵³ Ou seja, receber algo e ter que retribuir.

4.4. A reprodução do estigma e a resistência ao estigma pelas beneficiárias

Reproduções de estigmas e narrativas morais e meritocráticas reproduzidas pela vizinhança e pelas próprias beneficiárias são fatores que podem vir a prejudicar a autonomia de mulheres beneficiárias, conforme aponta trabalho de Marins (2017; 2018), o que também se manifesta como uma questão importante em nosso trabalho de campo.

De acordo com a pesquisa de Marins (2017), muitos beneficiários sofrem humilhações e constrangimentos tanto quando solicitam o BF no setor de cadastramento, quanto quando se tornam efetivamente beneficiários, sofrendo estigmas por parte de vizinhos (também pobres, mas não beneficiários). Sua pesquisa mostra com detalhes como os beneficiários passam a carregar um estigma por receberem assistência do governo e/ou por não terem trabalho fixo.

Interessante notar que Marins salienta que a classificação moral em relação aos beneficiários como “merecedores” ou “aproveitadores” varia de acordo com a forma como as titulares gastam o dinheiro do benefício. Como apontado nas falas de algumas de minhas entrevistadas, as beneficiárias que trabalham ou dedicam mais tempo cuidando dos filhos têm mais legitimidade e não são alvos de fofocas. Isto porque são vistas como “boas mães” e, portanto, merecedoras de receber o benefício. Já as “más mães” são consideradas aquelas que investem o dinheiro do BF em si mesmas e não cumprem com as condicionalidades postas pelo programa. Este tipo de classificação moral é construída tanto pelos próprios beneficiários, quanto por vizinhos e agentes públicos (MARINS, 2017).

No desenrolar de nossos diálogos, fui tentando direcionar a conversa para perceber se as entrevistadas já sentiram ou se já identificaram algum tipo de preconceito contra elas por serem beneficiárias do Bolsa Família. Para todas, essa discriminação não está presente, ou pelo menos elas não identificam como discriminação. Pelo contrário, seus parentes, como já mencionado, afirmam que elas devem receber mesmo o benefício por estarem dentro dos critérios de elegibilidade.

Contudo, como já destacado, foi corriqueira a distinção entre elas e “outras beneficiárias”. Segundo elas, elas não sofrem discriminações ou estigmatizações⁵⁴ porque são “merecedoras”, porque são “boas beneficiárias” que utilizam o dinheiro do benefício para os filhos. Além disso, afirmam que são boas beneficiárias, também, porque “trabalham e correm atrás” e “não ficam encostadas recebendo o dinheiro”. Para Margarida, o preconceito acontece com mulheres que recebem o benefício e não fazem nada para “mudar de vida”. O estigma recai, aqui, sobre mulheres que supostamente, ou não precisam do benefício e recebem, ou recebem e não cuidam “direito” dos filhos. Como afirmou ela,

Tem problema essas que tipo, tem vários filhos e não procura fazer nada [...]. Eu acho que o preconceito é em relação a isso, pessoas que recebem o Bolsa Família mas não tentam mudar de vida, não tenta buscar um algo mais. Porque hoje elas tão recendendo, a gente não sabe o amanhã, não é uma coisa fixa [...]. O que a mãe vai dar de exemplo, se a mãe não trabalha pra sustentar o filho, não tem uma profissão, como ela vai dar exemplo pro filho ser alguma coisa a mais [...]. Tipo a Rosa, que tá vindo aqui, ela é guerreira pra caramba, ela faz faxina, qualquer faxina ela tá pegando, entendeu, ela sustenta os filhos dela. Então assim, isso é um espelho pra filha dela, “vou querer estudar pra ser alguma coisa na vida pra ajudar minha mãe amanhã ou depois” (MARGARIDA).

Para ela, todos os beneficiários que têm condições de trabalhar, inclusive, deveriam trabalhar para receber o Bolsa Família. Segundo Margarida,

Eu acho que até poderia ter mais pessoas beneficiárias, pessoas que trabalham poderiam ser beneficiárias do Bolsa Família pra ajudar na renda, mas eles beneficiam mais quem não trabalha, então as pessoas tem aquela renda ali, então caga e anda e não procura um emprego, não tem o Bolsa Família como um complemento de renda, eu tenho como complemento, que paga o plano de saúde delas (MARGARIDA).

No caso dela, ela está sem trabalhar porque foi demitida e não consegue emprego, e não porque “não corre atrás”. Por isso, não identifica comentários sobre ela, porque o BF não é um renda para ela, é uma ajuda para os filhos. Além disso, ela afirma que poucas pessoas sabem que ela é beneficiária, porque, além de não ver necessidade dos outros saberem, as pessoas com quem ela tem vínculos reconhecem “o quanto ela é uma boa mãe” e “batalhadora”.

⁵⁴ Termo utilizado por mim no trabalho para explicitar a estigmatização postas por beneficiários do Bolsa Família e os repertórios utilizados por elas para fugir desses estigmas.

Para Violeta, por exemplo, tem pessoas que recebem o Bolsa Família e “bebem com esse dinheiro, sustentam vícios com esse dinheiro, e a criança mesmo que era pra ser beneficiada não tá vendo nem uma laranja”, como comenta comigo.

No meu caso [...] o meu é um complemento, porque minha avó me ajuda, então no final do mês quando cai ele [o dinheiro do benefício] eu compro aquele Danone que falta, aquele biscoitinho que eles gostam, marco exames pra eles, porque as vezes nosso SUS tá precário, né? Então esse dinheiro eu invisto neles (VIOLETA)

Para ela, o que mais precisaria mudar no Programa é a forma com que “eles” (os agentes públicos) “escolhem” quem vai ser beneficiado e como fiscalizam isso, já que, na percepção dela, tem uns que ganham muito sem precisar, e outros que não ganham quase nada ou mesmo nada estando numa situação ainda mais precária. Ela comenta, inclusive, de uma amiga que recebe apenas (como afirmado por ela) R\$ 80,00 por mês tendo 3 filhos, mesmo tendo a mesma quantidade de filhos que ela e uma situação de vida ainda mais vulnerável e precária. “Eu não digo pra ela [quanto recebe de benefício] [...] eu não consigo entender essa oscilação de valores”. Ela ainda fala que vê gente que recebe cerca de R\$100,00 e questiona o que se faz com esse dinheiro. “O meu 300 e pouco eu consigo investir neles. Pouco, mas eu consigo. Agora, e quem recebe 100? Tá tudo muito caro [...] como passa o mês inteiro com 100 reais?”, comenta Violeta. Ela comenta também que acha extremamente importante o Bolsa Família existir porque muita gente precisa ou mesmo depende desse dinheiro, mas que “precisa rever muita coisa nisso”.

Além disso, fala que há muita fofoca e muito boato sobre o Bolsa Família, mas que, em determinados casos, é verdade (na percepção dela). Comenta,

Acontece, você vê toda hora, mulher que recebe e tá no baile, tá no baile de segunda a segunda e o filho não vê [o dinheiro do benefício] [...]. E se você escutar cada criança que recebe, crianças que já entendem [como o Programa funciona] já vai falar [que a mãe não usa o dinheiro para eles] (VIOLETA)

Violeta comenta que antes de começar a receber o BF ela era “super contra” o Programa e como ele funciona. Isso porque “tem muitas mães novas recebendo, com sete filhos e 20 anos, com 22. Essas jovens que estão nessa situação em vez de fazer filho pra receber Bolsa Família podiam tá na escola, estudando”. Ela comenta, inclusive, que muitas ficam estagnadas dentro da comunidade, no seu “mundinho”, e os filhos crescendo sem nenhuma perspectiva diferente.

As falas de Violeta são interessantes para pensar essa dualidade posta sobre a imagem do Programa e a figura das mulheres que o recebem: se por um lado ela entende a necessidade do BF e o quanto os valores são injustos (pois, como ela fala, como alguém consegue passar o mês com vários filhos recebendo apenas R\$100,00?), por outro ela reproduz uma lógica enraizada no imaginário da sociedade de que determinadas mulheres recebem o dinheiro do benefício (que não costuma ser muito alto) com coisas consideradas supérfluas.

O que percebo, tanto na fala dela, quanto na das demais, é que o problema não é ser beneficiário de uma política social: elas sabem e entendem o quanto o Programa é necessário e o quanto auxilia nas compras e na manutenção da casa, e que a política social faz parte da realidade delas (se elas recorreram, é porque sabem que precisam); o problema são as “outras” que não “agem de forma correta”⁵⁵ e são responsáveis pelos comentários negativos sobre quem é beneficiário. No mesmo sentido que elas dizem que nem todo mundo na favela é bandido ou traficante, elas argumentam que nem todo beneficiário é “acomodado” ou “vagabundo”. Esse sentimento de “merecimento” pode ser interpretado, aqui, como uma busca por não sofrer formas de desrespeito e de humilhação. Como desta Rego (2014),

A humilhação é dupla: por um lado, o indivíduo é silenciado, por outro, vê imposta uma descrição que não corresponde à visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito à sua. Isso pode ser constatado cotidianamente no Brasil pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia (por exemplo, quando o pobre é chamado de “marginal”, de “preguiçoso”, de “vagabundo” ou é acusado de ser culpado pela sua situação, sem poder em momento nenhum oferecer sua visão de pobreza (REGO, PINZANI, 2014, p.40)

Contudo, mesmo afirmando que não sofrem formas de discriminação por serem beneficiárias e que a família dá todo apoio por terem solicitado e conseguido o Bolsa Família, Margarida nos conta que sua irmã (com quem não tem uma relação próxima), que não recebe o BF (mesmo dentro dos critérios de elegibilidade), comentava que ela “ficava com o dinheiro do Bolsa Família das crianças”. Como forma de legitimar seu merecimento, a mãe da entrevistada argumentava que a filha “não ficava com um real do benefício” e que ia “tudo para o plano de saúde das crianças”.

⁵⁵ As categorias morais colocadas aqui (como “mães ruins”, “mães negligentes”, “acomodados”, que “não correm atrás”, que “não trabalham para tentar sair do Bolsa Família”) são argumentos utilizados por elas em suas falas e traduzidos aqui como categorias e repertórios de distinção.

De forma semelhante, Rosa argumenta que os vizinhos, familiares ou clientes não comentam ou fofocam sobre sua vida e sobre o fato de receber o Bolsa Família. Pelo contrário, da mesma forma que Margarida, Rosa solicitou o benefício por pressão de alguns familiares, argumentando que ela tinha direito, já que “tem gente que nem precisa e recebe”. Segundo ela, ninguém comenta dela de forma negativa por receber o benefício,

Os outro ainda fala “ah você tá certa de ter ido lá fazer o Bolsa Família, porque tem muita gente ali onde eu moro que tenta fazer e não consegue. Às vezes a gente vê que tem gente que precisa mesmo e não consegue fazer o Bolsa Família, aí é muito difícil, [...] tem muitas mulheres ali, mulher de bandido que tem e não precisa, que a gente vê que não precisa e tem o Bolsa Família, que a renda é mais alta que a nossa (ROSA).

Mas, a todo momento em sua fala, ela traz justificativas (tanto para mim, quanto para os outros), por ser beneficiária. A fim de evitar os julgamentos morais, ela afirma que o benefício é um “algo a mais”, já que viver só da faxina, um trabalho incerto, não é o suficiente para dar tudo que os filhos precisam. Em determinado momento, Rosa afirma que “às vezes fica sem graça” por ser beneficiária por tantas pessoas precisarem (até mais do que ela, afirma), e por ela ter condições (tanto clientela, quanto saúde) para trabalhar com faxina. Por trabalhar de faxina para seus vizinhos, a entrevistada fica receosa de comentarem dela estar “se aproveitando” por receber o BF. Contudo, confirma, a todo momento, que realmente merece, “senão nem estaria recebendo”.

Angélica, por exemplo, diz que ainda vê muito comentário maldoso sobre quem recebe, mas isso se deve às pessoas que recebem e não sabem fazer um bom uso. “Tem gente que compra um arroz e feijão e acha que já tá bom”, comenta ela. Contudo, também não acha que ela mesma seja alvo dessas fofocas, já que evita se relacionar com os vizinhos, quando sai é apenas para a casa do namorado e que seu filho anda sempre “bem arrumado”,

Eu não passo fome, não vou na porta de ninguém pedir nada, então não tem porque ninguém falar [...]. Ele come do bom e do melhor, tem o cabelo cortado [...], não me enchi de filhos né, que nem os outros falam (ANGÉLICA).

A apresentação e a estética dos filhos é um outro recurso de distinção assumido por elas. Para todas, o fato de seus filhos estarem sempre arrumados, com os cabelos penteados e cortados, com brinquedos, indo regularmente à escola e à Igreja são comprovações da “boa tarefa” que elas estão executando. Essa imagem

“comprova”, na percepção delas, a presença e a atenção que elas, as mães, dão aos seus filhos. “Não deixo meu filho largado na rua”, “meu filho tá sempre bem arrumado”, “minha filha não anda com roupa rasgada” são afirmações presentes que tem um grande significado: do reconhecimento de boas crianças e de crianças bem cuidadas. Por isso, afirmam elas, “ninguém tem nada que comentar”, nem delas e nem dos filhos.

A apresentação estética e a conduta dos filhos pareceu ser um dos principais fatores de comprovação da “boa maternidade” e da beneficiária que “utiliza da devida forma o benefício”. Todas as moças com quem conversei comentaram de alguma beneficiária que vai todo fim de semana para o baile, enquanto o filho anda sempre “desleixado” e com “más companhias”.

Nas entrevistas, o estigma aparece mais como um limite entre elas, as “boas beneficiárias” e as outras, aquelas que “não precisam e recebem” do que de fato uma fronteira simbólica entre os pobres (como na pesquisa de Marins, 2017). Mais do que uma construção nas interações face a face, o estigma representa uma reprodução do senso comum pautado em estereótipos construídos sobre os pobres, que serve como diferenciação entre umas e outras, para que elas mesmas não sejam enquadrada na categoria de “acomodados”.

Classificar outra beneficiária como não merecedora significa autovalorizar suas próprias funções e trabalhos. Mais do que de fato achar que outras mulheres não seriam realmente merecedoras, afirmar que elas mesmas “merecem” o benefício porque são boas mães significa dizer “talvez algumas mulheres não usem o dinheiro da forma correta, mas nós usamos”.

É interessante destacar também que a ideia de “má utilização do dinheiro” por parte de outras beneficiárias costuma ser bem abstrata. Tirando Margarida, que citou o nome da ex esposa de seu atual marido, todas as demais não demonstraram ter relações com mulheres que agiriam dessa forma. Elas comentam de “uma mulher que mora na rua tal”, ou “fulana que é mulher de bandido”, mas nunca são mulheres de seus círculos de amizade⁵⁶. Isso pode demonstrar, inclusive, a ideia

⁵⁶ Infelizmente não tive a oportunidade de saber mais sobre quem seriam essas “outras” mulheres, se elas conhecem outras mulheres que recebem o BF e vão ao baile, se essas mulheres frequentam a ONG e, consequentemente, conversar com essas que seriam as “outras”. Seria interessante conversar também com elas para ver como estas constroem seus discursos. Se elas dizem que vão

abstrata sobre as beneficiárias do BF. Essa reprodução de estereótipos sobre quem recebe o benefício é pautada numa ideia geral sem bases empíricas (não há evidências que um número considerável de mulheres utilize o dinheiro do benefício apenas para beber, por exemplo). Mas o fato de saberem que “fulana” recebe o benefício e vai ao baile aos finais de semana são mecanismos que elas utilizam para dizer que “algumas podem até não usar da forma correta o dinheiro, mas nós não!”, e anteciparem qualquer tentativa de comentário vindo de alguém.

Elas assumem, então, repertórios de ação para se esquivarem da possível fofoca e discriminação. Aqui, as beneficiárias que se reivindicam como “merecedoras” se aproximam do que Paugam chamou de “assistência instalada”, onde elas buscam instrumentos de racionalização para justificar sua entrada e permanência na assistência do Bolsa Família.

O sentimento de “merecimento” e as falas de “eu mereço porque sou uma boa mãe”, “eu mereço porque estou dentro do que ‘eles’ [os agentes] pedem” nos aproxima ao que Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1987) definiram como “ordens de grandeza”, ou seja, quando os sujeitos apelam “para diversos registros de linguagem e agência [...], espécies de guias práticos a que os atores recorrem para justificar suas necessidades, escolhas e situações específicas” (FERNANDES, 2017, p. 62-63). Desta forma, as beneficiárias adicionam determinadas narrativas para defender sua posição de beneficiária.

O controle sobre a população pobre se dá, como já pontuamos aqui, através das condicionalidades do Programa, através dos comportamentos assumidos pelos pobres e através das moralidades. Como já havíamos pontuado através de Telles (2008) e Marins (2017), os pobres precisam “comprovar” seu papel de pobreza (ou seja, devem assumir determinadas condutas para passarem para os outros uma imagem de necessitados). Da mesma forma, as mulheres pobres e mães precisam manter sua “fachada” e seus papéis sociais de mães para não serem deslegitimadas. Frequentar o baile funk foge à representação da “boa mãe” e, consequentemente,

ao baile, ou se elas também defendem que elas possuem a conduta considerada “adequada” para ser beneficiária da política social. Devido ao prazo corrido e as atividades na ONG não consegui dialogar com o que seria esses “dois grupos”, ou mesmo confirmar se o grupo das “outras” realmente existe. De todo modo, aqui exponho qual a narrativa que elas estão construindo para se autovalorizarem e afirmarem que “talvez algumas não utilizem da forma correta, mas eu utilizo”.

estigmatiza mulheres que são pobres e beneficiárias do BF por não estarem assumindo a “postura correta” que se espera socialmente.

Quando perguntei para Angélica, por exemplo, o que mais mudou em sua vida quando se tornou mãe, ela disse que foi o seu amadurecimento, “antes eu era mais molecona”, comenta. Antes ela não se preocupava muito com quem andava, com quem se envolvia. Mas depois que se tornou mãe passou a tomar determinados cuidados, como não frequentar mais alguns ambientes e “tomar cuidado” com quem se relacionava. A maternidade como “aprendizado” aparece, também, na tese de Souza (2004), quando ela destaca que a maternidade para a mulher negra “adquire outro significado, é muito mais caracterizado como um processo de aprendizagem. A ideia de maternidade como dom, como capacidade inata a algumas mulheres, é abandonada pela ideia de aprendizado” (SOUZAS, 2004, p. 104).

Angélica menciona comigo sobre como ficou mais cautelosa também quando se tornou mãe. Destacou por duas vezes o medo de fazerem algo com seu filho. No primeiro caso, tratado mais acima, é referente ao pai da criança. No segundo, em relação às influências. Desta forma, argumenta comigo que é importante as mães passarem um “bom exemplo” para seus filhos. Como também argumenta Juliana, as crianças sofrem muitas influências com o mundo do lado de fora. Então cabe a elas darem o “bom exemplo” e explicar como o mundo funciona.

Contudo, ao passo que as mulheres reproduzem essas estruturas e esses padrões morais de comportamento, elas também questionam determinadas estruturas. Isso se mostra, principalmente, em relação à violência e à atuação do Estado e à questão de gênero.

Ora, a realidade não está dada e não é imutável. Apesar da estrutura marcar intensamente nossas socializações, costumes, hábitos e opiniões, a agência e as formas de resistência estão presentes. Um exemplo disso é a própria fuga dos estereótipos buscada pelas beneficiárias entrevistadas. Ao mesmo tempo que reproduzem sobre outras as narrativas estigmatizantes de “acomodadas” e de “mães relapsas”, defendem que elas (e outras mulheres) devam ser autônomas e independentes. As falas de Margarida e Violeta, principalmente, nos demonstram isso. Elas não escapam das moralidades previamente construídas sobre as mulheres e sobre beneficiárias de políticas sociais. Contudo, também fazem coro a teses e

defesas feministas sobre trabalho, cuidado, autonomia e maternidade. Quando Juliana diz que o machismo age para diminuir o trabalho das mulheres, ela está pontuando a não naturalização dessa perspectiva. E quando Patrícia diz nenhum homem mandará nela (mesmo sendo financeiramente dependente do marido), ela está questionando a visão tradicional de esposa e de mãe.

Margarida e Violeta são as que mais fogem do discurso estrutural de gênero e maternidade, apesar de também reproduzi-lo. Ao passo que reproduzem estereótipos de gênero relacionados à maternidade e discursos morais sobre beneficiárias, elas também defendem que a criação e o cuidado não deveriam ser funções apenas delas ou de suas mães. E também não se apagam enquanto sujeitos. Margarida gosta de sair e de tomar uma cerveja de vez em quando, Violeta investe muito no seu visual.

Acredito, então, que este é o ponto chave sobre a “boa maternidade” e a “boa beneficiária” (diretamente ligada à primeira categoria). Como pontuou Souza, “a maternidade equivale a uma perda da individualidade, ao mesmo tempo em que assume uma nova identidade, a de mãe e cuidadora (SOUZAS, 2004, p. 100). Estar inserida na favela, além disso, desperta outras preocupações e mecanismos de cuidado.

O fato de preferirem que os outros não saibam que são beneficiárias, ou de não demonstrarem conhecer muitas mulheres que recebem e estão “todo fim de semana no baile” e as desculpas e justificações por terem solicitado o Bolsa Família demonstram que, mais do que acreditarem nesse discurso que é reproduzido, elas se apropriam dele para demarcarem um local e disputarem a concepção de beneficiário do Bolsa Família. Isto pode estar relacionado ao ainda não entendimento do Bolsa Família como um direito, a ainda frequente e marcante estigmatização do benefício e de seus beneficiários e os receios de parecerem “acomodadas” para os outros.

Além disso, destacam em diversos momentos que as mulheres de seus círculos que recebem o Bolsa Família “realmente merecem”, mesmo retomando a questão do merecimento (o que anula o BF como uma política de direito). Elas inclusive defendem que, mesmo que uma boa parte da sociedade diga que quem recebe o benefício é “acomodado”, elas sabem das dificuldades enfrentadas pelas

mulheres que são mães, pobres e moradoras de favela para conciliarem seus trabalhos, cuidarem de seus filhos e ainda enfrentarem determinadas cobranças. Afirmam que as mulheres de seus círculos, inclusive outras beneficiárias, são mulheres “batalhadoras”, que “lutam todos os dias pelos seus filhos” e que merecem a “ajuda” que recebem. O principal exemplo disso foi a afirmação que Margarida fez sobre Rosa, afirmando que a amiga luta muito para criar os filhos e que, principalmente depois de tudo que passou, merece toda a ajuda que recebe. Para Margarida, Rosa é um exemplo de beneficiária e de mãe, sendo o contraponto do que os “outros acham que é um beneficiário do BF”.

4.5. Identidades e representações

Como bem afirmou bell hooks (2014), a identidade das mulheres negras foi sendo construídas a partir de uma infinidade de estereótipos negativos, de hipersexualizações e pelo mito de que mulheres negras “são mais lutadoras” e que não precisariam do suporte dos homens (diferentemente das mulheres brancas, compreendidas como mais frágeis e delicadas). Sendo as identidades parte da formação dos indivíduos, como pontua Caetano (2019), negar o reconhecimento é “influenciar negativamente na construção dessas identidades. A negação do reconhecimento ou os processos de reconhecimento errôneos podem culminar, quase sempre, em estereótipos e estigmas profundos” (CAETANO, 2019, p.40).

Não reconhecer outro sujeito enquanto pessoa, enquanto cidadão, enquanto indivíduo com necessidades e particularidades; negar o reconhecimento de que esta pessoa é socialmente igual e detentora dos mesmos direitos, é negar a ela uma construção positiva de sua identidade pessoal e de sua autoimagem. Sem o reconhecimento, essa construção subjetiva se desenvolve de forma comprometida. A falta de reconhecimento ou um reconhecimento incorreto⁵⁷ aos sujeitos sociais podem causar sentimentos de inferioridade, subalternidade, fraqueza, dependência, falta de dignidade e liberdade, bem como a naturalização de discriminações e

⁵⁷ Honneth (2003) defende que os indivíduos constroem suas identidades através das relações com os outros no âmbito da família, da sociedade civil e do Estado. Além desses pressupostos, Honneth coloca que cada sujeito trava uma luta pelo próprio reconhecimento quando este é desrespeitado. Logo, é necessário que cada indivíduo e grupo social tenha consciência do desrespeito que sofreu.

opressões. Nossa identidade, então, é formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento⁵⁸. Assim, “o não reconhecimento ou reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe⁵⁹” (TAYLOR, 1998, p. 45).

Neste mesmo sentido, e baseando na perspectiva de Taylor (1998), Rego (2014) defende que, para se pensar autonomia, é necessário que a articule com a identidade e com essas relações dialógicas (TAYLOR, 1998). De acordo com Rego, o “reconhecimento do direito das pessoas de participarem do discurso de justificação dos estados de coisas que afetam suas vidas” (REGO, PINZANI, 2014, p.41) são essenciais para a afirmação da dignidade humana. “Esse direito à justificação é central para a formação do respeito de si e dos outros nos indivíduos; portanto, é decisivo para a formação da autonomia pessoal” (Idem). Desta forma, negar esse reconhecimento pessoal e social e o direito à dignidade são fatores que prejudicam o autoconhecimento dos sujeitos e, conseqüentemente, a conquista de autonomia. Ainda de acordo com eles,

Por um lado, o indivíduo [pobre] é silenciado, por outros, vê imposta uma descrição que não corresponde à visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito à sua. Isso pode ser constatado cotidianamente no Brasil pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia (por exemplo, quando o indivíduo pobre é chamado de “marginal”, de “preguiçoso”, de “vagabundo” ou é acusado de ser culpado pela sua situação, sem poder em momento nenhum oferecer sua visão de pobreza (REGO, PINZANI, 2014, p.39-40).

Nesta mesma direção, Collins (2016) destaca a importância da auto definição e da auto avaliação das mulheres negras sobre elas próprias. Definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista é fundamental para resistir à desumanização das mulheres negras e pobres e à opressão psicológica internalizada por elas. Por isso, a noção da interseccionalidade e do reconhecimento são pontos essenciais para

⁵⁸ Taylor desenvolve uma teoria dialógica, baseada na intersubjetividade, na qual a formação do sujeito só se dá através da relação com o outro. A relação de reconhecimento é dialética, intersubjetiva e recíproca.

⁵⁹ A qualidade das relações sociais de reconhecimento deve ser o centro da concepção de justiça para Honneth; e o respeito e a não discriminação de diferenças o centro para uma construção positiva sobre si mesmo para Taylor.

interpretar e entender as narrativas de mulheres pobres beneficiárias do Bolsa Família, os efeitos dos estigmas e as consequentes limitações da autonomia.

Avtar Brah (1996) aponta que a experiência é o lugar da formação do sujeito e de sua identidade. A “experiência” é “um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”” (BRAH, 1996, p.360). Tratar a experiência e a formação do sujeito como processos contínuos é reformular, para ela, a noção de agência. Assim,

O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas (BRAH, 1996, p.361).

Os significados e as interpretações que os sujeitos dão a determinado evento e experiência dependem de repertórios políticos dos discursos culturais que estão à disposição desse sujeito, ou seja, dependem de como esse sujeito é culturalmente construído, qual seu contexto histórico e social e de qual evento estamos falando.

Brah destaca que a experiência influencia a formação dos sujeitos e, consequentemente, a interpretação da realidade desses sujeitos, determinadas contradições da subjetividade e da identidade de cada sujeito costumam aparecer. Citando Scott (1992), Brah destaca, então, que a experiência é uma interpretação e ao mesmo tempo precisa de interpretação.

Neste sentido, os relatos das entrevistadas demonstram uma determinada experiência e uma determinada realidade. É difícil apontar e afirmar que a estigmatização foi uma realidade experimentada por elas. Em determinado sentido afirmaria que não, não necessariamente elas foram estigmatizadas diretamente por serem beneficiárias do Bolsa Família. Mas, como outras mulheres próximas delas já foram (ou como costumam ouvir comentários negativos vindos de outras pessoas), essa é uma experiência da realidade delas que impacta suas percepções.

Como já mencionado, a fachada é um “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” (GOFFMAN, 2011, p.13-14), e os sujeitos fazem o necessário para preservá-la. Se assumem uma determinada postura, farão o possível para manter a fachada que criaram e que passaram para os demais

em suas interações. Neste sentido é que argumento que a reprodução dos estereótipos e dos estigmas sobre beneficiárias e mães pelas próprias beneficiárias são tentativas de manter intactas suas fachadas. Como elas argumentam, ninguém comenta nada sobre elas porque elas não dão motivos. Mas elas sabem que as fofocas e os comentários existem, e criam repertórios de fuga para não serem identificadas como “as outras”.

O estigma, como coloca Goffman, também funciona como um recurso de manipulação da própria identidade dos sujeitos. As mulheres entrevistadas não são apenas “alvos” de construções e controles morais. Elas também manipulam os significados do estigma para se verem de forma positiva frente à outra pessoa. O papel que elas representam nessa fachada de suas realidades sociais é o papel da “boa beneficiária” que “não dá motivos” para falarem de suas.

Dizer que “a fulana” beneficiária não é uma “boa mãe” ou não é uma beneficiária legítima significa valorizar o que elas fazem, o que elas são e as prioridades que elas dão. Elas visam, então, preservar suas fachadas e se reconhecerem como boas beneficiárias, acima de tudo. Como também destaca Marins,

Sob a ideia de preservação da fachada (Goffman, 2012), um conjunto de estratégias é mobilizado pelos indivíduos para a composição de seus repertórios, como, por exemplo, a demonstração de si como “bom sujeito”. Isso, no entanto, não significa dizer que se trata de fingimento; ao contrário, fundamenta-se em juízos conscientes. A experiência de sociabilidade faz com que as pessoas aprendam a usar (ou a desusar) suas fachadas, através de um processo contínuo que se realiza durante a interação com os outros indivíduos (MARINS, 2014, p.556).

Desta forma, mesmo que utilizem o dinheiro do benefício para necessidades pessoais e mesmo que não haja de fato comentários acerca de suas condutas, elas se sentem na obrigação de manter essa fachada para se legitimarem e evitarem possíveis retaliações.

Contudo, as demonstrações de cansaço e de dificuldades não são descartadas, mesmo que apareçam de forma singela e apagada. Ou seja, é frequente que elas falem que se sentem cansadas, que se pudessem voltar fariam alguma coisa diferente (ou mesmo não teriam filhos), mas sempre recorrendo a falas como “eu amo meus filhos”, “me sinto realizada por ser mãe”, “eles são tudo para mim, mas...”. O “mas” depois das falas reflete que, mesmo que elas tentem mostrar que

amam seus filhos de forma incondicional e que elas gostam de cuidar deles, há um peso em ser mãe. E há um peso em ser mãe e beneficiária. Foi possível perceber o medo de parecer ingrata, ou uma mãe ruim ou mesmo uma pessoa ruim por se mostrar cansada com as tarefas domésticas, por se mostrar cansada com a administração da casa e mesmo se mostrar cansada de se justificar por ser beneficiária; e o medo de talvez sofrerem represália por “reclamarem de algo” sendo beneficiárias.

Violeta, inclusive, numa das rodas de conversa sobre mulheres que aconteceu na ONG (uma roda que debateu questões de violência, simbólica ou física, contra as mulheres), comentou como sempre o trabalho dela (e das mulheres) não é valorizado pelo marido/companheiro. Violeta falou isso num tom de mágoa e raiva. “Por mais que a gente se esforce, nunca tá bom”, comenta. Além disso, comentou sobre a decisão ter sempre que ser do marido/pai. Ela é separada do pai de seus filhos e o mais velho mora atualmente com o pai e a avó paterna (mas a guarda da criança é compartilhada). Num momento nessa roda de conversa ela comentou que diversas vezes deixa de falar algo ou expressar a opinião dela senão “vira um tumulto”; que, para evitar o conflito e uma possível briga, acaba aceitando as coisas do jeito que o ex marido quer. Mas expressou o quanto isso a deixa desconfortável: “mas esse é o machismo, que não deixa duas mulheres [ela e a avó do menino] decidir por ele [...] ele tem que tá no controle”.

Em outro momento, numa conversa comigo, Violeta comenta sobre a “bolha” que é a comunidade. Ela e outras moças que estavam na ONG neste dia conversaram sobre como elas se fecham dentro da comunidade, como não costumam sair para ir a algum museu ou exposição. Violeta comentou comigo que a maioria das mães fica fechada em suas obrigações, apenas trabalham e cuidam dos filhos, e que era necessário repensar essa realidade.

A gente tá até criando um grupo, pra chamar mulheres pra gente fazer um debate e chamar essas pessoas pra poderem sair um pouco da bolha. Pelo menos de quinze em quinze dias a gente se reunir, fazer um café, falar sobre tudo [...]. Acho que vai ser muito importante até pra dar espaço pra essas mães (VIOLETA).

Ao mesmo tempo que Violeta comenta como as mulheres dali se fecham em seus círculos e defende que a vida não é apenas trabalhar em casa e cuidar dos

filhos, ela destaca que é basicamente isso que ela faz. Ela coloca seus filhos em primeiro lugar e afirma que não utiliza “um centavo do benefício” de forma pessoal.

Contudo, também demonstra seu desconforto em relação a essa situação. Ela fala que, assim que seus filhos estiverem “criados”, ela vai começar a pensar nela (assim como fez a sua mãe, que terminou os estudos e começou uma graduação agora). Violeta inclusive visa fazer o pré-vestibular social na ONG para prestar o ENEM em 2020 e cursar uma graduação em psicologia.

Quando falamos sobre ser independente, Margarida afirmou que já foi bastante. Porque ela já conseguiu fazer mais pelas filhas dela. Porque ela trabalhava e conseguia comprar tudo para as filhas. Mas não mais. Agora depende mais do marido. O objetivo dela se formar podóloga, arrumar um bom emprego e ter uma boa vida se refere, principalmente, ao exemplo que dará para suas filhas. Como ela falou,

Já fui independente, pagava minhas conta, sustentava minha filha [...]. Hoje não, hoje eu sou dependente, da minha mãe, do meu marido, do meu Bolsa Família [...]. Eu acho que é uma fase. Como eu já fui independente, já tive o meu, não tenho medo de trabalhar [...]. Hoje eu me acho dependente deles, mas sabendo que amanhã eu vou ser independente. Aliás esse curso, todo dia quando eu acordo de manhã, aquela prova, aquela matéria muito difícil eu penso “é pro futuro da minha filha, das minhas filhas, é pra minha independência financeira” (MARGARIDA)

Margarida vê na educação o meio para sua independência financeira (para que não dependa mais do marido, da família e do benefício do Estado) e a saída que ela quer e espera para suas filhas. Para ela, a educação é o caminho para superar sua situação de pobreza e proporcionar mais oportunidades às filhas. Mas tem dificuldade de enxergar o papel do Estado nisso. As frequentes operações militares na favela, a suspensão de aulas em dias de operação, o fechamento de escolas, as dificuldades de matrícula nas escolas e creches públicas, a falta de políticas de apoio ao trabalho reprodutivo⁶⁰ e o distanciamento da universidade da realidade dela são fatores que a faz duvidar do papel do Estado na transformação de sua vida. Por isso, percebemos como a ausência do Estado é um dos fatores que limita o reconhecimento dessas mulheres.

⁶⁰ Ela, inclusive, nos fala da dificuldade de ir para o curso quando tem operação militar e/ou quando a creche suspende suas atividades por algum motivo, não conseguindo deixar a neném com outra pessoa.

Angélica, por exemplo, também vê na educação a transformação para sua realidade e a de seu filho. Comentou diversas vezes que tinha muita vontade de terminar os estudos (e que inclusive pretendia fazer as aulas pela ONG) e o quanto gostaria de fazer uma universidade. “Hoje a gente vê muita gente da favela que conseguiu tá na universidade, né”, comenta. Inclusive diz que seu sonho é fazer enfermagem, porque gosta de cuidar dos outros, mas que também gostaria de fazer algo na área de direitos humanos. “Tem muitas causas [importantes] ainda mais dentro da comunidade, com os morador da comunidade acontece tantas coisas que a gente fica revoltado, né?”.

A educação, aqui, representa tanto uma possibilidade de melhoria de vida (para conseguir um emprego mais estável, por exemplo), quanto uma realização pessoal (para ser “alguém na vida”, como comenta Angélica). E essa realização pessoal é referente tanto ao exemplo que poderão dar para seus filhos (como comentou Margarida, ao dizer que as mães são como espelhos para seus filhos), quanto por uma conquista pessoal e busca por liberdade. Margarida, apesar de depender financeiramente do marido, busca em seu curso técnico a possibilidade de não mais depender (e poder ter a tão sonhada liberdade de escolha). Violeta vê o exemplo em sua mãe, que após anos, com os filhos já criados, voltou a estudar e está cursando pedagogia. Angélica enxerga na educação a possibilidade tanto de fazer algo para seu filho e para a comunidade, quanto a possibilidade de ter mais respeitabilidade perante os outros: “como eu parei de estudar por conta da gravidez, as vezes as pessoas acha que eu não sei fazer as coisas”, comenta comigo.

Outro fator para a análise dos papéis assumidos pelas mulheres beneficiárias entrevistadas se refere à dificuldade de falar sobre si mesmas, sobre como elas se veem, sobre o que elas costumam ou gostam de fazer, sobre suas autoestimas, sobre felicidade e realização. Isto se mostrou até como um entrave para que eu pudesse avançar na conversa sobre como elas se enxergam socialmente. Algumas falas começavam com “eu gostaria de ser mais independente” ou “eu gosto de fazer tal coisa”, mas, em algum momento, a conversa retornava à maternidade e aos filhos. Quando falavam sobre se sentir independentes e autônomas ou não, argumentavam que suas lutas diárias são para dar um bom exemplo a seus filhos e lhes proporcionar uma vida melhor. Dificilmente afirmavam que faziam algo em suas vidas pensando num melhoramento da própria autoestima, por exemplo.

As formas de lazer, por exemplo, eram sempre relacionadas a algo com os filhos. Mesmo as que namoravam não comentavam se faziam algo particular com os respectivos namorados, sem ser algum passeio com as crianças. Acredito que o fato de namorarem outras pessoas que não os pais dos filhos (ou por não serem de fato casadas) influenciou nessas falas. Talvez pela vergonha de não estarem com o pai das crianças, ou talvez pelo receio de, possivelmente, serem julgadas por colocarem algum tipo de relacionamento à frente dos filhos. Aqui, podemos retomar o debate de bell hooks (2014/2015). As mulheres negras (neste caso também pobres e moradoras da favela) supervalorizam suas funções como mães, como apoiadoras da família e dos amigos, como lutadoras e, também, como mulheres guerreiras. Sempre referente à maternidade e à luta diária para manter as necessidades básicas da casa.

Outros fatores relacionados à identidade, principalmente a questão de raça, foram difíceis de serem abordados. Como a maioria é negra, é inevitável abordarmos questões de racismo e de discriminações. Rosa comenta, em determinado momento, que a polícia tem mais preconceito com quem é “mais moreno”⁶¹ do que com quem é branco (inclusive conta que seu marido e seu primo foram vítimas de racismo). Contudo, não enxerga esse mesmo racismo sobre ela. Diz que é tratada bem pela família com mais condição para qual trabalha (branca e de classe média), que a tratam como “se fosse da família”⁶².

Como o trabalho de campo é feito numa favela, com maioria da população negra e pobre, questões de racismo e classismo apontados pelas teorias já utilizadas neste trabalho aparecem com menos expressão quando relacionado às suas redes de relacionamento (ou seja, entre os próprios moradores). Contudo, o racismo é diversas vezes apontado como principal marcador para os abusos policiais. Lis inclusive comentou da morte da menina Ágatha e de como a polícia não respeitava as crianças da comunidade, “como se não fossem nada”. Margarida e Rosa

⁶¹ Termo utilizado por ela na conversa.

⁶² Sem perceber, contudo, o caráter racista intrínseco nesse tipo de comentário de famílias brancas e ricas/de classe média sobre suas empregadas domésticas negras e pobres. Isso nos remete, também, ao mito da “democracia racial”, onde persiste, no imaginário de parte da sociedade, de que o racismo não existiria na sociedade brasileira. Isso nos lembra uma passagem muito importante e irônica em um dos trabalhos de Lélia Gonzalez (1984): “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem” (GONZALEZ, 1984, p.226).

comentaram como os policiais são abusivos com o meninos negros, que eles “identificam como traficantes só pelo jeito de andar”.

4.6. A política militarizada do Estado na favela

O tema da segurança pública está presente nos estudos acadêmicos desde os anos de 1970 e, como argumenta Zaluar (1999), os principais elementos causadores da violência e da criminalidade seriam as deficiências nas políticas públicas, como saúde, educação, saneamento, promoção de emprego e na atuação do Estado dentro das favelas e periferias. Contudo, a política de segurança que é aplicada pelos Estados tem como estratégia principal a chamada “guerra às drogas”⁶³ nas favelas. Como pontua Caetano (2019),

Em outros países, como no Brasil, a “guerra às drogas” reforçou também políticas de segurança que, por sua ação repressiva e seletiva a determinados territórios, endossou uma verdadeira guerra aos pobres. É neste contexto que surge o conceito de “crime organizado”, muito utilizado pelo poder público e pela imprensa ao redor do mundo, e hoje naturalizado como sinônimo de venda de drogas consideradas ilícitas no varejo, mas que ignora os grandes administradores do capital gerado pela venda de grandes volumes de drogas (CAETANO, 2019, p. 107).

Dentro disto, a guerra dentro das favelas e a violação de direitos humanos (principalmente de jovens negros moradores das favelas) foi naturalizada sob a justificativa de “promoção de segurança” e “combate ao tráfico de drogas”.

Caetano também demonstra que, para a execução dessa política de segurança, é necessário que o Estado defina o que é crime e divida aqueles que são vistos e colocados como “pessoas” e “não pessoas” a fim de legitimar a ação do Estado sobre a favela. Nesta direção, “aqueles que habitualmente praticam crimes, portanto, deixam de ser pessoas aos olhos do direito penal do inimigo, permitindo que a esses corpos se tornem alvos do combate ao crime – que termina por ser o combate ao “criminoso”” (CAETANO, 2019, p. 107). O principal alvo de

⁶³ Esse termo foi utilizado pelo então presidente dos Estados Unidos Richard Nixon em 1972 que afirmava que a questão das drogas deveria ser tratada como uma guerra contra sua propagação e ampliação.

construção de narrativas sobre o “criminoso”, o “bandido” e o responsável pela violência é a juventude negra moradora da favela⁶⁴. Neste sentido,

Os moradores das periferias ficam expostos à violência cotidiana derivada de operações “antidrogas” e de disputas territoriais pelo controle do mercado ilegal. Nesse contexto, seus direitos mais básicos são sistematicamente violados: aulas são canceladas, trabalhadores ficam com medo de sair de casa, comércios e equipamentos públicos fecham as portas. E, o que é pior: centenas de vidas, a maioria delas de jovens negros, são perdidas (TELLES, AROUCA, SANTIAGO, 2018, p.107).

Cerqueira e Coelho (2017) demonstram que a violência letal na cidade do Rio de Janeiro não é dividida apenas pela dimensão econômica (entre ricos e pobres), mas também pela dimensão do sexo e da cor. As taxas de homicídios e mortes são maiores entre meninos jovens e negros. Na probabilidade de cada cidadão sofrer homicídio, os negros “respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais” (CERQUEIRA, COELHO, 2017, p.30).

Para que a criminalização da juventude negra e da favela se torne eficaz, é necessário que a favela, assim como o gueto exposto por Wacquant (2003), seja controlada através de quatro elementos principais: a produção de estigmas sobre a favela e o morador da favela, a coação, o confinamento territorial e a segregação institucional. De acordo com ele,

A conjugação destes quatro elementos resulta em um espaço distinto, contendo uma população etnicamente homogênea que se vê obrigada a desenvolver no interior deste perímetro um conjunto de instituições que duplicam o quadro organizacional da sociedade circundante da qual tal grupo é banido e que fornece ao mesmo tempo o esqueleto para a construção de seu “estilo de vida” e de suas estratégias sociais próprias. Esta trama institucional paralela oferece ao grupo dominado um certo grau de proteção, de autonomia e de dignidade, mas em contrapartida o encerra em uma relação estrutural de subordinação e dependência (WACQUANT, 2003, p. 117)

Esta afirmação de Wacquant é interessante para pensar o isolamento social dos moradores de favelas e, neste caso, principalmente das mulheres. Como relataram as moças com quem conversei, as mulheres no Alemão se fecham em seus círculos

⁶⁴ De acordo com dados trazidos por Telles et al., “na última década, a taxa de homicídios da população negra aumentou 18%, enquanto a mesma taxa entre as pessoas de outras raças e etnias diminuiu 12%” (TELLES, AROUCA, SANTIAGO, 2018, p. 108).

de amizade e de vizinhança, constroem redes de proteção, mas ficam, também, dependentes das operações militares, que modificam toda sua rotina.

A política de segurança do Estado é destacada em diversos momentos pelas entrevistadas. Para Margarida, a polícia é opressiva e não representa segurança. Pelo contrário, afirma que sente mais medo quando a polícia sobe a favela do que quando encontra com os meninos do tráfico (ela mora numa rua que dá para um beco de boca de fumo). “A gente fica com o coração aflito”, se referindo às operações em dia de semana e em horário de trabalho.

Hoje a gente tava comentando no grupo [de whatsapp] que durante as férias você não ouvia um tiro, não teve uma operação, nada. Voltou as aulas, na mesma semana começou. Aí hoje a mesma coisa, um menino foi baleado [...]. Gente que mora lá perto falou que 6:30 já tava dando tiro. Seis e meia da manhã, assim, trabalhador descendo (MARGARIDA).

Ela continua,

Se você passar direto eles [os meninos do tráfico] vão nem olhar na sua cara. Policial não, quando tem operação, eu já vi gente deitada assim no quarto. Hoje mesmo, eu fiquei deitada no chão assim com ela, no cantinho, que tava bem perto os tiros [...]. E assim, eles oprimem, não querem saber se é trabalhador, se não é, eles não querem saber, eles oprimem toda a comunidade [...]. Se um trabalhador tá descendo eles [falam]: ‘tá indo pra onde, vai pra casa porra, não tá escutando os tiro não? [...] como se as pessoas tivesse ‘ah a gente mora aqui porque a gente gosta né’ [...]. E eu vou dizer pra você, que eu moro bem perto, fica os meninos armado, a boca de fumo vendendo as drogas deles. Eu passo, volto, eles não mexe, se tiver tiroteio [eles falam] “volta, volta, volta”, cabou! Eles não vão coagir, nada, nada [...]. É muito complicado, porque assim, o governo fala uma coisa, a gente aqui vive outra bem diferente [...] a gente não escolhe tá aqui, a gente num é tudo bandido.

Para Margarida, o medo, quando tem operação militar, é constante. Principalmente quando se refere às filhas. Ela diz que gosta de morar na favela, que é onde ela tem a família dela, a casa dela (que é própria), mas que teme pela vida e o futuro das filhas. Quando tem operação, ou as escolas e creches fecham, ou as crianças não conseguem ir. E para ela isso é um grande atraso. Tanto porque a prejudica (pois ela, tendo curso e trabalho, não consegue deixar a filha na creche), quanto porque prejudica o futuro da menina.

Numa das minhas idas à ONG, quando saíamos (eu e a professora Rogéria) fomos surpreendidas por uma troca de tiros e perseguição policial a uns 200 metros à frente, que durou por volta de 20 minutos. Era por volta de 11:30 e Violeta tinha acabado de sair da ONG para buscar seus filhos na escola. Quando acabou, eu e

Rogéria descemos a rua para pegar o mototáxi, e as ruas já estavam lotadas de crianças e jovens com uniformes escolares voltando para suas casas. A responsável pela ONG comentou “é sempre assim, parece que eles esperam o horário de saída de escola para começar”.

Como aponta Cavalcanti (2008), as possibilidades de tiroteios constituem “um dos princípios estruturantes da fenomenologia da vida cotidiana na favela” (CAVALCANTI, 2008, p.37), pois é uma das principais preocupações manifestadas pelos moradores e afeta suas rotinas, mobilidades e o espaço da favela (como procurar lugares “seguros”). “A constante iminência de tiroteios produz uma temporalidade concretamente experimentada como uma antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência, engendrando uma série de rotinas para evitar e aliviar riscos” (Idem). As entrevistadas comentaram, inclusive, que quando tem tiroteios pela parte da manhã suas preocupações são dobradas: além da preocupação de ir trabalhar (caso naquele dia tenham algum bico para fazer) e deixar seus filhos nas creches e escolas, há a preocupação, também, do tiroteio já ter se encerrado. “A gente fica com medo de sair, né? Vai que a gente sai e logo em seguida já começa de novo”, comenta Margarida.

Se por um lado há esse medo dos tiros e/ou operações voltarem após saírem de casa, por outro lado o leque de opções delas é limitado. “A gente não pode ficar em casa esperando pra ver”, comenta Margarida. “Tem gente que trabalha com horário [certo], como que faz?”. Assim, mesmo com medo dos tiroteios permanecerem ou voltarem, a rotina acaba por “naturalizar” essas percepções: o medo que algo aconteça com seus filhos é evidente e sempre presente; mas as obrigações de seguir com as tarefas do dia faz com que os moradores sigam o dia como mais um dentre outros.

“Aqui a gente fica muito escravo de operações”, fala Violeta. Mesmo não morando na parte em que mais ocorre as operações, a entrevistada comenta que o pior de tudo é quando tem operação cedo, prejudicando toda a rotina de todo mundo que mora por ali.

E eu vou te falar sinceramente, eu fico uma semana sem querer sair de casa, eu fico desesperada. E olha que eu nem moro na [parte considerada uma das mais perigosas], eu escuto muita coisa, então você fica sem querer ir na rua [...]. Teve uma vez que teve operação 9 horas da manhã, meus filhos

tava na escola, e como que eu saio de casa? [...] aí você se sente impotente. Você ter os seus filhos na rua e não poder sair (VIOLETA).

Violeta, por outro lado, não gosta de morar na favela. Gosta de estar perto da família e das lembranças boas de infância, mas fala que vai correr atrás para “melhorar de vida” e conseguir sair dali com os filhos, “ir morar mais próximo do asfalto” para ter mais tranquilidade. Principalmente porque tem muito medo do futuro de seus filhos e que eles se envolvam com o tráfico ou com o crime.

De forma semelhante, Angélica diz que pretende juntar um dinheiro e ir “morar lá pra baixo” (no asfalto), pagar um aluguel e ir embora com o filho. Assim como Violeta, Angélica cresceu na favela e tem fortes laços ali, mas diz que a comunidade mudou muito e que, principalmente depois que se tornou mãe, não se sente mais segura em morar lá. Não apenas por causa de violências ou de operações, mas também pela naturalização das drogas. Ela diz que ficam uns meninos novos na porta da casa dela “fumando maconha”⁶⁵, que ela passa na rua e vê crianças de 7 anos brincando de fuzil⁶⁶.

Lá em casa a gente prende as crianças, a gente prefere dar tablet, celular do que deixar na rua brincando assim. Quando tá na rua fica assim, com algum adulto olhando[...]. Eu sou cria da comunidade e cheguei a ver colegas meus crescendo e uns virando bandido outros já tão presos, uns dois, três, quatro já morreu, então não quero isso pro meu filho, né? (ANGÉLICA)

Assim como as outras, Angélica diz que as operações dificultam ainda mais a vida de quem mora ali dentro. E também não vê eficácia alguma nessa política de segurança do Estado, “que sempre sobra pro morador, né?”, não resultando em nada no combate ao tráfico e na violência que os moradores de lá veem e sentem.

Rosa também relata as mesmas dificuldades e medos em relação à polícia. No caso dela ainda existe o agravante do marido ter sido preso por conta da polícia. Ela conta que diversos meninos foram espancados na operação que prendeu o marido

⁶⁵ Becker nos mostra que os controles e moralidades sobre o uso da maconha não se referem apenas à sua ilegalidade (em boa parte dos países), mas principalmente pela ideia de que usuários de maconha não conseguem controlar racionalmente seus comportamentos e estão violando seu bem-estar.

⁶⁶ Inclusive, isso é recorrente na fala das mulheres entrevistadas e também na das mulheres nas rodas de conversa. Todas comentaram algo sobre o assunto e abordaram como alguns pais naturalizam as armas. Lis, por exemplo, diz que não deixa os filhos dela nem brincarem de “arminha d’água”, para evitar que eles naturalizem as armas e a violência. Além disso, elas também comentam que é necessário evitar que os filhos brinquem de “arminha” para que eles não passem a pegar em armas de verdade (que são muito comuns no dia a dia deles).

dela. Torturando os meninos, eles foram obrigados a contar coisas, que, segundo a entrevistada, não eram sequer verdade,

Obrigando eles a falarem o que eles era sem eles ser [...]. Falaram que ele [o marido] é armeiro, deduraram injustamente meu marido [...]. Teve prova, o morro todo onde eu morava assinou papel dizendo que ele é trabalhador, e nada, é muito difícil você conseguir” (ROSA).

Além do caso do marido, Rosa conta que um primo dela foi preso há pouco tempo, acusado de um roubo, enquanto ele estava em casa no momento do acontecido. Relata a luta da tia dela para tirar o filho da prisão. “É muita gente inocente sendo presa”, fala. Ela comenta, inclusive, da diferença de tratamento entre jovens negros e jovens brancos. “Eles têm mais preconceito com gente preta do que com branco”, comenta comigo. Quando contou sobre o caso de seu marido, a entrevistada afirmou que ele foi preso por ser favelado⁶⁷ e “escuro”⁶⁸.

Retomando o debate posto por Misse (2010), o crime ou o bandido não são construídos de formas e em categorias semelhantes. Há diferenças, na visão da sociedade, bem como do Estado, entre determinados crimes e entre determinados “perfis de bandidos”. Ou seja, há uma relação complexa entre

Certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos” (MISSE, 2010, p. 18).

Além disso, o autor também afirma que se desenvolveu um complexo processo de “sujeição criminal”, onde determinados crimes são passíveis de violência física e extremas, como o abate. Isto é que acontece nas periferias e nas favelas cariocas. Ações extraoficiais de policiais e do Estado, como o confronto e assassinato de jovens negros (envolvidos ou não com o tráfico), são justificadas e justificáveis pela ideia de que determinados crimes são mais passíveis à violência do que outros.

⁶⁷ Como mencionado por Leeds (2018), o termo “favelado” traz categorias ideológicas e representa um estado de ser e não uma condição mais ou menos temporária de vida. Contudo, o termo, assim como o termo “escuro”, foram utilizados na fala da entrevistada e, assim, preferimos manter da forma como foi dito.

⁶⁸ Termo utilizado por ela ao longo da conversa.

E esses perfis de “criminosos” não estão em qualquer local e em qualquer situação. Misse se refere à territorialização da sujeição criminal. E essa sujeição, argumenta ele, constrói sujeitos que “carregam” o crime, que são automaticamente identificados como criminosos e associados a determinadas condutas. E uma dessas formas de identificação está intrinsicamente ligada a morar na favela. Assim,

O tráfico de drogas, que atende às elites e às classes médias em praticamente todos os países do mundo, inclusive no Brasil, não se associa da mesma maneira à violência, principalmente porque é operado por indivíduos e não por quadrilhas e não é baseado em controle de territórios, mas em relação direta com o consumidor, através da entrega em domicílio ou em lugares combinados. Não há, portanto, uma relação necessária entre drogas ilícitas e montante da violência, a não ser quando o tráfico se territorializa e opera com jovens pobres, submetidos ao sistema da consignação de vendas e à relação de subordinação ao chefe da quadrilha (MISSE, 2010, p. 21).

Esse conceito de sujeição criminal também vem acompanhado de processos de rotulação, estigmatização e tipificação desses sujeitos e de suas identidades sociais. O “rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada” (MISSE, 2010, p. 23).

É desta forma, então, que se pode tratar da criminalização da favela e de jovens negros pela sociedade e pelo Estado. Se há uma associação direta entre crime, violência e drogas no espaço da favela e de um determinado grupo social, há, também, o medo dessas mães de verem seus filhos sendo associados a esses grupos. E de, conseqüentemente, ficarem órfãs de seus filhos.

4.7. Maternidade no contexto da favela

Um dos principais fatores que apareceram nas falas das entrevistadas referente aos cuidados com os filhos e suas relações com eles é referente ao medo deles caminharem para a criminalidade ou de serem atingidos por essa guerra. Em todas as conversas foi recorrente o medo das operações e que “balas perdidas” atingissem seus filhos e o medo deles serem “influenciados” pelos outros dentro da favela e acabarem indo para “o lado errado”. Como destacou Motta (2014),

É comum que pais e mães temam que seus filhos, especialmente meninos no começo da adolescência, se envolvam em atividades ligadas ao comércio de drogas proibidas ou percebidas como ligadas a ele, como roubar. As pessoas se referem em geral a essa ameaça percebida como a possibilidade dos jovens fazerem coisa errada ou se envolverem com bandidos (MOTTA, 2014, p.06).

A busca por outras formas de sustento, os trabalhos informais, as possibilidade de começarem seus próprios negócios e a vontade de dar continuidade a seus estudos são questões que representam não apenas a necessidade de subsistência, mas também de proporcionar uma mudança na vida de seus filhos. Apesar de desacreditadas com a atuação do Estado, a educação é o principal instrumento de transformação na percepção delas. Todas elas afirmaram ser prioridade manter seus filhos nas escolas, tanto para aprenderem e terem a possibilidade de ir mais longe do que elas foram (não apenas terminando o ensino médio, mas fazendo algum curso técnico ou universidade), como para mantê-los longe das “más influências”.

Quando algum jovem se aproxima de “coisa errada” e/ou se torna parte do tráfico de drogas, automaticamente a culpabilização é direcionada especialmente às mães ou às avós. Na análise de Motta, “a má conduta dos jovens pode ser atribuída à forma como foram criados, como uma falha no cumprimento das responsabilidades de cuidar” (MOTTA, 2014, p. 132), e esse medo de serem culpadas pelo destino de seus filhos cria repertórios de justificção sobre suas tarefas. As beneficiárias, principalmente, afirmam frequentemente que utilizam o dinheiro do benefício para os filhos não apenas porque o Programa é postulado assim, mas para que mostrem que estão fazendo o possível para proporcionar o melhor a seus filhos. Falas como “eu sempre tento dar alguma coisa para meus filhos e mantê-los fora da rua” são frequentes. Ao mesmo tempo que afirmam que não criam os filhos com luxo (não apenas por uma questão de vulnerabilidade financeira, mas também para não “acostumá-los mal”), elas demonstram sua presença no dia a dia deles, ajudando com os exercícios da escola ou dando algum tipo de brinquedo, para que não saiam de casa e se influenciem com o que ocorre pelas ruas.

Violeta, que era professora do primário, comenta que escolheu parar de trabalhar para se dedicar exclusivamente a seus filhos. Na sua percepção, ela não conseguia conciliar o trabalho na escola e o cuidado com os filhos da melhor forma.

Uma das explicações que ela dá é a de que, como dois de seus filhos ainda são pequenos, e ainda não estudam todos no mesmo colégio (o que dificulta a mobilidade dela para levá-los e buscá-los na escola), ela não conseguia se dedicar como gostaria a eles. E, principalmente, tinha medo que seus filhos “ficassem largados na rua” e, eventualmente, sofressem influências de outras pessoas. Bem próximo ao que Motta viu em sua pesquisa⁶⁹, a entrevistada, que hoje depende do dinheiro da avó e do Bolsa Família (além da pensão dos pais das crianças), argumenta que só voltará a trabalhar em tempo integral quando seus filhos forem maiores.

O medo que as mães sentem em relação à segurança e às influências sobre seus filhos é bem destacado. Esse medo começa, em relação aos meninos, na faixa de 10 anos de idade, quando passam a sair e ir à escola sozinhos e a ter mais contato com outros lugares e outras pessoas. Já com as meninas, esse medo se manifesta mais na adolescência e está relacionado à gravidez, como aponta Motta (2014).

A sobrecarga posta às mulheres referente aos trabalhos domésticos e aos trabalhos remunerados (nestes casos, informais) são intensificados pela localidade e a realidade na favela. Ser uma mãe pobre já representa as dificuldades que elas enfrentarão, tanto para criar os filhos, quanto para reivindicar seus direitos sobre a maternidade. Ser uma mãe pobre e moradora da favela agrega, a essa dificuldade, os fatores relacionados aos perigos eminentes aos seus filhos. Aqui, me aproximo do que Gonzalez tratou em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), onde argumenta que

É justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (GONZALEZ, 1984, p.231).

Oliveira, Battistelli e Cruz (2019) destacam que a maternidade ainda é concebida pela sociedade como uma função feminina. Quando acrescentamos questões de classe e raça (e advogo aqui para a intersecção de território também)

⁶⁹ “O medo de que seu filho se torne bandido é um dos motivos pelos quais mães passem a exercer atividades perto ou dentro de suas casas, abandonando empregos e atividades que seriam consideradas mais estáveis” (MOTTA, 2014, p. 144 tradução da autora).

recai sobre as mulheres pobres e negras os julgamentos pelo o que acontece com seus filhos. Como apontado por elas,

Em se tratando de uma sociedade desigual, essas mulheres que são responsabilizadas, muitas vezes unicamente, pelo cuidado “dos seus”, são culpabilizadas por toda adversidade existente; por tudo que sofrem. E são muito mais essas mulheres negras e pobres que vão criar seus filhos em um cenário de genocídio: genocídio dos jovens (CRUZ et al., 2019, p. 119).

A questão do território e do contexto social⁷⁰ do local é de extrema importância para tratarmos dessa maternidade e dessas formas de julgamento. O contexto da favela – claro que não se resume apenas a isso – é fortemente marcado pela violência, pela criminalização de seus moradores e por operações militares abusivas. Além das preocupações tradicionais relacionadas à maternidade, essas mães se preocupam inclusive com a preservação da vida de seus filhos⁷¹.

Além disso, a marcação de diferença entre elas e as beneficiárias que “não são legítimas” se manifesta também nos comentários sobre a família. Como também coloca Motta (2014), algumas famílias carregam fama de bandidos, “das quais se diz ser apenas uma questão de tempo para que os jovens se envolvam com coisa ruim” (MOTTA, 2014, p. 132). As beneficiárias que se reivindicam como “merecedoras” por serem mães atenciosas e darem preferência a seus filhos comentam que as “não merecedoras”, além de usarem o dinheiro do benefício para elas mesmas, não dão a devida atenção aos filhos, deixando-os “largados” e não “cuidando” o suficiente para garantir que eles não caiam no mundo das drogas. É interessante também notar que essa marcação de diferença aparece muito em comentários como “tem muita mulher de bandido que recebe o Bolsa Família e nem precisa”, como forma de distinção entre quem precisa e quem se aproveita, em especial, aquelas “mulheres de traficante”.

Os filhos das entrevistadas ainda são crianças ou estão entrando na pré-adolescência. Ainda não frequentam determinados lugares, como o baile, por serem

⁷⁰ O fator raça aqui é extremamente significativo, já que se trata de jovens negros que frequentemente têm seus direitos violados pelo Estado; ou jovens negras que enfrentam o sexismo potencializado pela racialização de seus corpos. Contudo, como pontuamos aqui, Violeta, que é uma mulher branca, enfrenta as mesmas dificuldades em relação a seus filhos (que podem ser lidos como negros); e Lis, também branca, mas com pouca escolaridade, grande vulnerabilidade social e com número considerável de filhos.

⁷¹ “O Atlas da Violência de 2018 nomeia de juventude perdida a faixa etária entre 15 e 29 anos que sofre com o escalonamento dos casos de violência, tendo os homicídios como causa da morte de 56,5% desta parcela da população. De modo geral, as violências contra a população negra (pretos e pardos) aumentou em 23,1% nos últimos 10 anos. (IPEA, 2018)” (CRUZ, et al., 2019, p. 120).

muito novos. Contudo, a preocupação das mães em relação as influências que os filhos terão são manifestadas desde cedo. E não apenas influências que elas consideram negativas, mas também o que podem fazer com eles, onde eles estarão enquanto estiver tendo operação ou conflito, como estarão se vestindo quando a polícia estiver na favela, etc.

Neste sentido, quando elas reivindicam que não vão ao baile elas estão afirmando também que querem dar o exemplo para os filhos. Seus filhos são jovens (maioria negros) morando na favela e tendo contato com diversas realidades. O baile, a boca ou a praça podem representar ameaças para seus filhos tanto pela possibilidade de serem influenciados pelos outros meninos envolvidos com as drogas, quanto por ações coercitivas dos policiais. E se ocorre uma operação no baile quando seus filhos estiverem lá? E se a polícia aparece na praça enquanto seu filho está com os amigos e é “confundido” com um traficante? E se sua filha começar a se relacionar com “bandido”? E se for abusada por um policial? São questões postas ao longo das conversas que, mesmo não tendo sido verbalizadas desta forma, são preocupações recorrentes que intensificam o trabalho do cuidar dessas mães.

Como bem pontuaram Scavoni (2001) e Davis (2016), a maternidade não é produzida e reproduzida da mesma forma para mulheres brancas/ricas e para mulheres negras/pobres (e, neste caso, moradoras da favela). A estas cabem julgamentos morais e questionamentos sobre a quantidade de filhos, sobre a forma com que cuidam deles, sobre a conduta de seus filhos, sobre o destino de seus filhos, sobre o trabalho que realizam etc. Ser culpabilizada pela quantidade de filhos que tem e pela ausência do pai, por exemplo, são dimensões das opressões de gênero, raça e classe que afetam a subjetividade dessas mulheres e as fazem questionar suas próprias atuações.

4.8. A importância de focar a favela e contextualizar o BF para a promoção de autonomia e cidadania

A Cidadania é um reconhecimento político, social e jurídico de homens e mulheres no qual se fundam os direitos e deveres de pertencimento a uma sociedade [...]. A cidadania significa a inserção social plena de sujeitos de

direitos e deveres na vida pública, constituindo condições de liberdade e autonomia para exercício individual e coletivo de ser/estar em sociedade (BARBOSA, 2009, s.p.).

Como afirma Barbosa (2009), o território é nosso local de pertencimento, onde habitamos e nos relacionamos; onde nos baseamos para realizar nosso modo de existir. Desta forma, “há uma forte relação entre cidadania e território” (BARBOSA, 2009, s.p.). O compartilhamento do território representa, também, a convergência entre nossas ideias, ações, intenções e planejamentos.

Não é possível falar de autonomia, de liberdade de escolhas, de combate à pobreza e dos efeitos das políticas de transferência de renda para os sujeitos focalizados sem tratar, conseqüentemente, da cidadania e do reconhecimento político do espaço da favela. De acordo com Barbosa,

Afirmar que a cidadania significa o exercício de direitos e deveres é falar da busca permanente por sua efetivação, sobretudo quando vivemos em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e distinções territoriais. É nesse campo de forças que emerge o sentido mais rico das políticas públicas: um instrumento possível da efetivação da cidadania (BARBOSA, 2009, s.p.).

Sendo assim, as políticas públicas devem visar a proteção, promoção e reparação de direitos e dar respostas às demandas sociais. Elas devem, inclusive, perceber de qual lugar estamos falando e para quem estamos falando. Para que uma política pública, social e/ou de transferência de renda seja de fato eficaz, transforme as relações sociais dos sujeitos e promovam autonomia, ela deve se inserir, também, no contexto social e local do qual estamos tratando. Desta forma, é de extrema importância reforçar a necessidade de tratar as políticas públicas de maneira interseccional, trazendo as questões de classe, raça, gênero e, também, território/localidade.

Como defendeu Barbosa, o Estado, ao assumir a provisão de políticas públicas deve, também, considerar as decisões e escolhas de quem faz parte da sociedade e está inscrita no território. Ou seja, não há possibilidade de promover políticas sociais eficazes sem, contudo, ouvir as vozes das favelas.

O olhar homogeneizante que ainda se tem sobre a favela inviabiliza a implementação de políticas públicas adequadas e próprias para a realidade de tais favelas, “uma vez que os gestores são incapazes de reconhecer a dimensão da diversidade e da diferença, o que comprometeria a realização de ações voltadas para

reduzir o quadro de desigualdades” (LEITÃO, 2009, p. 41). Além disso, o olhar criminalizante dos gestores e agentes públicos sobre a favela faz com que não reconheçam “as redes existentes nas comunidades faveladas e, conseqüentemente, a perspectiva de participação organizada da população na resolução de seus problemas (LEITÃO, 2009, p. 41).

O Bolsa Família deve ser operacionalizado levando em conta, também, fatores e variáveis territoriais. Como mencionado acima, através de Rego e Pinzani (2014), contextualizar o local, as necessidades básicas, as políticas públicas que chegam até aquele local, são essenciais para uma melhor atuação do Programa no combate à pobreza. E essa ausência do Estado fica ainda mais explícita quando percebo que é a ONG dentro do Alemão que executa tarefas do CRAS. Se as demais políticas públicas não chegam na favela, o próprio BF será prejudicado. Neste sentido, argumento que é ainda mais difícil se pensar em autonomia. Primeiro porque o BF, sozinho, não seria capaz de promover uma autonomia completa a essas mulheres em situação de vulnerabilidade (e neste sentido me aproximando da defesa de Carloto e Mariano, 2009/2010); e segundo porque o contexto da favela nos trouxe outras variáveis e problemáticas em torno da maternidade, da autonomia e da utilização dos serviços públicos.

Além disso, se faz necessário também ouvir as vozes dessas mulheres, suas necessidades e demandas. Perceber como e por que tais narrativas estão sendo construídas e reproduzidas, e o que seria necessário para que os estigmas sejam desnaturalizados, tanto na sociedade em geral, quanto pelo próprio público dos beneficiários. Como destacam Rego e Pinzani, uma das principais maneiras pelas quais se dão as formas de desrespeito desses sujeitos sociais é referente à própria

Exclusão dos pobres do discurso sobre a própria pobreza. Essa privação de voz equivale à falta de reconhecimento do indivíduo como sujeito por parte daqueles que o silenciam, não querem ouvi-lo ou até não querem vê-lo, como se além do silêncio lhe fosse imposta a invisibilidade. Nas políticas públicas de luta contra a pobreza, portanto, deveria sempre haver lugar para uma campanha de educação ao respeito do pobre que tenha como alvo outras classes [...]. A luta contra a pobreza material de uma parte da população deve sempre acompanhar a luta contra a pobreza espiritual e moral de outras partes dela (REGO, PINZANI, 2014, p. 235).

Angela Davis (2018) defende que as mulheres negras devem estar no centro da luta, da busca e da construção de uma nova utopia – de um novo projeto de sociedade. Argumento, neste caso, que as mulheres da favela devam estar, também,

no centro da luta por justiça (por justiça aos seus filhos mortos e perseguidos, por justiça aos seus maridos encarcerados e por justiça às suas identidades e corpos) e no centro do debate sobre políticas públicas e sociais dentro das favelas e em seus entornos. É necessário que se ouça as vozes e as demandas das mulheres que residem nesses locais, que enfrentam a segregação e o isolamento social da favela (principalmente das favelas da zona norte e oeste), que enfrentam os difíceis acessos a políticas sociais e que não possuem redes de proteção social e de auxílio ao trabalho reprodutivo por parte do Estado (o que as tornam dependentes de suas redes de relacionamentos familiares e da vizinhança).

É necessário também que se ouça as vozes de beneficiários das políticas sociais e das beneficiárias do Bolsa Família, que estão no centro da realização dos trabalhos domésticos. É necessário, inclusive, que se combata a estigmatização dos pobres e dos beneficiários de políticas de transferência de renda na sociedade civil e nos aparatos do Estado. A reprodução dos estigmas por essas mulheres é reflexo dos estigmas construídos na sociedade. A reprodução sobre outras mulheres são lidas aqui como tentativas de não serem associadas ao que os outros acham que é um beneficiário da política social. E é, também, uma autovalorização de seus trabalhos, uma busca por serem reconhecidas como mães atenciosas, dedicadas, altruístas para que não sejam, por qualquer motivo que seja, diminuídas (como acreditam que fazem com outras).

Além do mais, para uma maior conscientização e combate às estigmatizações postas sobre pessoas pobres e beneficiárias de políticas do Estado, é necessário também que se garanta às mulheres o direito a uma maternidade saudável e segura. De acordo com Mattar (2012), vivenciar uma maternidade segura (segundo relatório da Organização Mundial da Saúde) significa

Ter respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana. Entre eles, destacam-se os seguintes: (i) direito à vida; (ii) direito à liberdade e segurança pessoal; (iii) direito à saúde; (iv) direito à proteção na maternidade; e (v) direito à não-discriminação da mulher. A segurança, nesse sentido, está relacionada aos parâmetros mínimos de direitos humanos, que vinculam saúde e proteção à maternidade (MATTAR, 2012, p. 111).

Garantir isto se refere tanto a garantir assistência pública e gratuita, creches e escolas públicas e em tempo integral, direitos reprodutivos, como também avançar o debate na sociedade civil referente à liberdade e à autonomia de escolha das

mulheres. E, claro, garantir segurança e preservar os direitos civis, políticos e sociais dessas mulheres, de seus filhos e familiares.

Como destacou Godinho (2004), para a eficácia de políticas públicas que garantam a promoção de igualdade de gênero, é necessário garantir propostas que promovam a autonomia e a auto sustentação das mulheres, que incidam na divisão sexual do trabalho e que interfiram no trabalho doméstico, com intuito de ampliar a responsabilização pública do Estado; que fortaleçam as condições “para o exercício dos direitos reprodutivos, saúde e direitos sexuais, possibilitando autonomia e bem estar também neste campo” (GODINHO, 2004, p.56); que respondam às demandas das mulheres e de seus cotidianos, em especial referente à violência doméstica e sexual e que considerem o Estado como um motor educacional, agindo sobre valores e relações a fim de reestruturar as hierarquias e desigualdades de gênero através da educação.

Além disso, deve haver um maior compromisso do Estado para com a favela. A favela não pode ser vista apenas pela ótica do conflito, e garantir acesso a políticas públicas e sociais são de extrema importância para o desenvolvimento e combate às desigualdades dentro das favelas. Garantir escolas e creches públicas dentro dos espaços das favelas não é garantir apenas o direito das crianças ao ensino, mas também o auxílio do Estado na execução do trabalho reprodutivo, levando a uma menor dependência das mulheres frente à sua rede de relacionamentos.

De acordo com Medeiros (2019) é cada vez mais emergente trazer o debate da interseccionalidade para a elaboração e a execução de políticas públicas. Para que sejam eficazes, as políticas públicas devem levar em conta qual o seu público, como ela tem sido produzida historicamente, como foi e por quem foi escrita tal política, qual a concepção de espaço/localidade subjacente ao texto da política e como tal espaço é produzido em termos de agência e de relações de poder (Hankivsky e Cormier, 2011, p. 221 *apud* MEDEIROS, 2019, p. 94). Assim,

Se uma política for concebida para promover a inclusão de populações marginalizadas, deve-se analisar de que forma e em que medida o conceito precisa estar inserido em cada uma das etapas de produção da política, desde a definição do problema (agenda setting) até a sua avaliação (MEDEIROS, 2019, p. 94).

Medeiros, utilizando o exemplo da política de educação no governo Obama⁷², abordado por Hankivsky e Cormier (2011), destaca o quão prejudicial é planejar uma política pública sem levar em conta variáveis relacionada à realidade social. Políticas públicas como essas (mas não apenas as relacionadas à educação) devem buscar

Identificar as relações entre as disparidades nos índices de aproveitamento escolar e o contexto de vida dos alunos. Onde moram, como vivem, que acesso eles têm a moradia, alimentação, assistência médica, por exemplo. Identificar essas condições requer a incorporação das perspectivas das pessoas afetadas pela política. Em outras palavras, uma perspectiva interseccional na abordagem de uma área de política como essa iria requerer a identificação das múltiplas formas de subordinação às quais estão sujeitas as pessoas afetadas por essa política. Só assim seria possível explorar alternativas para atacar o problema em tela, nesse caso, a redução das disparidades de aproveitamento escolar (MEDEIROS, 2019, p. 96).

Neste sentido, defendo que é necessário, também, contextualizar as próprias políticas de combate à pobreza, levando outros fatores em consideração para o rompimento da vulnerabilidade, da dependência e para a promoção de autonomia. É necessário não apenas dar preferência à titularidade do Bolsa Família para as mulheres, mas também entender quem são essas mulheres, quais tarefas elas executam, qual a relação delas com o trabalho e com o dinheiro, o conflito entre trabalho remunerado e trabalho doméstico, qual espaço elas estão ocupando e como as demais políticas públicas estão chegando até elas.

É neste sentido, também, que argumento à favor da interseccionalidade como projeto de luta e de sociedade, sendo necessário que esta esteja dentro dos projetos de políticas públicas e agendas do Estado. É necessário, então, que as políticas públicas, inclusive o Bolsa Família, sejam operacionalizados levando em conta marcadores sociais da diferença, território, índices de desigualdade, pobreza e violência.

Quando me refiro ao Alemão e às beneficiárias do BF que ali residem trato, também, da ausência de Centros de Referência de Assistência Social, de hospitais e escolas públicas dentro da favela. Falamos da presença de uma polícia

⁷² “O presidente adotou uma política de melhoria da educação baseada no aumento do número de escolas charter de alta qualidade, recompensando professores por desempenho (vinculando aumento da remuneração com base no desempenho dos alunos nos testes padronizados) e reformando escolas públicas com baixo desempenho. Esse modelo de política, argumentam as autoras, negligencia completamente os efeitos da localização social sobre o aproveitamento escolar” (MEDEIROS, 2019, p. 96).

militarizada e operações militares cada vez mais frequentes em horários de pico. Falamos de sujeitos fechados em seus círculos e suas “bolhas”. Falamos da ausência do Estado em promover⁷³ eventos culturais, de teatros, museus, cinemas. E falamos, também, da forte presença do tráfico e do traficante para uma representação extralegal do Estado.

Assim,

Cidadania, território e políticas públicas são elementos constituintes de um projeto radical de Democracia, uma vez que reúnem – em suas diferentes dimensões – as possibilidades de fortalecimento da sociedade civil como autora de proposições e decisões que garantam o exercício da vida em sua mais ampla e diversificada expressão (BARBOSA, 2009, s.p.).

Argumento que a questão do estigma deve ser tratado e pensado tanto na formulação de políticas sociais, quanto na sua execução e assimilação da sociedade civil. E o combate às estigmatizações se faz necessário para pensarmos tanto a saída dessa população da pobreza, quanto a promoção de autonomia, principalmente feminina neste caso. Como podemos pensar em autonomia feminina quando os estigmas sobre as beneficiárias e as formas de controle as impossibilitam de utilizar o dinheiro do benefício da forma que interpretarem melhor? (Ou, pelo menos, as impedem de verbalizar). Como pensar em reconhecimento da cidadania quando o Estado não chega à favela se não for apenas através de operações militares, deixando mulheres que são mães em situações constantes de insegurança? Como pensar em reconhecimento e autonomia materna quando estas mulheres dependem de suas redes de apoio para cuidar e criar os filhos? Ou quando vivenciam o medo de seus filhos serem abatidos nos conflitos ou serem “influenciados” pelo tráfico?

Contudo, os possíveis cortes orçamentários no Bolsa Família, bem como a intensificada política militarizada na favela, são fatores que dificultam ainda mais repensar a lógica do Programa e a atuação do Estado nas favelas e periferias. De acordo com o economista da FGV, Marcelo Neri⁷⁴, o encolhimento do Programa prejudica tanto a economia do país, quanto a renda das famílias beneficiárias. O

⁷³ Colocamos aqui a ausência do Estado em promover tais eventos já que diversas organizações sociais e moradores da favela promovem eventos culturais ali dentro, como slams, rodas de rima, eventos de funk, exposições de artes e artesanatos, feiras, reportagens, dentre outros.

⁷⁴ [https://o13o.salario.prometido.pelo.presidente.jair.bolsonaro.nao.deve.ser.pago.em.2020.isso.porque.a.proposta.orcamentaria.enviada.pelo.governo.ao.congresso.nacional.preve.r\\$29,5.bilhoes.para.o.programa---reducao.de.7,8%.em.relação.aos.r\\$32.bilhões.de.2019.extra.globo.com/noticias/economia/cortes-no-bolsa-familia-400-mil-familias-podem-deixar-de-ser-atendidas-em-2020-diz-economista-rv1-1-24123337.html](https://o13o.salario.prometido.pelo.presidente.jair.bolsonaro.nao.deve.ser.pago.em.2020.isso.porque.a.proposta.orcamentaria.enviada.pelo.governo.ao.congresso.nacional.preve.r$29,5.bilhoes.para.o.programa---reducao.de.7,8%.em.relação.aos.r$32.bilhões.de.2019.extra.globo.com/noticias/economia/cortes-no-bolsa-familia-400-mil-familias-podem-deixar-de-ser-atendidas-em-2020-diz-economista-rv1-1-24123337.html) acessado em 01/2020.

contingenciamento do Bolsa Família representa um retrocesso na busca pela redução da desigualdade e mais um obstáculo para a estabilidade de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, principalmente para as mulheres pobres.

Considerações finais

Nas narrativas aqui interpretadas, o uso do dinheiro e a moral por trás disso não ocorrem da mesma forma. Ou seja, a visão de que gastar o dinheiro com maquiagem ou algum produto feminino não é visto da mesma forma que gastar o dinheiro com álcool ou indo ao baile funk. Neste sentido, podemos entender que a moral sobre o uso do dinheiro do benefício social não se dá de forma isolada ou relacionada apenas ao controle sobre os pobres. Está relacionada também ao estigma construído sobre as formas de lazer das mulheres que são mães e, especificamente, à moralidade imposta sobre o funk e sobre mulheres que frequentam o ambiente do funk⁷⁵. Os comentários negativos sobre mulheres que possuem filhos (principalmente mais de um) e que vão ao baile são recorrentes. E isso se intensifica quando direcionamos a mães que recebem o benefício social.

Quando optei por fazer um recorte e um campo dentro de uma favela da zona norte já imaginava que questões de violência e de segurança pública apareceriam de forma intensa, já que são fatores enfrentados pelos moradores e uma temática fortemente abordada nas ciências sociais. Em determinado momento, ao longo do processo de escrita, percebi a necessidade de aprofundar teoricamente a questão da violência, da criminalização da favela e da pobreza, bem como o desvio e a rotulação.

Na teoria da rotulagem, pontua Becker (1991), o que está em questão é como ações consideradas criminosas são construídas. Ou seja, um ato que é rotulado como criminoso (como, por exemplo, o consumo de drogas ilícitas) o é considerado assim mediante acordo de grupos sociais que o postularam desta forma. Neste

⁷⁵ Caetano, citando Adriana Facina (2009), destaca que a criminalização do funk é um dos mecanismos úteis para a legitimação do processo de criminalização da pobreza (CAETANO, 2019, p. 82).

sentido, o desvio não é um ato natural ou inato a alguém, mas sim resultado de uma complexa classificação social que afirma que tal ato desvia das normas sociais. Ou seja, nenhum ato é de fato desviante. Ele se torna desviante quando é assim definido por determinado grupo. A rotulagem funciona, em determinado sentido, como o estigma: ele classifica e categoriza sujeitos que são considerados “fora dos padrões”. Assim, “o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (BECKER, 1991, p. 22).

Abordei estes conceitos para tratar da questão do funk, das drogas e da guerra nas favelas promovida pelo Estado (e legitimada pelo discurso dominante na sociedade). Neste sentido, há uma construção social de que o problema das drogas está relacionado com a favela e com quem a vende e consome. Assim, o Estado identifica na favela, nos “meninos do tráfico” e nos consumidores negros e pobres o problema. Estes são vistos como desviantes e, conseqüentemente, a própria população moradora da favela (em especial a juventude negra) é rotulada como “bandidos”, “criminosos”. E é importante destacar que Becker afirma que, ao tratar dos estudos sobre desvio, é necessário ter o cuidado de não homogeneizar a categoria, já que um sujeito classificado como desviante não necessariamente cometeu um ato que infringisse alguma regra, mas apenas que foram enquadrados desta forma.

Retomando o debate de Wacquant posto no começo deste trabalho, no qual diz que a criminalização da miséria é a criminalização dos pobres. Mas é também a criminalização dos guetos (e, neste contexto, da favela) e da juventude negra que ali reside. O autor argumenta que uma das “instituições peculiares” que os governos dos Estados Unidos assumiram para controlar os negros é o complexo “composto por vestígios do gueto negro e pelo aparato carcerário, ao qual o gueto ligou-se por uma relação estreita de simbiose estrutural e de suplência funcional” (WACQUANT, 2003, p. 107). Ou seja, a associação dos guetos (ou favelas) às prisões é, de uns anos para cá, uma das principais maneiras de controlar populações negras e pobres⁷⁶. E isso, para ser feito de forma eficaz, deve vir acompanhada com

⁷⁶ O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo. E desde a Lei de Drogas (Lei n. 11.343, de 2006) o número de encarcerados por tráfico de drogas aumentou 339%. Além disso, o número de negros encarcerados é significativamente maior que o de não negros: enquanto a

a associação dos negros e favelados ao crime e à violência (SOARES, 2019; MISSE, 2010, ZALUAR, 1985).

Wacquant também destaca que o gueto é um modo de “prisão social” que tem como missão, assim como a prisão, delimitar os espaços de uma população estigmatizada, a fim de neutralizar qualquer tipo de ameaça (material ou simbólica) que esta possa apresentar à população (principalmente a mais bastada). Esta afirmação de Wacquant se relaciona com uma das principais falas de Violeta, quando esta afirma que eles ali, dentro da favela, se fecham numa bolha. Claro que o intuito de Violeta não foi dizer que os moradores de favelas ficam aprisionados como uma população encarcerada. Contudo, quando ela diz que os moradores ali ficam fechados numa bolha, em seus “mundinhos”, sem acesso a muitas formas de lazer e eventos culturais que não sejam apenas as da favela, percebe-se a afirmação de Wacquant de como o gueto/favela funciona como forma de afastar sua população de centros urbanos e áreas nobres. Isso é demonstrado também pelo difícil acesso ao asfalto e a péssima mobilidade urbana da cidade do Rio.

Além disso tudo, é frequente perceber a contradição entre direito e “ajuda” quando elas se referem ao Bolsa Família. Ao mesmo tempo que afirmam que solicitaram porque elas têm direito, afirmam também que o benefício é uma “ajuda” que elas “fazem por merecer”. Na mesma direção, a cidadania e seus papéis cívico-políticos também demonstram certas contradições. Elas veem que o dinheiro do Bolsa Família é um auxílio para a falta de recursos, e percebem na educação uma transformação para suas vidas e a de seus filhos.

Da mesma forma, criticam ações do governo (como Margarida, que falou com todas as letras que o governo do atual governador do Rio Wilson Witzel “consegue ser ainda pior do que o Cabral”, com muito mais operações e mortes na favela) e percebem a importância de seus papéis enquanto cidadãs e votantes. Contudo, o Estado aparece na fala de todas as beneficiárias entrevistadas como uma instituição arbitrária e violenta, “que não liga para as vidas na favela” e que potencializa a violência ali dentro. Isto intensifica uma visão fatalista sobre o Estado e as ações políticas. Elas saem para votar, elas entendem sua importância, mas ao mesmo

população negra é pouco mais de 53% da população brasileira, 64% das pessoas encarceradas são negras (Brasil, 2016, *apud* Telles et al., 2018).

tempo acreditam que “não importa quem entre”, a favela continuará sendo tratada como território de guerra.

Inclusive quando falava sobre as escolas, sobre os postos de saúde e sobre os CRAS e CAPS a conversa se direcionava à essa violência do Estado e ao apagamento da favela. Elas relataram as dificuldades de levar seus filhos para as escolas ou para os postos de saúde não apenas por causa das operações, mas também pela distância. Os colégios e os postos ficam no “asfalto”, na saída da favela, e todos os dias elas precisam se deslocar, seja andando, seja gastando dinheiro com mototáxi para buscar seus filhos. Inclusive, Angélica e Violeta destacam que se não fosse pela ONG elas nem saberiam como solicitar o Bolsa Família, já que teriam que se deslocar para a entrada do morro até o CRAS, que costuma estar sempre cheio.

Isto desperta, inclusive, a desilusão dessas mulheres a pequenas manifestações de cidadania. Elas não deixam de votar, por exemplo, mas acreditam que “de nada vai adiantar”. A prefeitura, sob o governo de Marcelo Crivella (PR), continuará ausente às necessidades básicas, como obras de infraestrutura (tanto no subúrbio quanto na favela) e o Estado, sob o comando do governador Wilson Witzel (PSC), permanecerá entrando na favela para perpetuar uma guerra contra os moradores.

As mulheres aqui entrevistadas sabem dos problemas do tráfico, de todo sofrimento que os conflitos entre facções, o envolvimento de crianças com o tráfico e as mortes trazem. Mas também sabem que não há uma política eficaz do Estado que combata tal situação. O medo que elas sentem vem de ambos os lados. E a representação do Estado para elas as afasta ainda mais da participação política⁷⁷.

Neste sentido, concordamos com as afirmações de Rego e Pinzani (2014), quando destacam que são da opinião “de que o poder local possui grande

⁷⁷ Contudo, elas não perdem suas agências e não deixam de participar de algumas atividades de forma ativa. Isso é representado principalmente pela ONG, onde é frequente que se tenham cursos de auto maquiagem (que ajudam elas a pensarem nisso como um trabalho), cursos pré-vestibulares, cursos de línguas, debates sobre violências, seminários sobre saúde e prevenção, dentre outros. Inclusive, se não fosse pela ONG, como já mencionamos, algumas delas nem teriam conseguido solicitar o BF.

importância na potencial ampliação democrática e cidadã do programa, podendo fazer dele uma verdadeira política de cidadania” (REGO, PINZANI, 2014, p. 225).

Além do mais, interpretação do estigma que fiz neste trabalho está relacionado às disputas narrativas sobre uma visão social do beneficiário do Bolsa Família. As categorias morais aqui utilizadas pelas entrevistadas são reproduções de representações e de papéis sociais previamente construídos. As formas de controle funcionam para afirmar quem é “gente de respeito” e afastar aqueles que não seguem essas regras.

A mera possibilidade de utilizar o dinheiro do benefício indo para o baile funk, por exemplo, representa uma das caracterizações de mães beneficiárias como “não legítimas”. Através de valores impostos sobre a maternidade e sobre o comportamento das mulheres cria-se uma fronteira, baseada num “código de obrigações morais que delimita seu grupo de referência” (SARTI, 1994, p. 187).

A norma, aqui, seria a “boa conduta” das mães, classificadas através de socializações que naturalizam a maternidade e a maternagem, e quem as aplicariam seriam tanto os agentes públicos e assistentes sociais (responsáveis pelo cadastramento e acompanhamento das condicionalidades do BF), quanto a própria vizinhança, que controla as condutas e ações de mães que são beneficiárias da política social.

Busquei entender, aqui, que as narrativas que vão sendo construídas por elas, para se auto afirmarem, se baseiam num ideal moral de mulher e de mãe. E, ao afirmarem que são mães presentes e que não utilizariam o dinheiro do benefício indo ao baile, elas se auto afirmam de forma positiva e autovalorizam suas ações e funções. A fachada (GOFFMAN, 2011), como já mencionado, é preservada através da coerência da representação que assumem em determinado papel. E este depende da coerência de suas narrativas. Ou seja, da mesma forma que investem na apresentação de seus filhos, para que estejam bem vestidos e não sejam “confundidos” com outros jovens (que na interpretação delas são considerados más influências), elas investem na narrativa da “boa beneficiária” para que não sejam confundidas com as “aproveitadoras”.

Da mesma forma que existe uma categorização dos “pobres trabalhadores” e dos pobres que são associados com a “vagabundagem” (como já destacamos através

das teses de Zaluar, 1985; Vera Telles, 1993; Sarah Telles, 2008; Marins, 2017), as mulheres, neste caso, preservam a apresentação da “boa maternidade” para que ninguém venha questionar suas condutas, suas escolhas e suas vidas. A afirmação de que não há fofocas sobre elas expressa um orgulho de dizer “eu não dou motivos para que falem de mim ou dos meus filhos”. Quando estão em outros espaços, com outros atores, poderão representar outros papéis. Como Margarida, que assume essa narrativa de distinção, mas curte um final de semana com churrasco e cerveja com a família. Porque sabe que ali está num espaço “seguro” para assumir outra postura. Porque sabe que ali estão presentes pessoas que convivem com ela, sabem de sua realidade e sabem que ela “trabalha para pagar suas coisas” (e sabem que o dinheiro do benefício vai para o plano de saúde das filhas).

Assim como há disputas narrativas e buscas de distinção entre outros grupos (como os próprios moradores da favela que defendem que não são bandidos), aqui analisei as disputas em torno da concepção de beneficiário. Existe uma imagem do beneficiário de políticas sociais (em especial do BF) presente no imaginário da sociedade (de acomodados, que ficam dependendo do governo, que não trabalham, etc., como já exposto), e que é reproduzido pelos próprios indivíduos. Então há, frente a isso, uma disputa pelo local de legitimidade: assim como há os “bandidos” na favela, há os “trabalhadores” e “cidadãos honestos”; assim como há “acomodadas” e “aproveitadoras”, há as “boas mães”⁷⁸.

Para pensar uma possível autonomização dessas mulheres é necessário que as políticas sociais e o Estado as enxerguem para além do papel social de mães e é necessário que se rompa com os estigmas sobre políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e os estigmas sobre quem o recebe por parte da sociedade civil (entendendo o Programa como um direito social). Se faz necessário, também, trazer a interseccionalidade para o debate das políticas públicas e para os debates sobre favela. Pensar autonomia de mulheres beneficiárias do Bolsa Família é

⁷⁸ Não busco, de forma alguma, naturalizar estereótipos e discriminações. Nem sequer afirmar que de fato há mulheres que são aproveitadoras (visto que as próprias pesquisas em torno do BF demonstram que os beneficiários continuam trabalhando ou procurando emprego). Mas sim formular categorias de diferenciação assumidas pelas mulheres entrevistadas para se legitimarem enquanto beneficiárias e serem reconhecidas como “boas mães”.

complexo e limitado. Isto porque diversas outras variáveis se fazem necessárias para se defender autonomia.

Por tudo isso, é necessário que se defenda a interseccionalidade como política emancipatória, levando em conta tanto o contexto, as experiências e realidades dos sujeitos, quanto a associação da interseccionalidade com justiça social e políticas sociais. De acordo com a feminista negra Vivian May (2015), dissociar a interseccionalidade do compromisso em combater injustiças sociais e de potencializar os sujeitos é uma estratégia “pós-interseccional” para minar a própria interseccionalidade.

Bibliografia

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora. Pólen, 2019.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vieira. 2005.

ARAÚJO, Clara. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vieira. p.p. 15-78. 2005.

ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.18, Brasília, pp. 179-209. 2015

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In *Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico no Cotidiano das Mulheres*. SOS Corpo. Recife. 2014.

BAIROS, Luísa. III Conferência Mundial contra o racismo. *Revista Estudos Feministas - Dossiê*, 10(2), 169-170. 2002.

BARBOSA, Jorge Luiz. Cidadania, Território e Políticas Públicas. *Acervo Observatório de Favelas*. 2009, http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidadania-Territo%CC%81rio-e-Poli%CC%81ticas-Pu%CC%81blicas_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf acessado em 12/2019.

_____. Cidade e Território: desafios da reinvenção política do espaço público. *Acervo Observatório de Favelas*. 2010, http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidade-e-Territo%CC%81rio_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf acessado em 12/2019.

BARBOSA, Jorge Luiz; et al. *O que é a favela, afinal?* Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009.

BARTHOLO, Letícia; FONTOURA, Natália; PASSOS, Luana. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? In: *IPEA, Texto para discussão*. Rio de Janeiro, 2017.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BECKER, Howard. *Outside*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1991.

BECKER, Howard. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BECKER, Howard. *Segredos e truques de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BECKER, Howard. *Truques de escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: editora Zahar, 2014.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos estudos*, 87, jul. 2010.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLTANSKI, Luc.. Programme de Recherche et d'opérationnalisation sur les topiques de l'équité et de l'équivalence. Les économies de la grandeur. Presses universitaires de France, *Centre D'Études de L'Emploi (Paris)*, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre; RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 8ª ed. Campinas – SP: Papirus Editora, 2008.

BRAH, Avtar. *Cartographies of diaspora: Contesting identities*. New York: Routledge. 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), pp.329-376, janeiro-junho de 2006.

BRANDÃO, André; DALT, Salete Da; GOUVÊA, Victor Hugo. Segurança alimentar e nutricional entre beneficiários do Programa Bolsa Família. In: *Avaliação de Políticas e Programas do MDS*, vol.2: Bolsa Família e assistência social. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília: MJ, 2016.

BUENO, Laura Machado de Mello. Contribuições para o conhecimento sobre as favelas no Brasil. In: *BARBOSA, et al. O que é a favela, afinal?* Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009.

CAETANO, Mariana Gomes. *Entre bordas e fronteiras: gênero, política e interseccionalidade no funk carioca*. Tese de doutorado, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2019.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*. Vol. 8, No. 2, pp. 91-108, 2000.

CARBIN, Maria; EDENHEIM, Sara. The intersectional turn in feminist theory: a dream of a common language? *European Journal of Women's Studies*, pp. 1-16, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 544-552, 1995.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. “Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família”. In: *Estudos Feministas*, Vol. 17, no 3, pp. 901-908. 2009.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. In: 13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica. São Paulo, 2010.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. Empoderamento, Trabalho e Cuidados: mulheres no programa Bolsa Família. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258 - 272, 2012

CARVALHO, Camila; FRIDMAN, Fania; STRAUCH, Julia. Desigualdade, escala e políticas públicas: uma análise espacial dos equipamentos públicos nas favelas cariocas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11. 2019.

CARVALHO, Cleusení Hermelina de; MARQUES, Rosa Maria. Bolsa Família e desigualdade da renda domiciliar entre 2006 e 2011. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v.13, n.2, p.244-259. Jul./dez. 2014.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: *desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, p.p.21-54, 2011.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, p.333-355, 2009.

CATTANÉO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: *dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1ª edição, 2009.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas*. 2008.

CAVALLIERI, Fernando. Favelas no Rio – a importância da informação para as políticas públicas. In: *BARBOSA, et al. O que é a favela, afinal?* Observatório de favelas, Rio de Janeiro, 2009.

CERQUEIRA, Daniel. et al. *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2017.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, 'raça'/etnia e classe: uma análise feminista materialista. *Temporais*, Brasília, n. 28, pp. 133-149, jul./dez. 2014.

CISNE, Mirla. Por um feminismo antirracista e anticapitalista: o debate entre interseccionalidade e consubstancialidade-coextensividade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CISNE, Mirla. A “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, MA, 28- 30 ago. 2007.

COSTA, Albertina de Oliveira. *Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico no Cotidiano das Mulheres*. Recife, 2014.

COSTA, Áurea C. TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal, do que se trata? Belo Horizonte, UFMG. *Pro-Posições* - vol.1 nº5 (32). 2000.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha C. *Implementando desigualdades: reprodução e desigualdades na implementação de políticas públicas*. IPEA, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v.5 n.1. p.p. 6-17. 2017

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – Vol. 31, n.1 Janeiro/Abril 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero in Vários autores. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, pp.7-16. 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, n. 1, pp. 139-167. 1989.

COURA, Claudinéia Pereira. Nos limiões da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman. In: *Juventude e Segregação urbana em Belo Horizonte*: um estudo de trajetórias e representações sociais no Conjunto Taquaril. Dissertação (Mestrado) – 2009.

CRUZ, LÍlian Rodrigues da; BATTISTELLI, Bruna Moraes; OLIVEIRA, Thaís Gomes de. Cuidado, Maternidade e Racismo: Reflexões entre Psicologia e Assistência Social. *PSI UNISC*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, jul./dez, p. 115-125, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. [1981]. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. [1989]. São Paulo: Boitempo, 1ª Ed., 2017.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Conferência realizada na Iª Jornada Cultural Léila Gonzalez. São Luiz, 13 dez. 1997.

DAVIS, Angela. *Prisões são obsoletas?* Tradução de Carol Correia. <https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2019/03/DAVIS-A.-Pris%C3%B5es-s%C3%A3o-obsoletas.pdf> acessado em 12/2019.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. Prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. *A redução da desigualdade e seus desafios*. IPEA. Brasília, Jan. 2015.

DRAIBE, Sonia M.; RIESCO, Manuel. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n.27, mai./jun. 2011. p.p. 220-254.

EGER, Talita Jabs; DAMO, Arlei Sander. Money and morality in the Bolsa Família. *Vibrant, Virtual Braz.* Anthr., vol.11, n.1, pp.250-284, 2014.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Lua Nova*, nº24. 1990.

FARAH, Marta. “Políticas públicas e gênero”. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher. 2004.

FBSAM. Relatório Oficina de Trabalho – Programa Bolsa Família. *Centro Cultural de Brasília*. 2010.

FERNANDES, Camila. *Figuras da causação*: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese de doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDEZ, Elaine Costa; MUNOZ, Cláudio Andres Baradit. Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. 1, p. 35-42, jan.-abr., 2019.

FIGUEIREDO, Ângela; SILVA, Ariana Mara da; TEIXEIRA, Analba Brazão. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curriel. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Vol. 03, N. 04 - Out. - Dez., 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 27 ed. 1999.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra*. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS. 1ªed. 2000.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói – RJ, 2014.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais*, Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul./Dez. 2009.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era “pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje – novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A political philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GUERREIRO, Maria; LAVINAS, Lena; VEIGA, Alinne. Estratégias femininas para conciliar trabalho remunerado e trabalho doméstico no século XXI. *Revista ABET*, vol. X, n.2. 2011.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo, 2004.

GODINHO, Tatau. *Construir a igualdade combatendo a discriminação*. Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 2004

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação*. Ensaios sobre o comportamento face a face. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HANKIVSKY, Olena; CORMIER, Renee. Intersectionality and public policy: some lessons from existing models. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 1, p. 217-229, 2011.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, pp. 201-246. 1991 [2004].

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades*, v.20, n.02. 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p.595-609. 2007

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1ª edição. 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*. Ed.86. p.p.93. 2010.

HOFFMAN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, 8(1):55–81, 2006.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo. Ed.34, 2003.

HOOKS, bell. *Ain't I a Woman? Black woman and feminism*. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, pp. 193-210. 2015.

HOOKS, bell. *Feminis is for everybody: passionate politics*. Cambridge MA. 2000.

INCA. *A situação do câncer de mama no Brasil: síntese de dados dos sistemas de informação*. 2019.

IVO, Anete. “Georg Simmel e a ‘Sociologia da Pobreza’”. In: *Cadernos do CRH* (UFBA), v. 21, p. 171-180. 2008.

IPEA, *Retrato das Desigualdades de gênero e raça*. 4ª edição. 2011.

IPEA, *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro, 2018.

IPEA, *Atlas da Violência 2019*. Rio de Janeiro, 2019.

IPEA. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, vol. 3. 2010.

JUNIOR, Josias de Paula; SELL, Carlos Eduardo. A teoria sociológica e o debate micro-macro hoje. *Política & Sociedade* – Florianópolis, vol. 15, n. 34 - Set./Dez. de 2016.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Estará o futuro da social democracia nas mãos das mulheres? *RDRST*, Brasília, vol.3, n.1, p.p.102-124. Jan./jun.2017.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 1 (142), pp. 29-45, janeiro-março/2016.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. Dossiê políticas sociais e redistribuição. *Novos estudos*. CEBRAP. São Paulo. V36.02, p.15-34. Julho 2017.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed Editora. 2004.

LAMONT, Michelle; SMALL, Mario Luis; HARDING, David J. Reavaliando cultura e pobreza. *Sociologia & antropologia*, v.01.02: 91–118, 2011.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*. Ano 6. n. 10. 2012.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programa de transferência de renda versus investimento social. *Ciências e Saúde Coletiva*. 2007.

LAVINAS, Lena. New trends in inequality: the financialization of social policies. Forthcoming in 2015. *Combating Inequality: The Global North and South*, London: Routledge, 2015.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *Forthcoming at Politika*, n. 2, Rio de Janeiro, Fundação João Mangabeira em colaboração com Humboldt-Viadrina Governance Platform, p.35-51. July 2015,

LEAL, Giuliana Franco. Abordagens da Exclusão Social no Brasil na Virada do Milênio. *Estudos de Sociologia*. Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v.16. n. I. p. 137-156, 2004.

LEEDS, Anthony; CAVALCANTI, Mariana. Quanto vale uma favela? *Sociol. antropol.* Rio de Janeiro, v.08.03: 831-848, set.– dez., 2018.

LEITÃO, Gerônimo. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: BARBOSA, et al. *O que é a favela, afinal?* Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009.

LIBARDONI, Marlene; SUÁREZ, Mireya. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: Vaitsman, Jeni; Sousa, Rômulo. *Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados* (Volume II- Bolsa Família e Assistência Social). Brasília, 2007, pp. 119-160.

LIMA, Rita de Cássia Pereira Lima. Sociologia do desvio e interacionismo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(1): 185-201, maio de 2001.

LORD, Audre. *Sisters outsiders* [1984]. Crossing Press, Berkeley, New York, 2007.

MACKEIGAN, Mary. Putting people first: exploring the sustainable livelihoods approach in Waterloo. *Cambridge: Self-Help Food Bank*, Janeiro, 2004.

MARIANO, Silvana Aparecida. Limitações para o empoderamento das mulheres nos programas de combate à pobreza. GRUPO DE TRABALHO: *Novas Sociologias* – pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e queer. 2011.

MARGALIT, Avishai. *The Decent Society*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1996.

MARINS, Mani Tebet A. *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2017.

MARINS, Mani Tebet A. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.04.02: 543– 562, outubro, 2014.

MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza, classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.p.27-47, 2008.

MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. *O que o Complexo do Alemão nos conta sobre a cidade: poder e conhecimento no Rio de Janeiro no início dos anos 1980*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2016.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. s. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.16, n.40, p.107-19, jan./mar. 2012.

MATTOS, Patrícia. Resenha: A Distinção: Crítica Social do Julgamento. BOURDIEU, Pierre. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 8, pp. 303-306, jan./jul., 2011

MATTOS, Patrícia. A teoria da interseccionalidade: um novo paradigma para a análise das desigualdades sociais? *34º Encontro Anual da ANPOCS*, ST 22- O pluralismo na teoria contemporânea. Caxambu, MG, 2010.

MAY, Vivian M. *Pursuing intersectionality, unsettling dominant imaginaries*. Abingdon-on-Thames, United Kingdom: Routledge, 2015.

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome. Disponível em: <<<http://blog.planalto.gov.br/quebrando-mitos-bolsa-familia-reflete-no-empoderamento-e-independencia-das-mulheres/>>> Acesso em 30/05/2014

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome. Disponível em: <<Mini<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/marco/bolsa-familia-beneficia-quase-14-milhoes-de-familias-em-marco>>> Acesso em: 03/2015

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome. Disponível em: <<<http://blog.planalto.gov.br/quebrando-mitos-bolsa-familia-reflete-no-empoderamento-e-independencia-das-mulheres/>>> acessado em 05/2014

MEDEIROS, Rogério de Souza. – Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais, e desafios metodológicos. In: PIRES, Roberto Rocha C. *Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. IPEA, 2019.

MIRANDA, Heraldo de Cristo. Foucault e Goffman: em torno de instituições de poderes. *Sarepe Aude*. Belo Horizonte, v.8, n.16, ago./dez. p.p.381-394, 2017.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. *Vibrant* v.11 n.1, 2014.

MOTTA, Eugênia. Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. *MANA* 25(1): 072-094, 2019.

NARDI, Raquel da Silva Silveira e Henrique Caetano. Interseccionalidade de gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*; 26(n. spe.), 14-24. 2014.

OLIVEIRA, Maria Luísa Pereira de; BERNARDES, Jefferson de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 266-274, 2009.

ONU MULHERES. *Mais Igualdade para as Mulheres Brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. Encarte Brasil baseado no Relatório: “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016”. 2016.

OSÓRIO, Rafael G.; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei; SOUZA, Pedro H.G. Ferreira de. Os efeitos do Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos. In: SILVA, Tiago Falcão. *Bolsa Família 15 anos (2003-2018)*. Enap, Brasília, 2018.

PAES-SOUZA, Rômulo; VAITSMAN, Jeni. *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*. Cadernos de estudo e desenvolvimento em debate, n.05. Brasília, 2007.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Cortez, 2003.

PAUGAM, Serge. *Por uma sociologia da exclusão: o debate com Serge Paugam*. São Paulo, Educ, 1999.

PEARCE, Diana. The feminization of poverty: women, work and welfare. *The Urban and Social Change Review*, v.11, n.1/2, p.28-36, 1978.

PIRES, André. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 145, p. 130-161, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul./dez. 2008.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *Berlendis & Vertecchia*, 2009.

POTAL BRASIL. Cerca de 93 dos titulares do programa bolsa família são mulheres Disponível em: <<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cerca-de-93-dos-titulares-do-programa-bolsa-familia-sao-mulheres>>> Acesso em: 03/2015

QUADROS, Marion Teodósio de; SANTOS, Gisele Maria Nanes Correia. Obstáculos na procura pela esterilização feminina entre mulheres do Bolsa Família. *Cadernos de Saúde Pública*, 2017.

QUEIROZ, Cristina et al. “A face feminina da pobreza: sobre representações e feminização da pobreza no Brasil”. *Discussion Papers*. Brasília, IPEA, 2005.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

REGO, Walquíria Leão. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Bolsa Família. *Revista de Ciências Sociais*, 38, p.p.21-42, abril 2013.

REGO, Walquíria. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Luva Nova*, São Paulo, 73, p.p.147-185. 2008.

ROCHA, Sônia. “Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre a pobreza e desigualdade”. *Revista Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v.12, n. 1, pp. 67-96, 2008.

RODRIGUES, Rute Imanishi. *Vida social e política nas favela: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. IPEA, Brasília, 2016.

RODRIGUES, Rute Imanishi. Do Morro da Misericórdia ao Complexo do Alemão: notas sobre o papel do governo na construção das favelas. *XVII Enanpur*, Sessão temática 5: habitação e a produção do espaço urbano e regional, São Paulo, 2017.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo*. México: Nueva Antropología, v. VIII, n. 30, p. 95-145. 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 3ª Ed. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil*. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Wanderley G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora Paulus, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*, n.1, p.49-68. 2011.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface_Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.8, p.47-60, 2001.

SCAVONE, Lucila. Maternidade e feminismo: diálogos com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, 16. p.p.137-150. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. 1995

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. *E-cadernos ces* – 18, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras. 1999.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, 2002.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Rev. Katál*. Florianópolis v.13 n.2 p.155-163, Jul./dez. 2010.

SILVA, Mariana da Cruz; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, vol.22, n.56, p.345-358, Maio/Ago. de 2009.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. IPEA, 2013.

SILVA, Maria Laís Pereira da. Favela: É geral? É particular? É urbano? In: *BARBOSA, et al. O que é a favela, afinal?* Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. “O Gênero da ‘Nova Cidadania’: o Programa Mulheres da Paz”. *Sociologia & Antropologia*, v. 01, p. 147-164, 2011.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, v.37, n.132, p.573-594, set./dez. 2007.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades. *Tempo social*, revista de sociologia da USP, v.26, n.1. 2014.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do *care*. *Cadernos Pagu* (46), p.p. 107-128, jan./abr.2016.

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Vieira. p.p. 79-88. 2005.

SOUZAS, Raquel. *Relações raça e gênero em jogo: a questão reprodutiva de mulheres negras e brancas*. Tese de doutorado, USP, São Paulo. 2004.

SPM. Bolsa família completa 10 anos com 93 de mulheres titulares. Disponível em: <<http://spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/09/20-09-bolsa-familia-completa-10-anos-com-93-de-mulheres-titulares>> Acesso em 30/05/2014.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. et al. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Piaget, 1998.

TELLES, Maria Sarah Silva. *Viver na pobreza: experiência e representações de moradores de uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Novas edições acadêmicas, 2008.

TELLES, Vera Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno CRH* 19, Salvador, 1993.

TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raull. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 18, Dezembro 2018.

TILLY, Charles. *Durable inequality*. San Diego: University of Califórnia Press, 1998.

UGÁ, Vivian Domínguez. *A questão social como pobreza: crítica à conceituação neoliberal*. Tese de doutorado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 2008.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2003.

YOUNG, Iris. Gênero como serialidade: pensar as mulheres como um coletivo social. *Ex aequo*, n. 08, p.p 113-139. 2013.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. *Estudos Feministas*, v.1, fasc. 1, p. 135-142, 1993b.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em perspectiva*, 13(3) 1999.

Anexo 1

Quadro 2: benefícios x valor

Tipo de benefício:	Valor:
Benefício Básico: Repasado para famílias em situação de pobreza extrema	R\$ 89,00 mensais independentemente do número de membros na família
Benefício Variável: Repasado para famílias pobres ou extremamente pobres, que possuam gestantes, lactantes, crianças e adolescentes de até 15 anos.	R\$ 41,00 por pessoa na condição estabelecida, com máximo de 5 pessoas beneficiadas (podendo ser acumulado com o benefício básico)
Benefício Variável Jovem: Repasado para famílias pobres ou extremamente pobres com renda mensal de até R\$178,00 mensais, com adolescente entre 16 e 17 anos matriculados na escola.	R\$ 46,00 por adolescente, atendendo até duas pessoas por núcleo familiar, podendo chegar a R\$ 92,00 (podendo, também, ser acumulado com o benefício básico e o benefício variável).
Benefício Variável Nutriz – BVN: Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa, que tenham crianças de 0 a 6 meses. Esse tipo de benefício visa reforçar a alimentação do bebê, mesmo em casos que o bebê não more com a mãe.	R\$ 41,00 mensais com pagamento de seis parcelas.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza – BSP: Visa famílias beneficiárias do BF que ainda estejam em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89,00 mensais. Pode ser acumulado com os demais tipos de benefícios.	É calculado em razão da renda per capita da família e os benefícios já recebidos, podendo chegar a até R\$ 372,00 reais por mês.
Benefício Variável à Gestante – BVG: Repasado a famílias com renda per capita de até R\$ 178,00 mensais por pessoa que tenham grávidas em sua composição. O benefício só é pago caso haja gestante na família e a gestação seja identificada pela área de saúde de seu município. Caso a gravidez seja interrompida, a gestante continua recebendo o valor do benefício.	R\$ 41,00 mensais, com pagamento de nove parcelas.

Quadro elaborado pela autora com dados retirados do site do Ministério da Cidadania do governo federal, Meu Bolsa Família⁷⁹.

⁷⁹ <https://meubolsafamilia.com/valor-bolsa-familia/> acessado em junho de 2019.

Quadro 3: área x condicionalidades

Área	Condicionalidade	Público
Saúde	Manter a vacinação de crianças em dia de acordo com o Calendário de Vacinação do Ministério da Saúde; Acompanhamento do processo de crescimento e de desenvolvimento das crianças, que devem ser levadas aos postos para serem pesadas e medidas.	Crianças de até 7 anos
	Pré-natal de gestantes e acompanhamento de nutrizes e bebês.	Mulheres gestantes e nutrizes na faixa de 14 a 44 anos.
Educação	Matricular crianças e adolescentes na escola.	Crianças de 6 a 17 anos.
	Garantir a frequência escolar de 85%	Crianças de 6 a 15 anos.
	Garantir a frequência escolar de 75% de adolescentes que recebem o BVJ.	Adolescentes de 16 e 17 anos.
Assistência social	Informar à escola motivos que impeçam a presença da criança/adolescente na aula; Manter atualizada a escola e as informações da escola no sistema do Cadastro Único.	Crianças de 6 a 17 anos.
	Participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e frequência escolar mensal mínima de 75% da carga horária	Crianças e adolescentes com até 15 anos, retiradas do trabalho infantil.

Quadro elaborado pela autora com dados retirados do site do Ministério da Cidadania do governo federal, O que são as condicionalidades?⁸⁰

Anexo 2

Roteiro de entrevistas às beneficiárias do Bolsa Família:

- Perguntas gerais:

⁸⁰<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/bolsa-familia/condicionalidades>. Acessado em setembro de 2019.

Nome

Idade

Estado civil

Número de filhos

Idade dos filhos

Ano escolar dos filhos

Escolaridade dela

Escolaridade do marido

Composição familiar (quantas pessoas moram com você?)

- Referente ao trabalho:

Você trabalha? Se sim, com o que? Há quanto tempo está nesse emprego?

Com quantos anos começou a trabalhar?

Já trabalhou de carteira assinada?

O que o trabalho significa para você?

Você gosta de trabalhar com isso? Se não, gostaria de trabalhar com o que?

Em caso de desemprego, o que você sente por estar desempregada?

Qual o principal motivo do seu desemprego?

Você procura emprego?

Você recorre a ajuda de alguém?

Já fez algum curso de profissionalização?

O que seria ser pobre para você?

O que você acha de pessoas que não trabalham?

- Referente às horas vagas:

O que você faz nas horas vagas?

Quais suas principais formas de lazer?

O que você costuma fazer com seus filhos e sua família?

Você costuma ir à igreja? Se sim, qual?

- Referente ao Bolsa Família:

Como foi recorrer ao benefício do Bolsa Família? (O cadastramento foi difícil ou fácil de ser feito?)

Mais alguém da sua família recebe o benefício?

Alguém que você conheça solicitou o benefício e não conseguiu?

Há quanto tempo recebe o benefício?

Quanto recebe de benefício?

O que te fez solicitar o benefício?

O que te fez não solicitar o benefício antes?

Você já solicitou alguma outra vez?

O que eles perguntaram no seu cadastro? O que você achou das perguntas?

Como você foi tratada ao fazer o cadastro?

Quanto tempo demorou até começar a receber o benefício?

O que você acha das visitas domiciliares para verificar a condição de pobreza?

O que você acha das condicionalidades do Programa?

O Programa te fez recorrer a algum curso profissionalizante?

O que você acha do Programa?

O que você acha do Programa priorizar a titularidade às mulheres?

Com o que você costuma gastar o dinheiro?

Você é quem toma as principais decisões?

Você quem compra as coisas?

- Referente à divisão de tarefas:

Como é sua relação com seu marido/companheiro?

Como são divididas as tarefas dentro de casa?

Seu marido trabalha fora?

Caso você trabalhe, como você concilia as tarefas?

Com quem deixa os filhos quando precisa trabalhar?

Sua família mora perto? Como é sua relação com eles?

O que seu marido acha do Bolsa Família? E sua família?

- Referente à percepção sobre o Bolsa Família:

Você pensa em sair do Programa assim que puder?

Como você acha que as pessoas de fora veem o Bolsa Família?

Você já ouviu comentários por receber o benefício? Acha que tem fofoca?

O que você acha que as pessoas pensam de quem recebe o Bolsa Família e não trabalha e os que recebem o BF e trabalham?

O que você acha de quem recebe o Bolsa Família e não trabalha e os que recebem o BF e trabalham?

O que você acha das pessoas que não trabalham?

Já ouviu alguém falar que quem recebe o Bolsa Família é porque quer dinheiro fácil?

Você acha que já foi criticada por receber o dinheiro?

Você acha que ainda tem preconceito com quem recebe o Bolsa Família?

O que você acha das pessoas que estão há muito tempo recebendo?

Você acha que tem gente recebendo sem “merecer”?

Você acha que o Programa precisa de mudanças e/ou de melhorias?

- Referente à educação das crianças:

Os professores da escola de seus filhos sabem que eles são beneficiários do BF? Eles comentam alguma coisa?

Como é a frequência escolar e as notas de seus filhos?

Você acha que a escola pode mudar a vida dos seus filhos?

- Referente ao Estado

O que você acha da atuação do Estado?

Você percebe que o Estado chega até você e à sua família?

Como é morar na favela?

Você tem muita relação com seus vizinhos?

Como você vê o tráfico na favela?

E a polícia?

Qual a sua relação com os policiais?

Como são as operações militares na favela e o que isso abala na sua rotina?

Seus filhos ficam muito tempo sem estudar por causa de operações militares?

- Referente à auto percepção das beneficiárias:

Você acha que mudou muito nos últimos anos?

Você costuma comprar alguma coisa para você? Se sim, o que?

Você costuma sair sozinha e/ou com algumas amigas?

Você se sente uma pessoa independente?

O que faltaria para você ser uma mulher independente?

O que você acha que te faria se sentir realizada?

Você gostaria de estudar alguma coisa específica ou trabalhar com algo específico?

Como você acha que as pessoas te veem?

O que mudou na sua vida quando se tornou mãe?

Você acha que o Bolsa Família mudou a sua vida? Mudou sua relação com o dinheiro?
Mudou sua capacidade de decidir?

Você acha que já sofreu algum tipo de preconceito? Se sim, por que acha que isso aconteceu?

Algum episódio na sua vida abalou sua autoestima?

Como você diria que é sua autoestima?